

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Mayra da Cruz Honorato

Racismo, saúde mental e território: percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro

2020

Mayra da Cruz Honorato

Racismo, saúde mental e território: percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde. Eixo: Processos Sociais e Saúde.

Orientador: Prof. Dr. James Robert Welch
Coorientadora: Prof.^a Dra. Roberta Gondim de Oliveira

Rio de Janeiro
2020

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de Nível Superior – Brasil (CNPq).

Racism, mental health and territory: perceptions and experiences of leaders of the Black Movement in Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

H774r Honorato, Mayra da Cruz.
Racismo, saúde mental e território: percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. / Mayra da Cruz Honorato. -- 2020.
122 f. : il. color. ; mapas

Orientador: James Robert Welch.
Coorientadora: Roberta Gondim de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Racismo. 2. Saúde Mental. 3. Grupo com Ancestrais do Continente Africano. 4. Território Sociocultural. 5. Movimento Negro.
I. Título.

CDD – 23.ed. – 305.8098153

Mayra da Cruz Honorato

Racismo, saúde mental e território: percepções e vivências de lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Sociedade, Violência e Saúde. Eixo: Processos Sociais e Saúde.

Aprovada em: 22 de julho de 2020

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Alves Ribeiro
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Roberto de Abreu Bruno
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Prof.^a Dr.^a Marly Marques da Cruz
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Prof.^a Dr.^a Roberta Gondim de Oliveira (Coorientadora)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Prof. Dr. James Robert Welch (Orientador)
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública

Rio de Janeiro

2020

*Quem foi que falou
Que eu não sou um moleque atrevido
Ganhei minha fama de bamba
No samba de roda
Fico feliz em saber
O que fiz pela música, faça o favor
Respeite quem pode chegar
Onde a gente chegou
Também somos linha de frente
de toda essa história
Nós somos do tempo do samba
Sem grana, sem glória
Não se discute talento
Mas seu argumento, me faça o favor
Respeite quem pode chegar
onde a gente chegou
E a gente chegou muito bem
Sem a desmerecer a ninguém
Enfrentando no peito um certo preconceito
e muito desdém
Hoje em dia é fácil dizer
Que essa música é nossa raiz
Tá chovendo de gente
que fala de samba e não sabe o que diz
por isso vê lá onde pisa
Respeite a camisa que a gente suou
Respeite quem pode chegar onde a gente chegou
E quando pisar no terreiro
Procure primeiro saber quem eu sou
Respeite quem pode chegar onde a gente chegou*

Moleque Atrevido

Flavio Cardoso / Jorge Aragão / Paulinho Rezende

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal identificar, através dos pontos de vista de lideranças do Movimento Negro da cidade de Nova Iguaçu, as relações feitas a partir da interação entre o racismo, a saúde mental da população negra e seu território. O Movimento Negro é uma referência chave no combate ao racismo e na luta pela garantia de direitos da população negra, desta forma, a construção deste trabalho se baseou na análise interpretativa das narrativas dadas por estas lideranças. Discute-se como resultado desta pesquisa as definições acerca do que é Movimento Negro; o que é racismo e seus efeitos na saúde mental da população negra; os efeitos positivos da tomada de consciência da discriminação racial; as construções acerca da relação entre o território e a vivência racial; e as relações entre as diferentes gerações atuantes dentro do Movimento Negro atualmente.

Palavras-chave: Racismo; saúde mental; Movimento Negro; Nova Iguaçu; território sociocultural.

ABSTRACT

This work has as main objective to identify, through the points of view of leaders of the Black Movement of the city of Nova Iguaçu, the relations made from the interaction between racism, the mental health of the black population and their territory. The Black Movement is a key reference in the fight against racism and in the struggle to guarantee the rights of the black population, thus, the construction of this work was based on the interpretative analysis of the narratives given by these leaders. As a result of this research it's discussed the definitions about what the Black Movement; what racism is and its effects on the mental health of the black population; the positive effects of becoming aware of racial discrimination; the constructions about the relationship between the territory and the racial experience; and the relationships between the different generations working within the Black Movement today.

Keywords: Racism; mental health; Black Movement; Nova Iguaçu; socio-cultural territory.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENSP Escola Nacional de Saúde Pública

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MN Movimento Negro

MNU Movimento Negro Unificado

OMS Organização Mundial de Saúde

PNAD Contínua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNSIPN Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

SIS Sistemas de Informação em Saúde

SGEP – MS Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde SUS

Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA	12
3. OBJETIVO	15
3.1 OBJETIVO GERAL	15
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
4 QUADRO TEÓRICO	16
4.1 O RACISMO COMO CONSTRUÇÃO	16
4.1.1- Contextualização da noção de raça.....	16
4.1.2- Escravidão e racialização no contexto brasileiro.....	19
4.1.3 - Racismo estrutural.....	23
4.2 A SAÚDE COMO PROCESSO SOCIAL.....	26
4.2.1 A construção entre racismo e saúde.....	26
4.2.2 Adentrando na saúde mental.....	30
4.3 MOVIMENTO NEGRO COMO ATOR POLÍTICO	33
5 METODOLOGIA	38
5.1 TRAJETÓRIA DE CAMPO	39
5.2 CODINOMES CITADOS NO TRABALHO	41
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	45
6.1 CATEGORIZAÇÃO DE MOVIMENTO NEGRO	45
6.2 NOTAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO	53
6.3 PERCEPÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E SAÚDE MENTAL	60
6.3.1 A força de saber quem são os seus	68
6.4 O CORPO NEGRO E TERRITÓRIO	77
6.4.1 O corpo negro independente do território	87
6.5 DIFERENÇA GERACIONAL.....	89
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	108

ANEXO 1	119
ANEXO 2	120
ANEXO 3	121

1. INTRODUÇÃO

A concepção genética e biológica de raça não é mais considerada uma construção válida no âmbito da produção do conhecimento científico. Porém, as evidências científicas de natureza genética, antropológica e demográfica não foram suficientes para eliminar o termo do discurso cotidiano, popular ou acadêmico. Para Munanga (2004) o termo está presente nos racismos populares, com o fenótipo dos corpos passando a representar simbolicamente as características subjetivas dos sujeitos. Dessa forma, continua a ser reproduzido socialmente.

A racialização de seres humanos, que, segundo Quijano (2005), teve seu início no processo de colonização do continente americano e se mantém presente nos dias atuais através de um grande poder de transformação e adaptação. A raça no Brasil contemporâneo é associada com a chamada “cor da pele” e diversas outras construções socioculturais afins (GUIMARÃES, 2012), tornando possível que ainda seja um fator social estruturante mesmo no período pós colonização.

Nesse contexto em que o racismo se insere como um construto de nossa realidade social, a racialização está presente na base da diferenciação hierárquica entre as pessoas, sendo uma categoria definitiva na formação de grupos sociais. O racismo não atua apenas em casos isolados ou pessoais, através de discriminação em relações particulares, mas faz parte de um sistema maior, que estrutura as relações individuais e coletivas no contexto político-social em âmbitos variados. O racismo define também quais grupos serão mais beneficiados na sociedade e quais estarão em posições de relativa desvantagem na distribuição desigual do poder e do benefício da produção de riquezas (NASCIMENTO, 2016).

No Brasil, seria profundamente negligente negar a influência dos três séculos de escravidão negra e africana na estrutura social e econômica atual do país. A condição de vida da população negra se apresenta em estatísticas nacionais alarmantes. Utilizando a junção das categorias “preto” e “pardo” para representar a população negra, as estatísticas divulgadas no Atlas da Violência (CERQUEIRA, 2018) afirmam que 40,2% das vítimas de homicídio no país eram pessoas negras, enquanto apenas 16% eram não-negros.

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) acerca das taxas de desemprego, que utilizam a mesma estratégia de juntar as categorias de cor da pele, no terceiro trimestre de 2017 as prevalências de desemprego foram 30,9% na população negra e 10,3% na população declarada branca (IBGE, 2017). Estes níveis

divergentes ilustram que o fator racial é um dos principais determinantes nas condições de vida desse segmento da população.

O quesito raça/cor nos levantamentos censitários nacionais do IBGE orienta a formulação das políticas públicas no país, e são definidas atualmente como “branca”, “parda”, “amarela”, “indígena” e “preta”, sendo coletada a partir da autodeclaração dos entrevistados. Como parte de um processo histórico e político, a notificação referente a população negra acontece a partir da soma das categorias “parda” e “preta” (ANJOS, 2013).

Heringer (2002) aponta que após intensa atuação dos movimentos sociais negros e de alguns cientistas sociais, foi definido para os censos nacionais que pessoas que se reconhecem como “pardas” seriam reconhecidas como pertencentes à população negra, independente delas se declararem como tal. Esta escolha partiu da atribuição de descendência africana a maioria delas, levando em consideração a flexibilidade do colorismo na cultura brasileira e a proximidade dos dois grupos nos índices dos indicadores socioeconômicos.

A percepção de raça é um interferente social, econômico e político, que determina o acesso a serviços, à moradia e à educação, e influencia o processo de saúde e doença (NASCIMENTO, 2016). Este fato foi reconhecido pelo Estado, após a luta intensa e incansável ao longo de vários anos, de instituições e pessoas formadoras dos Movimentos Negros nacional, quando em 13 de maio de 2009 por meio da Portaria GM/MS nº992, é aprovada Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN, como uma ação estatal em busca da equidade no acesso e serviços de saúde e de combate ao racismo institucional como um determinante no processo de saúde e doença da população negra (BRASIL, 2017).

Para além de um determinante da saúde e adoecimento físico, a raça também é entendida como um fator influente na saúde mental das pessoas negras. Segundo Oliveira (2017), uma vez que o entendimento científico de saúde mental e bem-estar é o de que são processos plurais e conectados à vida em sociedade, a população negra está exposta a um sistema societal que envolve, mas mesmo assim nega constantemente o racismo estrutural que inferioriza a estética e cultura negra e afrodescendente e que não reconhece as particularidades da vivência de pessoas negras nestas circunstâncias. Esta realidade desmente de forma contundente o discurso ainda presente em diversos meios de que o país conseguiu, ao longo de sua história, a criação de uma sociedade racialmente igualitária, segura e democrática (NASCIMENTO, 2016).

Considerando este contexto, são abordadas, através das perspectivas trazidas por interlocutores chave envolvidos no Movimento Negro local, algumas questões presentes neste trabalho, como as formas pelas quais a saúde mental da população negra é afetada pelo racismo

estrutural; como a vivência em uma sociedade racista se manifestaria no processo de saúde e adoecimento mental e físico destas pessoas; e se e como o reconhecimento do contexto racista faz diferença na vivência dos diversos sujeitos.

A partir da análise interpretativa das narrativas, são apresentadas cinco categorias de análise criadas a partir das respostas dadas pelas lideranças nas entrevistas. A primeira destas categorias traz a discussão acerca da categorização do Movimento Negro, onde é apresentado o entendimento do que é Movimento Negro a partir do ponto de vista e das vivências das lideranças que compõem este movimento. O objetivo desta categoria é entender quais são suas impressões, discordâncias e qual foi a trajetória de cada um que os aproximaram do Movimento.

Na segunda categoria de análise são apresentadas notas sobre o racismo brasileiro. Nesta categoria são analisadas as falas das lideranças entrevistadas sobre o que compreendem como racismo, o ponto central do movimento o qual fazem parte. É debatido sobre o olhar destas lideranças sobre o racismo, a forma que ele interfere na formação do indivíduo negro, e como identificam os atravessamentos do racismo em sua vida pessoal. Este último tópico dialoga com a terceira categoria de análise, onde foram abordadas as percepções das lideranças entrevistadas sobre a relação entre racismo e saúde mental, um dos pontos centrais deste trabalho.

Ao pensar a relação entre saúde mental da população negra e o racismo, estas lideranças foram convidadas a dialogar sobre os efeitos que a estrutura racista pode causar no indivíduo negro para além da violência física. São destacadas de quais formas o racismo interage com bem-estar mental, a visão sobre o grupo racial o qual faz parte, a autopercepção e o processo de formação da identidade do sujeito negro. Trazendo para o debate suas experiências pessoais, foi debatido os lados positivos e negativos para a saúde mental destas lideranças, de se colocar como um sujeito ativo na luta política racial.

A quarta categoria de análise traz outro ponto central do trabalho, a relação entre o corpo negro e o território, a cidade de Nova Iguaçu particularmente. Esta categoria foi construída a partir do ponto de vista das lideranças entrevistadas acerca de especificidades sócio-políticas do território em questão e de quais formas elas podem interferir na forma de vida de sua população, em específico, da população negra.

Na última categoria de análise é apresentada uma análise sobre as diferenças geracionais marcantes entre as lideranças entrevistadas e de qual forma suas trajetórias se conectam em pontos da luta política antirracista. É valorizada a relação de causa e efeito ao reconhecer a influência das lutas das gerações anteriores sobre a vivência das gerações mais novas.

2. JUSTIFICATIVA

Nova Iguaçu é uma cidade fundada em 1833, sob o status de vila, a partir do reconhecimento de sua importância na rota do escoamento do café e cana de açúcar entre as cidades de Petrópolis/Teresópolis e São Paulo e a capital, Rio de Janeiro. A região antes chamada de Vila Iguassú e posteriormente de Maxambomba, torna-se Nova Iguaçu em 1916 (SILVA, 2017).

Situada na região hoje identificada como Baixada Fluminense, formada, em sua maioria, a partir de processos de emancipação de partes de territórios da cidade de Nova Iguaçu. A partir de 1943, a região deu origem a outras sete cidades: Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti, emancipada em 1947) em 1943; Nilópolis (1947); Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999)¹.

Atualmente a Baixada Fluminense é uma região que compõe a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. A região é marcada por muitas complexidades sociais e geopolíticas, características que se mostram logo na dificuldade de definir sua demarcação geográfica. Neste trabalho será utilizada a demarcação reconhecida pelo Governo Estadual na Secretaria da Baixada Fluminense, que incluem os municípios de Nova Iguaçu, Magé, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias, Japeri, Queimados, Paracambi, Guapimirim, Itaguaí e Seropédica.

Rocha (2013) aponta como existem diferentes composições do que é definido como Baixada Fluminense. Por não haver uma definição geográfica, apenas política, do que é a Baixada Fluminense, a auto declaração de pertencimento de alguns municípios a região é pendular, ligada a trunfos de interesses políticos. Os municípios de Paracambi, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Mangaratiba nem sempre proclamam ou são reconhecidos como pertencentes à Baixada, questões como a posição geográfica, recursos materiais do Governo do Estado, legado geo-histórico e representação hegemônica regional, são alguns dos fatores que interferem nesta dinâmica.

A partir da segunda metade do século XX passam a ser atribuídas como principais características da região a falta de investimento na infraestrutura urbana, e ser a habitação de grande parte da mão de obra da capital fluminense, baseada na divisão territorial do trabalho. A Baixada Fluminense tem como representação hegemônica de maior impasse na

¹ Fonte: NOVA IGUAÇU, Prefeitura Municipal de. A cidade. Disponível no link: <http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/cidade/>

autodeclaração de pertença ao território à condição pejorativa de periferia, miséria e violência social (ROCHA, 2013).

Nova Iguaçu têm 63% da sua população composta por pessoas pretas e pardas, segundo o Censo Demográfico do IBGE em 2010, que estabelece o somatório destas duas categorias como o real tamanho da população negra de um território (ANJOS, 2013; IBGE, 2011). A região como um todo é historicamente marcado pela presença maciça da população negra, porém, o aumento desta população urbana tem forte relação com as políticas vigentes no início da República no país. Bezerra (2013) explica que a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, que na época estava sob as práticas sanitaristas do governo federal que expulsava a população residente que habitava construções e territórios precários urbanisticamente, a região passa a ser ocupada cada vez mais pela população negra que se deslocava para as regiões periféricas abarcadas pelo desenvolvimento da malha ferroviária, já que esta compunha a maioria daqueles que se encontravam em precariedade.

As características estruturais, econômicas e social de um território influenciam de forma relevante nas condições de saúde física e mental de sua população, neste caso, a população majoritariamente negra que tem o racismo estrutural como um fator de extrema relevância em sua trajetória de vida. Silva (2005) afirma que o racismo presente na formação mais básica das relações sociais no Brasil é um gerador de violências físicas e simbólicas (BOURDIEU, 1989), que causam danos morais e psicológicos, criando dificuldades e distorções de sentimentos e percepções de si.

O racismo estrutural diz sobre a criação de circunstâncias desiguais destinadas a pessoas negras em comparação as não-negras, seja nos dispositivos do Estado ou instituições privadas. O não reconhecimento da violência produzida pelo coletivo reforça a culpabilização da vítima por sua própria condição de vida e exclusão social. O adoecimento e o desgaste mental são consequências esperadas de uma vida em um contexto de constante opressão e descaso institucional do poder estatal. Desta forma, os movimentos sociais, grupos de atuações diversas e com diferentes graus de organização, mas que possuem o objetivo comum de uma mudança política e social (SCHERER-WARREN, 1987), atuam como uma maneira de cobrar e combater as ações do Estado que fortaleçam a negligência do sistema vigente.

Ao pensarmos o racismo e a luta anti-racista como pauta de ação social e política, os Movimentos Negros surgem como referência nacional, sendo presente em diversas frentes de atuação, como educação, cultura e saúde, e trazendo o racismo como argumento central de reivindicação de superação das desigualdades raciais. Este movimento é composto por vários

grupos e iniciativas coletivas, que têm como principal objetivo o fortalecimento e defesa dos direitos da população negra.

Este fenômeno tem como característica a ressignificação e politização da ideia de raça construída sobre a população negra, afastando-a de uma noção pejorativa e inferiorizada, e a construindo como via de emancipação. É definido como luta em diversas frentes de atuação, fundada e promovida por negros e para negros, que promovam a mobilização política, cultural, assistencial, recreativa, religiosa e/ou artística de pessoas negras contra a opressão e apagamento da sociedade racista (GOMES, 2017; SANTOS, 1994).

Em um território majoritariamente negro marcado pela violência material e simbólica e pelo desamparo estatal, como a cidade de Nova Iguaçu, a mobilização de qualquer frente de atuação visando o fortalecimento e emancipação de um grupo marginalizado socialmente surge como uma ação política de luta e resistência. A atuação de pessoas e grupos que têm esta visão como objetivo central é de extrema importância nessas regiões, e exige grande conhecimento e experiência sobre o território e sua população. Desta forma, as figuras de lideranças do Movimento Negro local representam uma fonte diferenciada de informações potentes sobre a vida da população negra em seu território, seus efeitos e desdobramentos. Para além de cargos e instituições governamentais, a função de liderança e referência comunitária se constrói na vivência e na ação, como parte do movimento negro que dialoga com o Estado e a população.

3. OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Identificar, através dos pontos de vista de lideranças do Movimento Negro da cidade de Nova Iguaçu, as relações feitas a partir da interação entre o racismo, a saúde mental da população negra e seu território.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Compreender as relações destas lideranças com o contexto racista e suas experiências de vida;
- b) Identificar as frentes de atuação das principais lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu;
- c) Investigar se estas lideranças identificam a experiência de ser negro é influenciada pelas características sócio geográficas da cidade;
- d) Analisar comparativamente as possíveis semelhanças e divergências de opiniões das lideranças sobre a relação entre o racismo e a saúde mental da população negra na cidade de Nova Iguaçu;
- e) Analisar se estas lideranças percebem se sua saúde mental foi afetada de alguma forma pelo racismo.

4 QUADRO TEÓRICO

4.1 O RACISMO COMO CONSTRUÇÃO

4.1.1- Contextualização da noção de raça

Nas pesquisas em saúde são feitos diversos questionamentos quanto à adequação do uso da “raça”, por não ser preciso o que este termo associa e mede (LAGUARDIA, 2009). Será necessária a contextualização acerca da definição do termo que serve como base para a construção deste trabalho, e para isso irei recorrer à definição de Hall (2006). O autor caracteriza o termo “raça” como uma categoria discursiva, que é definida dentro das práticas e relações sociais. Ou seja, é um conceito que tem seu significado definido a partir do mundo prático e do contexto cultural que está inserido, constantemente influenciado por circunstâncias, relações de poder, conflito e decisão, que estipulam e separam grupos baseados em estereótipos definidos como intrínsecos aos sujeitos (ALMEIDA, 2018; GUIMARÃES, 2008).

Guimarães (2008) afirma que a ideia de raça surgiu como uma construção puramente teológica, antes de seu uso na ciência acadêmica, e foi utilizada para justificar o processo de escravização de diversos povos, em especial os do continente africano. O autor menciona que o entendimento de raça como categorização e hierarquização de seres humanos teve início a partir da expansão mercantilista e da “descoberta” de um novo mundo pelos europeus nos meados do século XVI.

A raça como diferenciação biológica, que se ancora na correlação entre a variação dos genomas, o fenótipo e a ancestralidade biogeográfica das pessoas, foi fortemente elaborada no século XIX (GUIMARÃES, 1999), com a utilização de categorias raciais como a caucasiana, a africana, a asiática e a mongolóide. Porém, estes conceitos foram desmantelados a partir do século XX por diversos trabalhos de diferentes áreas de conhecimento. Birchall e Penha (2005-2006) discutiram três destes trabalhos que auxiliaram nesta desconstrução: a constatação de Cann, Stoneking e Wilson (1987), da espécie humana ser muito jovem e com amplos padrões de migração, dificultando o agrupamento biológico; o compartilhamento da maioria das variantes genéticas entre as ditas raças, evidenciado por Lewontin (1972); e a constatação da pouca variação genômica entre as supostas raças, constatado por diversos cientistas, entre eles, Relethford (1994).

Segundo Quijano (2005), a ideia moderna de raça não tem história conhecida antes do processo de colonização do que hoje conhecemos como América, por volta do século XV (IGLÉSIAS, 1992), talvez tendo se originado em parte como referência às diferenças

fenotípicas entre conquistadores e conquistados, tendo em sequência sido construída como referência as presumidas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

O europeu da época se colocou na posição de ápice do desenvolvimento humano, definindo sua condição como modelo ideal e definitivo do ser humano, e do entendimento de razão e humanidade. Segundo Munanga (2004), quando o europeu colonizador entrou em contato com a diversidade humana através do encontro do continente americano, julgou as outras diferentes formas de organização social e cultural como anteriores e inferiores. Distantes do que eles haviam elevado para a condição de “civilização”, os colonizadores impuseram os moldes da sociedade européia como forma de salvação, evolução, progresso e ideal de ser humano, o que serviu como uma justificativa para a destruição dos diversos povos nativos do continente (ALMEIDA, 2018; MUNANGA, 2003).

Munanga (2004), dentre outros autores, cita o fato do conceito de raça e a classificação da diversidade humana inicialmente teriam a função de facilitar o entendimento acerca de sua estrutura e variedade. Porém, a partir do século XVI, resultaram na hierarquização destas outras formas de ser e existir como humano segundo seu progresso na evolução cultural e biológica unilinear, servindo de base para a distinção racial entre construções culturais e dos corpos. O que antes era uma ferramenta para estruturar uma forma de entendimento serviu para reforçar a desvalorização e anulação de outras formas de vida humana.

Do ponto de vista de Almeida (2018), atualmente o conceito de raça é operante em dois agrupamentos complementares: raça como conteúdo morfo-biológico, delegada por características físicas e genéticas; e como característica étnico-racial, como conteúdo sociocultural, psicológico e histórico, uma forma de existir. Estes dois agrupamentos se baseiam em dois conceitos, o de raça e o de grupo étnico.

Para Hall (2013), o conceito de raça faz referência aos fatores físicos que funcionam como uma “linguagem” definindo o que é atribuído a cada “raça”. Ele explica que o fenótipo funciona como símbolo e signos, que tem seus significados dentro e entre culturas. As características físicas de uma pessoa, como cor da pele, por exemplo, não são naturalmente relacionadas a atributos positivos ou negativos. Essas definições dependem do contexto cultural e histórico em que a pessoa está inserida. Não mais sendo possível a sustentação da raça pelas ciências biológicas como diferenciação genética entre seres humanos, como mencionado anteriormente neste trabalho, só é cabível sua utilização como construção social, indicando percepções culturais sobre o corpo que carrega símbolos e é influenciador de identidades sociais (GUIMARÃES, 2008; HALL, 2013).

Quanto ao conceito de etnia, segundo Barth (1969), grupo étnico é um grupo de pessoas que sua principal característica é a atribuição e identificação pelos próprios atores, ou outros, como membros de um mesmo grupo, determinado pelo compartilhamento de origem geográfica, da história, religião, língua ou de outros costumes e traços culturais. O autor explica que, diferente do que foi comumente dito, a etnia não é baseada nas grandes diferenças culturais de grupos que se desenvolveram isolados um dos outros, e sim, uma identidade reconhecida quando grupos culturalmente próximos estão em contato regularmente. Ele argumenta que etnia não é uma característica restrita de um grupo ou de uma pessoa, mas surge através de um relacionamento entre grupos ou pessoas. Não existe etnia se não houver a possibilidade de contato. Por exemplo, ser branco ou negro não são características inerentes; são necessárias condições histórico-culturais para definir o que é ser pertencente a cada um desses grupos.

Eriksen (2015) pontua que a classificação étnica é baseada na criação de um agente de organização social, associado ou não a desigualdades de poder, que fornece uma divisão entre “tipos” de pessoas. Segundo o autor, para que uma classificação se estabeleça como ordem social, os atores desta sociedade devem acreditar nos estereótipos como característicos reais e inerentes, possibilitando a distinção entre os membros destes grupos. Estas distinções podem ser tão bem estruturadas ao ponto do indivíduo relutar a reproduzir um comportamento que não seja socialmente caracterizado como um padrão do grupo étnico que ele se identifica como pertencente (BARTH, 1969).

Estas construções não surgem de forma isolada, há historicamente a produção de conhecimento por instituições de poder para embasá-las. Bhopal (2007) chama a atenção para o fato de que divisões e distribuições hierárquicas de grupos humanos são comumente baseados no tempo e contexto social em que são produzidas, por exemplo, as formulações nas áreas de direito e da antropologia médica são baseadas na afirmação de uma estrutura social já estabelecida e que é de interesse do grupo no poder que seja mantida.

Segundo Almeida (2018), a diferenciação étnica e racial é uma construção ideológica e política; sua subsistência é ancorada em práticas sociais concretas. Para definir o sistema de valorização ou degradação de um grupo são necessárias construções sociais em torno do símbolo de seus corpos. Ocorre historicamente um grande e longo processo de normalização e prática de desumanização de seres humanos de determinadas características físicas, simultaneamente a um processo de valorização e orientação de privilégios a outros.

Quijano (2005) pontua como, a partir da relação construída entre a Europa e a América durante e após a expansão colonial, foi fortalecida uma naturalização do pensamento

eurocêntrico, juntamente com a elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação. O autor afirma que desta forma reforça-se a legitimação de práticas e ideias de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados nas relações e estruturas sociais. Segundo ele:

“Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em outras palavras, no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Desta forma, o conceito de raça não precisa mais de sua comprovação biológica para justificar as práticas racistas vigentes nas sociedades contemporâneas. Como reforçado por Munanga (2004), elas se reformulam com os conceitos de etnia ou identidade étnica, mas mantendo os mesmos grupos de pessoas em seus respectivos lugares no sistema de degradação e exaltação. Citando o autor: “o que mudou na realidade são os termos ou conceitos, mas o esquema ideológico que subentende a dominação e a exclusão ficou intacto” (MUNANGA, 2004, p. 13). As características “étnicas” são neutralizadas como se fossem inerentes.

4.1.2- Escravidão e racialização no contexto brasileiro

Foi apresentado o conceito de raça como estruturante da organização social colonial, desta forma, o processo histórico de construção deste conceito como categoria de distinção e hierarquização de seres humanos resulta também na hierarquização das expressões culturais. Assim como o europeu se coloca como ideal de ser humano, definiu também sua cultura como modelo de costumes a serem repassados e impostos, sem valorizar as outras formações culturais que encontraram nas colônias (FANON, 1980).

Quijano (2005) destaca como esta identificação e sistematização das distinções físicas e culturais entre conquistadores e conquistados está na gênese da constituição do continente americano. Compondo uma suposta diferença estrutural biológica que fixava relações de inferioridade e superioridade entre uns e outros (equivalente ao conceito de raça biológica). Segundo o autor, esta ideia é assumida pelos colonizadores uma vez que funciona como uma justificativa para as práticas de dominação, que são uma característica fundacional do processo de conquista e colonização, que era a base da estrutura econômica no século XVI.

Como no restante do continente, na história do Brasil a relação entre colonizado/colonizador e a hierarquia racial foi introduzida já nos primeiros contatos com as populações nativas que se encontravam no território. A noção dos colonizadores de inferiorizar

aqueles sistemas societários é o passo inicial para o genocídio de diversos povos nativos, um processo que se mantém até os dias atuais (COSTA & AZEVEDO, 2016).

Abdias Nascimento (2016) aponta como o papel da escravização do negro, que ocorreu legalmente do século XVI ao século XIX, ainda está na base da formação econômica do Brasil, capacitando à estrutura econômica do país como um todo, desde o período colonial. O autor cita como estimativa que 4 milhões de africanos foram importados para o Brasil, tendo sido destinados ao trabalho forçado nas mais diversas atividades em condições sub-humanas, tendo destaque a produção de cana de açúcar e de minérios.

No período de 1807 a 1835, foram organizadas diversas revoltas africanas na Bahia que são consideradas o ponto de partida de uma sequência de acontecimentos internos que marcam o princípio da desestabilização da escravidão no Brasil. Ao se debruçar nos estudos sobre tais revoltas, Ferretti (1988) afirma ter na Salvador de 1807 três principais nações entre os escravizados, jejes, haussás e nagôs. Segundo ele, a primeira revolta registrada foi no ano citado, organizado pelos negros haussás em Salvador e no Recôncavo baiano; seguido de uma revolta organizada por haussás e nagôs em dezembro de 1808 à 1809 também em Salvador; em 1814 houve outra organização haussás com cerca de 600 escravizados em Itapoã; quatro insurreições nagôs nos anos de 1826, 1827, 1828 e 1830; e a mais conhecida revolta de escravizados, a Revolta dos Malês, em 1835.

Todas estas organizações, segundo Ferretti (1988), eram planejadas por escravizados e por negros libertos que trabalhavam na cidade, contava com a ajuda de quilombos das proximidades. O autor cita, estas revoltas tiveram como objetivo a conquista de armas e munições, libertar outros escravizados que aceitassem participar do levante, conquista de territórios a partir da morte de brancos, e até conseguir embarcações para retornarem à África.

Ao considerar todas estas movimentações e tensões políticas no Brasil escravagista, afirmar o fim da escravidão no país por benevolência é no mínimo desleal. Juntamente com as pressão externas, como as revoltas africanas nas outras colônias no Atlântico, e as mudanças nas estruturas econômicas na Europa com a Revolução Industrial inglesa no século XVIII, se iniciou o processo de proibição do trabalho escravo e do tráfico negreiro (MARQUESE, 2006).

Apenas em 1888, foi assinada a Lei Áurea (BRASIL, 1888), que aboliu a escravidão no Brasil. Nascimento (2016) compara a assinatura desta lei ao mito dos “africanos livres”, que após sete anos de trabalho em condições sub-humanas, em muitos casos doente e/ou mutilado, o negro que sobreviveu a escravidão recebiam a “liberdade”. O autor faz esta relação uma vez que, a Abolição fez com que os senhores, a igreja e o Estado não eram mais obrigados a terem

mínima responsabilidade que antes tinham com a sua propriedade “o escravo”, os negros e africanos livres, e agora como cidadãos tinham que buscar seus meios de sobrevivência sozinhos.

Dentre as falhas do governo brasileiro pós abolição para com esta parcela da população, podem ser destacadas três como principais: a falta de implementação de medidas econômicas que assegurassem aos negros recém cidadãos sua própria subsistência; o não planejamento da participação deste grupo na economia da nação; e a não implementação de instrumentos capazes de integrar e proporcionar a participação do negro na formação da cultura nacional (NASCIMENTO, 2016). Com estas ausências, apesar do processo de transição e do fim do trabalho escravo no país, a falta de medidas integrativas visando esta nova parcela da população, funciona como um reforço a permanência deste grupo em condições subalternas e de total abandono, passíveis a formas de trabalho análogas à escravidão como forma de subsistência. Esta conjuntura forneceu também condições sociais e econômicas, para a emergência de uma nova formulação da identidade negra no Brasil.

Guimarães (2008) aponta que, como uma característica do sistema escravocrata que se manteve na sociedade brasileira pós abolição, até o começo do século XX o “negro” e o “africano” funcionavam como uma classificação social, que designavam um pertencimento aos lugares de servidão. Estas determinações permaneciam como uma influência na formação das identidades sociais, como um processo que buscava definir posições e estabelecer relações de poder, reforçando a inferiorização destes sujeitos como membros de um grupo (JESUS, 2012; QUIJANO, 2005). Desta forma, é possível entender a desigualdade econômica como reflexo destas divisões e estruturas de poder que alicerçam a identidade e a organização social.

Almeida (2018) cita como exemplo, o fato de políticas públicas atuais de combate à pobreza e de incentivo a distribuição de renda que não reconhecem o recorte raça/cor, mostram resultados pouco efetivos ao longo dos anos. Como é apontado de forma explícita por Nascimento (2016) sobre a relação entre raça e classe econômica no Brasil:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa da carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancado as oportunidades que lhe permitiriam melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive. [...] Pois o fator racial determina a posição social e econômica na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 2016, p. 101)

A partir disso, é possível compreender como a discriminação vinculada ao fator racial funciona como um determinante basal nas esferas da vida da população negra para além da esfera econômica, mas também no âmbito do acesso a saúde, educação e serviços básicos de direito. Almeida (2018) aponta como este ciclo vicioso demonstrado por Nascimento é acompanhado de um discurso de culpabilização do sujeito, como se a maioria da população negra ser encontrada nessas condições fosse apenas relação de mérito e esforço, esvaziando da relação com o contexto estrutural.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, houve a formação e a propagação do mito da democracia racial, que fortalece o discurso meritocrático amparado pelo conhecimento filosófico e político da época. Este mito diz respeito à ilusão pregada de que, independente de sua cor e etnia, o país se trata de um território igualitário, onde o povo brasileiro se fortalece na sua pluralidade única. Desta forma, se apresentava como uma nação que não pregava a distinção, mas sim, se uniu a partir do reconhecimento e respeito a sua formação multicultural (ALMEIDA, 2018).

Nascimento (2016) aponta o mito da democracia racial como um dos diversos mecanismos de distorção dos fatos do verdadeiro horror que foi o passado escravista da nação, em uma tentativa de apagamento do povo negro. A meu ver, forçar o discurso de igualdade e união entre todos os povos no território brasileiro, provoca o silenciamento acerca do contexto de subalternidade em que se encontram parcelas específicas da população, retirando do Estado e da conjuntura social a responsabilidade sobre a situação em que estão.

Guimarães (1995) argumenta que a origem estadunidense dos estudos científicos das “relações raciais”, teve grande influência na construção do imaginário social no Brasil do que seria uma sociedade moderna racista. Desta forma, aquela estrutura social, com seus linchamentos e leis segregacionistas, foi colocada como exemplo relevante do que seria uma sociedade racista na América ainda no século XX. Para Munanga (2004), essa comparação auxiliou na negação do racismo presente na sociedade brasileira, uma vez que ela não apresentava as mesmas expressões de distinção e hierarquização racial. Segundo ele, esse discurso fortaleceu ainda mais o mito da democracia racial, com um falso sincretismo nacional formando um bloqueio na introdução do debate racial na agenda das políticas públicas no país.

Segundo Quijano (2005), a racialização e hierarquização de seres humanos e processos culturais que está na base da estruturação da sociedade brasileira, tem seu início no processo de colonização das Américas no século XV. Almeida (2018) aponta que são os resquícios desse

processo que se mostram presentes no neocolonialismo, no capitalismo e na ordem mundial contemporânea.

Com roupagens e moldes distintos, a raça continua sendo a principal categoria de classificação e hierarquização da diferença em sociedades humanas (HALL, 2013). O significado do termo se modificou e se adaptou, mas ainda servindo ao mesmo propósito de hierarquização e exclusão. Desta forma, sua desvalidação como fator genético não o exclui da construção e do debate acerca do racismo na sociedade brasileira atual.

4.1.3 - Racismo estrutural

A raça e a racialização são apresentadas ao longo desse trabalho como construções socioculturais. Desta forma determinam a formação de agrupamentos de pessoas a partir das marcas externas de seus corpos, colocando essas características físicas como intrinsecamente conectadas com suas características subjetivas. Com o fenótipo sendo um portador de tantos símbolos, é possível identificar como possuem uma grande influência nas relações e estruturas social no Brasil. Mesmo não valendo a definição genética e biológica da raça, o conceito se forma no imaginário e nas representações coletivas, fazendo com o que as diferenças fenotípicas sejam uma forma de manter os racismos populares (MUNANGA, 2004).

Segundo Guimarães (2008), o racismo moderno não existiria sem a concepção da divisão hierárquica entre pessoas, pois possibilitou uma estruturação complexa de sociedades e populações humanas, servindo como base de sentido para a vida social. No caso do Brasil, essas divisões ocorrem baseadas na classificação de cor, que para além da aparência física têm marcos socioculturais em sua formação, que funcionam formando uma classe ou grupo social, diferente da concepção de raça que carrega o sentido de transferência hereditária (GUIMARÃES, 2012).

Nascimento (2016) explicita o racismo contra o negro no Brasil historicamente presente em nossa estrutura política e social nas mais variadas formas, como nos processos socioculturais, na mudança na auto identificação, no fenótipo e na percepção da pessoa negra. Como por exemplo, a proibição da compra de terras por ex-escravos no pós-abolição, a criminalização e perseguição de práticas culturais e religiosas afrodescendentes, e a política de branqueamento do povo brasileiro. Segundo Maia e Zamora (2018), no início do século XX esta política era na verdade um processo sociológico incentivado por medidas governamentais, que tinha a imigração de europeus no país como principal estratégia, o objetivo era promover o embranquecimento dos hábitos, da linguagem, da cultura e dos traços físicos da população. Atuando juntamente no clareamento demográfico da população e na criação de uma nova categoria de identificação, nomeando pessoas negras fruto da miscigenação (em alguns casos

forçada), que nascem com a pele mais clara, de mulato/moreno/pardo, no esforço de afastar do que é caracterizado como negritude.

Uma sociedade baseada no colorismo detêm às pessoas negras de pele mais clara alguns privilégios e passibilidade em certos âmbitos, porém, ocupam também um lugar inferiorizado. Estes privilégios ocorrem por estas pessoas trazerem em seu fenótipo o primeiro degrau no processo de branqueamento, por reforçar o ideal de miscigenação e simbolizar um afastamento cada vez maior da ideia de negritude (NASCIMENTO, 2016). Nogueira (2006) aponta que racismo vigente no país cria a expectativa de que a pessoa negra de pele clara busque como ideal o afastamento de sua negritude e a aproximação com sua descendência caucasiana. Desta forma, é comum que estas pessoas sejam lidas e se identifiquem como brancas.

Todos estes mecanismos fazem parte do processo chamado pelos estudiosos da questão racial brasileira de abolição inacabada, que seria a propagação e a solidificação de práticas discriminatórias e preconceituosas naturalizadas, legitimando a opressão sistematizada de um povo, desde o século XIX. Muitas vezes essas práticas não são assumidas como racistas pelo sistema judiciário e pela opinião popular no Brasil, fortalecendo ainda mais estes processos (FANON, 1980; OLIVEIRA, 2018).

Nascimento (2016) compara esta abolição inacabada, a fajuta democracia racial brasileira, com o apartheid sul africano: incorporar de modo desigual as minorias étnicas, cada um em seus meios específicos, com os mesmos efeitos fatais, onde “a fertilidade racionalizadora do racismo brasileiro não tem limites: é dinâmica, polifacética e capaz das manipulações mais surpreendentes.” (NASCIMENTO, 2016, p. 133).

Guimarães (1999) descreve que na África do Sul os europeus, conquistadores e colonizadores, construíram um Estado que tinha o racismo como ideologia e base da organização estatal, legislando a favor do isolamento de povos nativos da nação sul-africana, regulando totalmente as relações sociais, econômicas e políticas. Já no caso do Brasil, tivemos o racismo presente nas práticas sociais, atitudes e discursos, mas sendo negado pelo discurso não-racialista de nacionalidade, e não reconhecido pelo sistema jurídico. Porém o autor explicita como o racismo, apesar de não ter este reconhecimento, atua por mecanismos e instituições sociais que permite seu funcionamento da mesma forma do sul-africano, definindo subcidadanias e isolamentos como forma de impossibilitar uma autodefesa do povo negro.

Para Oliveira (2015), o racismo é uma ideologia que legitima uma fragmentação da sociedade por meio da racialização, normalizando as fronteiras e diferenças raciais nas noções de cidadania, direitos a propriedade e quem pode ou não ser atingido pela violência estrutural.

O racismo é estruturante e integrador da organização econômica e política, sendo qualquer outra definição uma forma parcial de classificação do racismo (ALMEIDA, 2018).

Munanga (2004) define racismo como:

(...) uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (MUNANGA, 2004, p. 7).

Munanga (2004) aponta como as mudanças acerca da racialização, de ter sua justificativa baseada nas diferenças biológicas no século XVIII, para atualmente ser uma construção social, ocorrem devido a mudanças estruturais, econômicas e políticas que exigem formas mais requintadas de dominação. Para Almeida (2018) o racismo é um fenômeno normal de uma sociedade, oferecendo sentido e lógica as formas de desigualdade e violência na vida social.

A permanência do racismo nos dias atuais demandou em primeiro lugar, a criação e a reformulação do imaginário social acerca de expressões culturais ou características biológicas sejam associadas, e em segundo, que a sociedade seja indiferente a disparidade de atribuições de privilégios e entre os grupos raciais (ALMEIDA, 2018). Fanon (1980) aponta como o racismo e a cultura estão em uma relação mútua uma vez que ambos são formadas a partir do contato entre o ser humano, o meio e seus semelhantes. Podemos captar a partir disso que as instituições e relações sociais são racistas por fazerem parte de um projeto de manutenção estrutural do racismo.

A população negra é a que permanece ocupando lugares sociais e de produção que ainda apresentam os maiores riscos a sua integridade e saúde em diversos aspectos, juntamente com outros grupos sociais, como os povos indígenas, os povos tradicionais, quilombolas, etc. Ao ser a maioria das empregadas domésticas com relações de trabalho profundamente marcadas pelo trabalho escravo, pelas jornadas de trabalho pesado e extensas, de pouca remuneração e dedicação intensa; ou as maiores vítimas da força policial que assassina jovens negros na periferia impunemente em nome do poder do Estado. (OLIVEIRA, 2015).

O racismo é estrutural e define a distribuição de privilégios e hierarquias, consolidando práticas raciais autoritárias mesmo em regimes democráticos, sendo uma estrutura que resulta em desvantagens ou privilégios para uma pessoa tendo como base o grupo racial ao qual ela pertence.

4.2 A SAÚDE COMO PROCESSO SOCIAL

4.2.1 A construção entre racismo e saúde

Segundo Sabroza (2006), assim como o conceito de raça apresentado anteriormente neste trabalho, o conceito de saúde pode também ser considerado ambíguo e dificilmente delineado, mesmo sendo utilizado em diversos contextos concretos e de grande importância, como nas pesquisas e políticas de saúde no Brasil. Dessa forma, a definição de saúde é formada a partir da interação com outros conceitos, os atores sociais envolvidos e o período histórico em questão. Neste trabalho será usada a definição de Lopes (2005), em que saúde é vista como um conjunto de condições integrais e coletivas de existência, influenciado pelo contexto cultural, ambiental, social, político e econômico.

As representações sobre o que é saúde e doença sempre foram baseadas pela relação mútua entre os corpos dos seres humanos, os demais seres e as coisas que os cercam (SEVALHO, 1993). Segundo Albuquerque e Silva (2014), o conceito de saúde passou por diversas concepções ao longo da história, até as mais atuais da ausência de doença e estado de completo bem-estar biopsicossocial. Segundo eles, estar saudável diz respeito a estar livre de doenças, em condições de realizar tudo que se apresenta como possibilidade de realização, sendo uma questão dada e determinada pelos limites e possibilidades socialmente impostas.

Para Sabroza (2006), o termo *saúde* continua sendo utilizado com frequência no campo da produção do conhecimento científico e no processo de formação de normas sociais, apesar de não ter uma definição precisa. Segundo o autor, normas sociais e modos de produção econômicos anteriores, como o escravista, ainda interferem nas novas formas de organização social, mesmo que com características diferentes. Ou seja, crenças e comportamentos que eram embasados no entendimento de saúde, doença e prevenção de épocas anteriores, ainda podem afetar as práticas atuais, mesmo com os avanços tecnológicos e de estudos que as comprovem obsoletas na área. Desta forma, é essencial a superação da instância única de análise, que leva apenas em consideração o contexto científico contemporâneo sobre o assunto, para compreender a relação entre condições de risco e comportamentos, com os limites de modos de vida impostos, relacionados a diversos grupos sociais (ALBUQUERQUE; SILVA, 2014).

Para Lopes (2005), uma vez que a estrutura social está diretamente ligada aos processos de saúde-doença, ao demarcar espaços sociais diferenciando pessoas e criando grupos sociais demarcados pela cor da pele, a sociedade brasileira define também o que é aceitável para cada

espaço e para cada grupo. Desta forma são estipulados para cada grupo diferentes significados e definições acerca do acesso a um compilado de direitos disponíveis, de recursos socialmente desejáveis e de poder.

O racismo, esta estrutura colonial atualizado ao longo do tempo, é a base dos atos discriminatórios limitadores da assistência e acesso em serviços de saúde, assim como no processo de saúde e doença de pessoas negras. Dar mais espaço para a escuta qualificada e o acolhimento às demandas de saúde da população tem como propósito incluir o entendimento biopsicossocial dos usuários em seus processos de saúde (ALEXANDRE et al., 2018). Para Werneck (2016), o investimento e prática nas políticas de saúde voltadas para a população negra deve partir do reconhecimento do racismo como fator central na produção de inequidades em saúde para esta população.

A população negra, seguindo a estratégia analítica de soma das categorias ‘pretos’ e ‘pardos’ do IBGE, é a maioria da população (IBGE, 2010), é a maioria do público usuário do SUS, e apresenta os piores indicadores de saúde na degradação de dados segundo raça/cor (WERNECK, 2016). Sem considerar como a vida econômica e social são, em certo grau, predeterminadas pela conjuntura social, frequentemente se cai na criação de intervenções e políticas não efetivas na produção de mudanças reais para uma sociedade mais justa, equânime e saudável, ao localizar a cura do adoecimento na mudança das práticas e contextos de vida dos indivíduos e grupos.

Alexandre et al. (2018) destaca o fato do racismo sofrido pela população negra influencia em seus indicadores econômicos, de saúde, educação e moradia, está relacionado com todo o ciclo de vida da pessoa negra, assim como sua trajetória familiar e individual. No campo da saúde, estes autores destacam a interferência do racismo na qualidade do cuidado e da assistência em saúde, nos índices de mortalidade, nos sofrimentos evitáveis e nas mortes precoces. Não interessa pensar em intervenções para a melhoria da saúde visando o saneamento básico, a moradia, o trabalho, alimentação, sem considerar que até mesmo esses padrões são predeterminados pelos fundamentos da estrutura econômica vigente (ALBUQUERQUE; SILVA, 2004).

Lopes (2005) aponta que grande parte dos estudos e pesquisas que abordam iniquidades ou desigualdades em saúde não consideram a maioria dos processos sociais que contribuem para a estrutura ou organização social da sociedade. Esses processos são geradores de assimetria de poder e privilegiam grupos sociais diferenciáveis, criando configurações distintas de exposição, proteção, segurança e vulnerabilidade social. Segundo a autora, o sexismo, o

racismo e o etnocentrismo integram a lista de fatores comumente ignorados ou descartados, resultando em interpretações científicas incompletas e parciais na área da Saúde Coletiva. Enquanto não for colocado em questão como e porque as relações de poder, marginalização e dominação são configuradas pelas percepções de raça, etnia, classe social e gênero, não se avança na discussão e produção de conhecimento (BORDE; ALVAREZ; PORTO, 2015).

A vinculação entre racismo e as vulnerabilidades em saúde, segundo Werneck (2016), ganhou mais força na agenda da gestão pública a partir da organização do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), fruto da Marcha Nacional Zumbi dos Palmares em 1995 em Brasília. Segundo a autora esta iniciativa trouxe diversos benefícios para a esfera política na área da saúde para a população negra, entre elas: a inserção do quesito raça/cor na Declaração de Nascidos Vivos e de Óbitos; a criação do Programa de Anemia Falciforme (PAF); a reestruturação da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes *mellitus*; o fortalecimento e extensão do então Programa de Saúde da Família até as comunidades quilombolas.

O racismo produz efeitos em quem o sofre e em quem o pratica, interfere nos processos individuais e coletivos, e gera condutas pessoais e interpessoais, produz pensamentos, sentimentos (ALEXANDRE et al., 2018). A cor é um dos fatores que interferem na divisão desigual de poder social que caracteriza a posição relativa de grupos sociais em situações de vantagem ou desvantagem com relação às condições de ser e se manter sadio (BARATA, 2018).

Para Lopes (2005), os estudos voltados aos efeitos das desigualdades sociais nas condições de saúde são de grande importância na análise sobre os perfis de adoecimento dos grupos sociais e dos indivíduos que os compõem. Segundo a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (BRASIL, 2011), são listados como causas de doenças e desigualdades em saúde, fatores como: desigualdades de etnia; raça; idade; sexo; local e condições de vida e moradia; condições em que a pessoa nasce; trajetórias familiares e individuais; condições de trabalho, emprego e renda; acesso à informação e aos bens e serviços potencialmente disponíveis.

As questões raciais são um exemplo desta relação. Embora nas últimas décadas, as taxas de mortalidade na população em geral tenham diminuído e a expectativa de vida tenha aumentado no país, a população negra ainda apresenta altas taxas de morbi-mortalidade em todas as faixas etárias, quando comparadas com a população geral (BRASIL, 2011).

Essas taxas elevadas são um reflexo das condições de vida da população negra no Brasil, desta forma, é de extrema importância o fortalecimento de estudos e ações com foco em grupos

populacionais específicos, uma vez que, a ocupação de lugares desiguais nas redes e relações sociais produz experiências desiguais de nascer, viver, adoecer e morrer (LOPES, 2005). Cunha (2008) detalha como o processo histórico escravista e colonial no país formou a base da construção social da diferença de acessos e condições de vida dos grupos sociais, refletindo atualmente na distribuição racial nos mapas da pobreza. A população negra, assim como os povos indígenas, ocupam as piores posições nos índices de qualificação e remuneração no mercado de trabalho, possuem os níveis mais baixos de escolaridade, estão presentes em maior números em territórios que possuem menor infra-estrutura, saneamento básico e altos índices de violência, além de maiores restrições no acesso aos serviços de saúde, e de pior qualidade quando os conseguem.

Batista et. al (2007) aponta que o racismo é presente nos serviços de saúde das mais diferentes formas mesmo quando há o acesso. Denominado de racismo institucional, é o racismo atuante de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações públicas ou privadas, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades de formas diferentes de acordo com a cor, etnia e cultura de quem o procura (LÓPEZ, 2012). Dentre elas os autores citam a discriminação de pessoas negras tanto como usuários como quanto profissionais, diminuindo a possibilidade de diálogo e criando barreiras ao acesso; na invisibilidade de patologias de maior prevalência entre a população negra com a falta de informação e formação dos profissionais; e na inexistência das discussões acerca dos impactos do racismo na saúde nos aparelhos de formação em saúde.

O racismo é um processo tão relevante e amplo que, em 2001, foi reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (2001) em documento para a Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância daquele ano, como um dos principais produtores de desigualdade na saúde e na assistência sanitária entre grupos étnicos e raciais, dando destaque também a importância da interferência do Estado nas questões acerca das adversidades envolvendo a questão racial. Para Werneck (2016) esta iniciativa aponta o racismo e a discriminação racial como determinantes associados ao adoecimento e a morte precoce na população negra.

Um exemplo de conquista política do Movimento Negro nacional pela redução de iniquidades derivadas do racismo é a criação e implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra/PNSIPN, por meio da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009 (BRASIL, 2017). Segundo o texto dessa portaria, a formulação da política está embasada na Constituição de 1988, que tem como princípio a cidadania, dignidade e repúdio ao racismo,

e reafirmando o respeito às diretrizes do SUS de universalidade, integralidade, igualdade e descentralização político-administrativa. Tem como marca o reconhecimento do racismo institucional como determinante social nas condições de saúde, e como objetivo a promoção da saúde integral a população negra, o combate ao racismo e a discriminação nas instituições e serviços de saúde do SUS (BRASIL, 2017).

A implementação da política coube às secretarias estaduais, municipais e aos órgãos do Ministério da Saúde, sob a coordenação geral da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP-MS), que seria responsável pela disseminação da política, sensibilização dos profissionais, monitoramento, avaliação e apoio técnico aos departamentos e áreas do Ministério da Saúde e instâncias governamentais regionais (BATISTA; MEDEIROS; MONTEIRO, 2013). Dentre as principais diretrizes gerais da PNSIPN estão a inclusão dos temas Saúde da População Negra e Racismo nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da área da saúde; a implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações de combate ao racismo no campo da saúde; e o desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação que desconstruam estigmas e preconceitos (BRASIL, 2017).

Instrumentos e políticas visando à justiça e equidade em saúde para a população negra são elaborados pelo Ministério da Saúde em conjunto com os movimentos sociais negros e estudiosos do tema. Werneck (2016) destaca a importância da população negra e de movimentos sociais, especialmente o Movimento de Mulheres Negras e do Movimento Negro em âmbito nacional, nos movimentos populares de saúde, incluindo os processos geradores da Reforma Sanitária e da criação do SUS. No entanto, a autora destaca o fato de que apesar disso não foi suficiente para inserir mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde criadas pelo racismo.

4.2.2 Adentrando na saúde mental

Sabroza (2006) argumenta que em sociedades complexas, como a brasileira, muitas vezes as interações entre o indivíduo e o coletivo, o Estado e a Sociedade, se apresentam como questões sociais, que podem refletir como problemas de saúde pública, questões relacionadas à cidadania ou a garantia de direitos humanos. Desta forma, muitas das questões sociais interferem nas condições de saúde da população, inclusive de saúde mental. Amarante (2007) define a saúde mental como um aspecto amplo, para além da psicopatologia e das doenças mentais, como um campo que aborda o estado mental dos sujeitos e das coletividades.

Saúde mental diz da relação dinâmica entre as forças individuais e sociais, que determinam a qualidade das relação dos sujeitos com o meio, o exercício de suas capacidades mentais e bem-estar subjetivo. É a capacidade de apreender e colocar em prática em as habilidades sociais, a capacidade de processar sentimentos, pensamentos e obstáculos que surgem ao longo da trajetória de vida (SANTOS, 2018; OLIVEIRA, 2016).

A saúde mental e o fortalecimento de sua condição de bem-estar são processos plurais que estão diretamente ligados a diversas esferas da vida em sociedade, como as condições e acessos a serviços de saúde, estruturas socioeconômicas e características territoriais (OLIVEIRA, 2017). A partir do entendimento desta pluralidade é possível compreender como os efeitos do racismo sobre a população negra se apresentam de forma variada ao longo da vida, para além dos exemplos citados, como nas relações interpessoais e entre os grupos sociais, e nas instituições (LOPES, 2005).

Reconhecendo a associação entre o racismo sofrido por pessoas negras e a saúde mental, a PNSIPN trata em seu terceiro capítulo as estratégias e responsabilidades das esferas de gestão:

[...] V – fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social;
VI – fortalecimento da atenção à saúde mental de mulheres e homens negros, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas; [...] (BRASIL, 2017, p. 33).

Estas resoluções são consistentes com as ideias de Oliveira (2017), que afirmam que a segregação racial funciona como uma afirmação do racismo, da discriminação e do preconceito, reforçando os estereótipos negativos criados histórica e socialmente acerca da população negra. Para o autor, o reconhecimento destes contextos sociais prejudiciais a população negra precisam ser valorizadas no âmbito das políticas de saúde da população negra, uma vez que são desencadeadores de adoecimentos físicos e mentais.

A Psicologia, minha área de formação e ciência que têm a saúde mental e bem-estar mental como foco, tem um histórico de omissão e ausência de debates e produções acerca da saúde mental da população negra, e os efeitos e peculiaridades do racismo (SANTOS, 2018). Apesar de muito já ter sido produzido em décadas anteriores, de forma autônoma e sem a atenção devida, a organização de psicólogos negros tem produzido um aumento recente do tema nos trabalhos acadêmicos, eventos e artigos da área.

Kilomba (2019), psicóloga portuguesa que ganhou destaque recente no Brasil no debate sobre racismo e saúde mental da população negra, aponta o racismo como um produtor de traumas constantes ao longo da vida de uma pessoa negra. Segundo ela, são acumuladas violências raciais cotidianas sobrepostas, de formas mais diversas, desde a constatação da estrutura racista social, às relações interpessoais.

Segundo Faro (2011), pesquisas sobre estresse indicam que há uma distribuição racial desigual quando considerado experiências estressoras, principalmente quando associadas a situações de discriminação racial, as quais seus efeitos as configuram como determinantes psicossociais da saúde. Estas constatações reforçam a importância do quesito raça/cor nos Sistemas de Informações em Saúde (SIS), pois possibilitam identificar, através de dados empíricos, vulnerabilidades e disparidades raciais produzidas no processo de saúde-doença.

Considerando essa estratégia de união das categorias de cor/raça “preta” e “pardo” para melhor capturar o tamanho da população negra, é necessário levar em consideração as variadas experiências de vida de negros e não-negros, respeitando as diversas características e recortes de acesso a serviços, estilo de vida e contextos sociais. Do ponto de vista da pesquisa acadêmica, que em sua maioria influenciam e servem como base para a formulação de políticas públicas em saúde, não é suficiente a apresentação de resultados em escalas numéricas. É necessário também considerar na formação e análise de resultados dessas pesquisas as diversas características culturais, econômicas, políticas e históricas da população investigada (LOPES, 2005).

O simples agrupamento estratégico de categorias de análise e o reconhecimento institucional para a definição de quem constitui a população negra, não é o suficiente para abordar em sua complexidade a vivência do que é se reconhecer como tal. A formação de uma identidade racial apresenta um efeito sobre a autopercepção do sujeito negro, e provoca uma mudança em como se relaciona e se expressa nos processos pessoais e coletivos em um contexto social racista e discriminatório (FARO, 2011).

Santos (2018) cita a tristeza profunda e a baixa autoestima presente nas pessoas negras provocada em pessoas negras pelo racismo no processo em seu processo de exclusão. A produção de lugares inacessíveis para grupos racializados resulta na falta de motivação e esperança na vida, pois a barreira racial impede a locomoção e ascensão social. Fanon (2008) diz que esta inacessibilidade se dá pela produção colonial feita sobre o corpo e o sujeito negro. Segundo ele, o sujeito negro é o alvo de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si, o que é ruim, mantendo segura a bondade e moral do ego branco.

O mito da superioridade branca na organização social racista é uma das violências mais cruéis na subjetividade da pessoa negra. Segundo Gonzalez (1988) afirma que é produzido um vazio na identidade negra, sua forma de ser deixa de ser considerada e é ocupada pelo desejo da brancura. É neste espaço que acontece o desejo de embranquecer, de negar a própria pele, a própria cultura, e se instaura o constante mal estar de não ser algo, que é inalcançável. Sabroza (2006) caracteriza os processos de saúde-doença dos sujeitos como expressões de trocas dinâmicas e complexas com seu entorno, reguladas pelo seu próprio sistema de informação e concepções pessoais. Este entendimento sobre estes processos torna possível a coexistência de variadas concepções de saúde e doença, de acordo com o contexto cultural e formação de cada um.

O racismo pode ser considerado um fator de influência na saúde mental individual e coletiva para além de uma concepção biomédica, ao levar em conta o contexto nacional racista de anulação e marginalização da história e vivência deste segmento da população. Anulação esta que se apresenta em alguns aspectos como na falta de reconhecimento e valorização da contribuição histórica e cultural africana e afro-brasileira; no não reconhecimento das especificidades das experiências sociais de mulheres e homens negros; e do não reconhecimento da importância da organização política e social dos movimentos sociais negros na luta pela garantia de direitos da população negra (BARROS et al., 2014; OLIVEIRA, 2017).

O reconhecimento de uma soma de acontecimentos e vivências que definiram mundialmente uma condição humana, a condição do ser negro, funciona também como fonte de consciência identitária e coletiva, que se torna importante na base de construção individual, política e social da pessoa negra. O sujeito que se identifica como parte deste coletivo, ao compreender a atuação do racismo e dos determinantes sociais em saúde sobre os processos de saúde-doença e na vida da população negra como um todo, pode sofrer interferências na sua percepção e interação com o contexto, e esta relação influencia diretamente em seu estado mental e bem-estar (CÉSAIRE, 2010).

4.3 MOVIMENTO NEGRO COMO ATOR POLÍTICO

Os estudos acerca da teoria e prática dos movimentos sociais formam uma área de pesquisa e produção científica específica dentro das Ciências Sociais, o que torna impossível afirmar uma acertada e única definição sobre eles (LUCAS, 2006). Por não ser a pretensão deste trabalho se debruçar inteiramente sobre este campo, será utilizada para a construção desta temática a definição de Scherer-Warren (2006) sobre os movimentos sociais, o qual a autora

define como um processo contínuo que envolve diversas articulações em função de um projeto e objetivo em comum. Podem ter sua abrangência do nível local ao transnacional, com até nenhuma institucionalidade e atuações em frentes variadas, mas organizados contra uma força de oposição bem definida.

Com um histórico de transformações de acordo com os contextos sociais e históricos, Lucas (2006) e Santos B. (1999) apontam como característica de destaque dos movimentos sociais atuais a formação de sua base social de forma coletiva e não-institucionalizada. Segundo eles, ao considerarem todos os cidadãos da sociedade civil como atores políticos influentes, estes movimentos legitimam as demandas que surgem a partir do coletivo e fora das instituições governamentais e, desta forma, propõem processos de construção política menos centralizadores e hierarquizados, com objetivos e ideologias variados.

As organizações coletivas que antes tinham seus grupos e ações formados por sujeitos que se identificavam como pertencentes a uma categoria única, na atualidade são formados e baseados em um sujeito plural, com identidades cada vez mais diversas e com interesses políticos cada vez mais amplos (SCHERER-WARREN, 2006). As lutas que antes eram grupais, a exemplo do movimento dos operários ou dos bancários, atualmente são definidas por variadas dimensões da identidade, como a classe, o território, o gênero e a raça/cor; ou de cunho cooperativo e solidário, como a atuação em defesa da liberdade, da sustentabilidade ou pelo respeito à diversidade.

Em vez de permanecerem organizados em ações que focavam apenas seus próprios interesses, as ações coletivas passam a agir a partir da interação de diversos atores e movimentos (LUCAS, 2006). Scherer-Warren (2006) considera esta articulação como uma ação estratégica dos movimentos sociais, pois ao articularem com outros grupos que dividem e simpatizam da mesma identidade política e social, ganham mais visibilidade e aumentam o impacto de suas demandas na esfera pública.

Para Lucas (2006) os movimentos sociais conseguem traduzir os diferentes discursos e expectativas presentes no contexto social, o que estimula a formação coletiva de orientações políticas, que passam a não depender exclusivamente do Estado, e amenizam a crise da baixa representatividade nas esferas políticas estatais. Scherer-Warren (2006), entretanto, chama a atenção para um ponto de constante tensão dentro destes movimentos: o de ser um agente autônomo de representação da sociedade civil de oposição permanente ao Estado, ou de ser colaborador na implementação e formulação de políticas públicas.

O trabalho dos movimentos sociais vai além do seu trabalho junto ao Estado ou sua mera oposição. Estes movimentos carregam uma parcela de responsabilidade nas mudanças que ocorrem na base das construções sociais, e estão em uma posição de transmissores e interlocutores de conhecimento e informações produzidos por grupos que não se encontram no topo da distribuição social do poder (GOMES, 2017).

Ao pensar o Movimento Negro (MN) brasileiro, segundo Scherer-Warren (2006), caberia a definição de movimentos sociais por ser considerado uma coligação de forças organizadas em torno de valores e projetos em comum, que definem a partir da conjuntura como e quais atores e cenários devem ser transformados e eliminados. Porém, Cardoso (2002) destaca o exercício de construção de uma outra interpretação histórica do país como um diferencial entre o MN e os outros movimentos sociais. De acordo com o autor, a preocupação com a interpretação do passado histórico tem por objetivo possibilitar e fomentar um entendimento mais aprofundado do contexto social atual da população negra no Brasil.

Para Gomes (2017), o MN se aproxima de outros movimentos sociais que reconhecem uma produção ativa de formas de preconceito e discriminação na distribuição desigual de poder, na herança colonial e na estrutura econômica vigente. A autora destaca a necessidade da criação de estratégias conjuntas com esses movimentos para o fortalecimento da luta comum, através de suas articulações emancipatórias, sem perderem o foco de suas pautas específicas.

Santos (1994) define o MN como:

(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo, fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro (SANTOS, 1994, p. 157).

Esta definição ampla acerca do MN comporta não só as organizações políticas organizadas, como o Movimento Negro Unificado, mas outras entidades que visam a autodefesa física e cultural da população negra, seja rodas de capoeira, terreiros de candomblé ou centros de pesquisa (DOMINGUES, 2007). Pahim (1993) define como característica central deste movimento ter a raça e a identidade racial como fator principal, bem como a reivindicação por ações que combatam e eliminem a marginalização social, cultural e política dos negros.

Domingues (2007) chama a atenção para a diversidade do MN na busca por seus objetivos, e não só nas formas de organização e frentes de atuação, mas também nas bases político-ideológicas de suas lideranças e organizações, que constroem e reconstróem suas estratégias de acordo com o contexto político e social, em diálogo com o Estado e com a

sociedade brasileira como um todo. Advêm de sua luta um conhecimento específico (SANTOS, 2017), elaborado a partir da vivência, que torna possível a construção de novos entendimentos e argumentos acerca dos problemas centrais de sua organização.

Em seu trabalho, Gomes (2017) destaca como MN historicamente vem fazendo o papel de sintetizador dos conhecimentos sobre a questão racial no país, e possibilitando uma comunicação entre o Estado, a academia e a população negra fora das universidades. A autora aborda de que forma estes conhecimentos serviram de base para diversas políticas públicas, e para o crescimento e disseminação da discussão a respeito da vivência negra e do contexto racial, fora do ambiente acadêmico, e dentro das ciências da Saúde, Humanas, Sociais e Jurídicas no Brasil.

Segundo Gomes (2017), o MN tem seu papel central como um movimento educador, e neste contexto considera educação como algo amplo e para além do ensino formal institucional, que “ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social” (GOMES, 2017; p. 28).

A influência dos debates e ações das entidades e grupos políticos negros aparecem na construção política do país em diversas frentes, desde a implementação de ações afirmativas voltadas a integração da população negra a espaços elitistas, como a universidade e as posições de poder em cargos públicos; à reformulação do SUS em 2006, que possibilitou a formulação da PNSIPN (BRASIL; TRAD, 2012). Há uma atuação na área da saúde desde o início dos anos 80, com uma participação ativa de determinados grupos dentro do MN, principalmente o Movimento de Mulheres Negras, acerca dos direitos e da saúde reprodutiva da mulher (WERNECK, 2005).

Como qualquer movimento, o MN enfrenta muitos dilemas e dificuldades, internas e externas, em seu percurso. Domingues (2008) apresenta algumas questões como a falta de engajamento de grande parte da população negra no país, que reconhece a discriminação racial como um fato específico e individual, e não como parte de um sistema; e o não reconhecimento do racismo como uma questão de luta coletiva.

O racismo se mantém como um sistema de privilégios de grupos que se autodefinem como superiores, reservando a eles poder e controle dos bens públicos simbólicos e materiais (WERNECK, 2005). Desta forma, é de extrema necessidade a mobilização de grupos privilegiados no poder na destituição do racismo. Porém, é de grande relevância destacar que todo avanço político e social no âmbito das questões raciais no país é atravessado pela constante

atuação dos movimentos sociais negros (BATISTA; MEDEIROS; MONTEIRO, 2013; DOMINGUES, 2008; GOMES, 2017).

5 METODOLOGIA

Os sujeitos participantes desta investigação foram as principais lideranças negras do MN que atuam na cidade de Nova Iguaçu. A união e formação de coletivos de pessoas negras buscando amparo e fortalecimento contra o sistema racista sempre foi presente na história do Brasil, seja dos quilombos clandestinos, as irmandades de negros livres, a formação de organizações, grupos, jornais, entre outras iniciativas legais a partir da República. De rodas de capoeira, a centros de religiões de matriz africana até os coletivos atuais, o Movimento Negro (MN) é construído diariamente nas iniciativas mais variadas.

Movimento Negro Unificado (MNU) é a organização política negra mais antiga do país. Fundado em 1987 em São Paulo, a organização nos dias de hoje atua em nível nacional e está presente em 17 estados brasileiros. Como pauta principal desde sua formação o MNU busca, dentre outras ações políticas, a desmistificação da democracia racial brasileira, a organização política da população negra e a organização para enfrentar a violência policial (DOMINGUES, 2007). Atualmente o MN traz em sua ação a exigência do cumprimento real do reconhecimento e respeito das diferenças raciais e culturais, a implementação de ações afirmativas e políticas redistributivas, o combate à discriminação racial e a defesa dos direitos civis da população negra (GUIMARÃES, 2002).

O contato inicial para esta pesquisa foi feito com um membro do MNU morador da cidade, e a partir deste contato, foi solicitada a indicação de possíveis lideranças reconhecidas, pelas pessoas atuantes e pela comunidade, para participarem da pesquisa. Foi realizada uma investigação através de entrevistas semi-estruturadas com um roteiro de perguntas semi-abertas, com a finalidade de obter dos entrevistados suas opiniões e perspectivas sobre os assuntos abordados como objetivos da pesquisa. Estando atenta a questões e pontos relevantes que podem surgir durante a entrevista, e que não foram pensadas durante a formulação do projeto e do roteiro.

Foi realizado no decorrer da pesquisa, o aprofundamento acerca dos tópicos centrais dos assuntos abordados neste trabalho, assim como os levantados no campo e os que surgiram a partir da colocação de cada entrevistado. Foi levado em consideração para análise os contextos e trajetórias de atuação e de vida compartilhados nas entrevistas.

As entrevistas foram documentadas através da gravação de áudio e posteriormente transcritas para facilitar a análise de dados e a evocação de trechos de destaque. Foi utilizado como método a análise de narrativa por entender a narrativa como uma prática social constitutiva da realidade e por enquadrar esse tipo de análise como uma forma de se fazer

análise do discurso (BASTOS e BIAR, 2015). A análise desses dados foi feita a partir da identificação de aspectos presentes nas narrativas dos entrevistados que contribuíssem para a compreensão final das questões levantadas na pesquisa e ao longo dela. Foi feita uma análise interpretativa das similaridades e divergências entre as representações de cada entrevistado, e o que estas dizem sobre a pergunta de pesquisa. Foram utilizados trechos de destaque das respostas para nortear e comunicar a interpretação dos resultados.

Foi solicitada a assinatura de cada participante no Termo de Consentimento Livre Esclarecido, previamente autorizado pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública - ENSP. Foi explicado os possíveis incômodos e riscos que poderão ser despertados pela participação no estudo. Foi permitido aos participantes declinar ou recusar a participação em qualquer momento, seja antes, durante ou depois da realização da entrevista.

5.1 TRAJETÓRIA DE CAMPO

Minha entrada no campo teve início através da indicação de um membro do Movimento Negro Unificado (MNU) que reside em Nova Iguaçu e me indicou dois nomes centrais para eu iniciar meu contato. Através das indicações dessas duas pessoas foi possível alcançar os outros 12 entrevistados.

Ter a minha cidade como campo de pesquisa foi uma experiência bastante interessante. Me fez ir em bairros que não conhecia, pegar linhas de ônibus que sempre me perguntava por onde passava, ir em lugares que sempre estiveram no meu trajeto mas que nunca tinha entrado, recorrer a memória em trajetos que não fazia há muitos anos.

Fazer este campo fez eu me perceber também como um personagem típico de Nova Iguaçu: Moradora antiga que vive uma cidade dormitório e pouco sabe de seu território. Desde o ensino médio toda minha formação eu fiz fora da minha cidade, são 13 anos no exercício de percorrer outros territórios, principalmente a capital, e delegando o meu território ao segundo plano. Portanto, percorrer esse espaço foi muito importante e desafiador ao mesmo tempo.

Ao fazer o contato inicial com os entrevistados todos foram muito solícitos no geral. Entre um atraso de resposta e outro, não consegui realizar a pesquisa com apenas dois contatos. Os contatos iniciais em sua maioria foram positivos, com interesses sobre o tema da pesquisa, parabenizações por ter alcançado a pós graduação em uma instituição estimada do país, e disposição em fazer o encontro acontecer. Fui bem recebida em todos os espaços que adentrei, sempre com um certo grau de satisfação de estar podendo ajudar.

A recepção dos mais velhos me chamou mais atenção, sempre mais calorosa, orgulhosos de se depararem com uma mulher negra da cidade fazendo uma pesquisa sobre o povo negro

de seu território. Era perceptível essa felicidade em ver um corpo negro ocupando este lugar. Se não me falha a memória, todos me parabenizaram por isso, seja pelo telefone no primeiro contato, ou ao vivo no decorrer da entrevista.

As entrevistas com os mais velhos também foram as que mais me convocaram. Foram conversas recheadas com falas como: “você sabe o que eu quero dizer”, “você entende isso não é mesmo?!”, “você como psicóloga sabe o que eu tô falando”, “na Fiocruz você deve sofrer a mesma coisa”. Acredito que essas falas foram baseadas numa ideia de que pra eu, uma mulher negra de Nova Iguaçu, estar ali ocupando uma vaga em uma pós graduação, passamos por muitas coisas em comum, que eles sabem o percurso por já terem passado por ele. Foram entrevistas baseadas em muita identificação e trocas, algumas positivas, outras nem tanto. Pessoas com histórias de vida e produções ricas se colocaram à disposição para me falar de sua trajetória, para compartilhar passagens íntimas de suas vidas, a ler para mim seus poemas relacionados ao tema, me deram edições de seus livros e de outros autores que acreditavam ser importantes para a produção do meu trabalho.

Eu senti nestas entrevistas um acolhimento muito positivo. Entrar em contato com uma geração formadora da cidade que nunca tive acesso, ouvir histórias e vivências com cenários conhecidos me soava quase romântico na imaginação. Passar por estes lugares e agora lembrar de histórias e referências que não são minhas se tornou um resultando inesperado deste processo. Perceber que a diferença de idade entre nós não era suficiente em certos pontos, que temos muitas coisas em comum, também.

A diferença principal entre entrevistar grupos de idades tão diferentes foi o tempo de duração de cada entrevista. Com os entrevistados mais velho não tive nenhuma entrevista com menos de uma hora e meia de duração, e tive encontros que chegaram a durar três horas. Acredito que pelas longas trajetórias e gatilhos afetivos que as perguntas suscitaram. Apesar do cansaço, algumas vezes fiz até duas entrevistas no mesmo dia, ouvir os mais velhos sempre me traz a boa sensação de pertencimento e construção de memória coletiva.

As entrevistas com os mais novos foram bem mais curtas, chegando ao máximo de quarenta ou cinquenta minutos. Acredito que esta diferença de duração foi por terem uma trajetória mais curta e mais recente, ou talvez apenas por ainda não terem o instinto de contadores de histórias dos mais velhos. A maioria destes entrevistados foi mais pontual e assertiva em suas respostas.

Entrevistar estas lideranças para mim foi interessantes por terem semelhanças com a minha própria trajetória: envolvimento com o movimento estudantil; sair da cidade para

estudar; construir crítica racial na universidade; depender do sistema de transporte precário da cidade para ter acesso a capital; o cansaço do deslocamento; perceber a diferença gritante entre os dois territórios; o afastamento de seu território; até a tentativa de retorno, que faço através deste trabalho. Ao mesmo tempo que marcada por diferenças, como as grandes atuações locais em pouco espaço de tempo.

Ter contato com essas pessoas foi conhecer uma cidade pungente, uma Nova Iguaçu com uma história de movimentação e criação política e cultural incrível, que foi silenciada pelo abandono e pela violência. Porém, possui potências atuais que não deixam esta motivação ser dizimada, continua no caminho de construir novas formas de resistência, fortalecimento e luta pelo direito ao acesso e garantia de serviços básicos.

Realizar este campo significou conhecer espaços nunca antes imaginados, realidades distantes dentro do mesmo território, reconhecer privilégios e posturas “colonizadas pela capital”, como dito por uma das entrevistadas. A sensação que ficou é de um passo inicial para o processo de descolonização, início de um retorno a ser de fato parte do meu território.

Para finalizar, me ficou a curiosidade de conhecer as tantas outras potências do passado e do presente espalhadas em nossa cidade e eu não tive acesso. Gostaria de deixar aqui registrado duas referências importantes de luta antirracista dentro da cidade de Nova Iguaçu que não fizeram parte do trabalho apenas devido ao cronograma de realização do campo. Toda gratidão e respeito ao Instituto Enraizados, coordenado pelo Dudu de Morro Agudo, em Comendador Soares; e a Casa Ilê Omiojuarô, comandado pelo Babá Adailton de tradição Ioruba, no bairro de Miguel Couto.

5.2 CODINOMES CITADOS NO TRABALHO

De acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Ética da Escola Nacional de Saúde Pública, e conforme especificado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) assinado pelos participantes, foram preservadas as identidades das pessoas entrevistadas neste trabalho. Para mantê-los anônimos foram escolhidos codinomes para representa-los escolhidos a partir de figuras relevantes na luta antirracista nacional.

- Acotirene: uma das primeiras mulheres a habitar Quilombo dos Palmares, teve seu nome dado a um dos mocambos (filial) em sua homenagem, localizado no litoral dos atuais estados de Pernambuco e Alagoas.²

² BOMFIM, Edilma Acioli; ROSA E SILVA, Enaura Quixabeira. Dicionário Mulheres de Alagoas ontem e hoje. Edufal. 2007.

- Almir: Almir de Souza Serra, mais conhecido como Almir Guineto, era um sambista nascido no Morro do Salgueiro, no Rio de Janeiro, em 1946. Instrumentista e compositor, destaque no samba de partido-alto, tem seu nome em destaque em criações e colaborações de extrema importância no mundo do samba, como a participação na fundação do Cacique de Ramos em 1961, Originais do Samba nos anos 70, e do grupo Fundo de Quintal nos anos 80. Almir faleceu em 2017, aos 70 anos.³

- Beth: Elizabeth Santos Leal de Carvalho, mundialmente conhecida como Beth Carvalho, nasceu em 1946 na cidade do Rio de Janeiro. Conhecida como Madrinha do Samba, Beth possui composições célebres ao mundo do samba, e descobriu grandes nomes do gênero como Almir Guineto, Zeca Pagodinho, Jorge Aragão, Luiz Carlos da Vila e o grupo Fundo de Quintal, entre outros. Beth Carvalho faleceu em 2019, aos 72 anos.⁴

- Clara Nunes: Clara Nunes, nome de batismo Clara Francisca Golçalves, era mineira de Caetanópolis. Sua voz ficou conhecida pelo movimento da Jovem Guarda e posteriormente com músicas da cultura negra, como samba e pontos da Umbanda e Candomblé. Clara faleceu em 1983, no Rio de Janeiro.⁵

- Conceição: Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946, e migrou para o Rio de Janeiro na década de 1970. Graduada em Letras pela UFRJ, é mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011). Conceição é atualmente um dos principais nomes nacionais da literatura afro-brasileira.⁶

- Dan: Dan Ferreira é o nome artístico de Danilo Santos Ferreira. Ator nascido no estado da Bahia, na cidade de Salvador, em 1991. Com passagens pelo teatro, cinema e novela, iniciou sua carreira na TV em 2012 em “Malhação”.⁷

³ OLIVEIRA, Bernardo. Almir Guineto foi sambista completo e inovador. Folha de São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/05/1881951-almir-guineto-foi-sambista-completo-e-inovador.shtml>>. Acesso em: 18 maio de 2020.

⁴ BIOGRAFIA. Beth Carvalho 50 anos de sucesso. Disponível em: <<http://bethcarvalho.com.br/biografia/>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

⁵ CLARA NUNES. Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/clara-nunes/biografia>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

⁶ CONCEIÇÃO EVARISTO. Literafor – o portal da literatura afro-brasileira, 2020. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

⁷ DAN FERREIRA. Purepeople. Disponível em: <https://www.purepeople.com.br/famosos/dan-ferreira_p551011>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

- Heraldo: Heraldo Pereira de Carvalho é jornalista, natural de Ribeirão Preto, São Paulo, nascido em setembro de 1961. Entrou na Globo em 1985. Em 2002 passou a integrar a equipe de apresentadores do Jornal Nacional. Em dezembro de 2017, tornou-se âncora do Jornal das Dez, da GloboNews.⁸

- Hilton Cobra: ator e diretor de teatro José Hilton Santos de Almeida, também conhecido como Cobrinha, nasceu em 1956 em Feira de Santana, Bahia. Hilton Criou no Rio de Janeiro em 2001 a Cia dos Comuns, companhia de teatro voltada para ampliação de artistas negros no teatro. Foi presidente da Fundação Cultural Palmares em 2013.⁹

- Jessica Ellen: atriz, cantora e bailarina, formada em artes cênicas, Jéssica Ellen Dias da Costa, da Rocinha, no Rio de Janeiro, nasceu em 1992. Seu primeiro trabalho na tv foi na novela “Malhação” em 2012.¹⁰

- João Candido: João Cândido Felisberto, conhecido como Almirante Negro, foi líder da Revolta da Chibata, no Rio de Janeiro, movimento que por quatro dias, em novembro de 1910, alarmou a então capital da República. A revolta era contra os castigos físicos dados a marinheiros negros dentro da Marinha do Brasil. O movimento resultou no fim dos castigos físicos e na expulsão do almirante da corporação, pela qual só foi anistiado em 2008. João foi o único sobrevivente dos 17 marinheiros presos após a revolta, todos morreram por intoxicação por cal dentro da cela. Nascido em Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, em 1880, João morreu em 1969, morador de São João de Meriti, na Baixada Fluminense.¹¹

- Maria: nome escolhido para representar todas as mães negras que perderam seus filhos de formas não naturais. Inspirado na música de Milton Nascimento, “Maria, Maria”.

- Menina: pensado a partir da pouca idade e rosto juvenil da entrevistada em questão, mas que quando iniciava suas falas eram carregadas de muita intensidade e precisão.

- Muhammad Ali: Muhammad Ali (1942-2016) foi um pugilista norte-americano, considerado um dos maiores boxeadores da história. Com o nome de batismo Cassius Marcellus

⁸ PERFIL. Memória Globo, 2002. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/perfil/heraldo-pereira/>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

⁹ HILTON Cobra. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa467107/hilton-cobra>>. Acesso em: 19 de maio de 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

¹⁰ JESSICA ELLEN. Purepeople. Disponível em: <https://www.purepeople.com.br/famosos/jessica-ellen_p546672>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

¹¹ OLIVEIRA, Flávia. João Cândido, um brasileiro. O Globo, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/joao-candido-um-brasileiro/>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

Clay Jr., nasceu na cidade de Louisville, Kentucky, Estados Unidos, no dia 17 de janeiro de 1942. Filho de um pintor de faixas e cartazes e de uma empregada doméstica começou a treinar boxe com apenas 12 anos de idade. Em 1960, com 18 anos ganhou sua primeira medalha de ouro nos jogos Olímpicos de Roma, competindo na categoria meio-pesado contra o polonês Zbigniew Pietrzykowski. Em 06 de março desse mesmo ano, após a adesão à Nação Islã, Cassius mudou seu nome para Muhammad Ali-Hal, pois segundo seus mentores, Clay é nome de escravo. Muhammad Ali teve sua carreira profissional interrompida ao se recusar a atender a convocação do exército norte-americano para lutar na Guerra do Vietnã. O atleta foi destituído de seus títulos e banido do boxe por três anos e meio e condenado a cinco anos de prisão. A condenação acabou sendo anulada pela Suprema Corte, em 1971 e revertida em uma multa de 10 mil dólares ao governo. Ao longo de sua trajetória se fortaleceu como um grande nome de combate e denuncia ao racismo.¹²

- Toni: Antônio Bento da Silva Filho é cantor, ator e apresentador, nascido no bairro de Realengo, no Rio de Janeiro, em 1967. Formado em Educação Física e Fisioterapia, é conhecido nacionalmente como vocalista da Banda Cidade Negra, e pela sua atuação no filme Orfeu, de Cacá Diegues (1999).¹³

- Zózimo: Zózimo Bulbul foi um ator, diretor e cineasta, nascido no Rio de Janeiro em 1937. Foi o primeiro protagonista negro de uma novela brasileira e é até hoje a principal referência do cinema negro no país. Em 2007 fundou o Centro Afro Carioca de Cinema. Zózimo faleceu em 2013 aos 75 anos.¹⁴

¹² MUHAMMAD ALI. Pensador. Disponível em: <https://www.pensador.com/autor/muhammad_ali/biografia/>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.

¹³ TONI GARRIDO. Pró TV. Disponível em: <http://www.museudatv.com.br/biografia/toni-garrido/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

¹⁴ ZÓZIMO BULBUL. Centro Afro Carioca de Cinema. Disponível em: <http://afrocariocadecinema.org.br/zozimo-bulbul/>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

6.1 CATEGORIZAÇÃO DE MOVIMENTO NEGRO

*“Quilombo não significa escravo fugido.
Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre,
solidariedade, convivência, comunhão existencial.”*
(NASCIMENTO, 2019, p. 289)

Para pensar a categoria Movimento Negro retomo à definição construída anteriormente neste trabalho. É um movimento nacional constituído da forma que conhecemos atualmente a partir dos anos 70, com a característica principal de denunciar o mito da democracia racial no país (Lima e Pereira, 2019). Também é formado por uma diversidade de ideologias, práticas, políticas e valores culturais (GONZALES, 1982). Ou seja, na verdade não se trata de Movimento Negro, mas sim, de Movimentos Negros. Esses movimentos são construídos a partir de seu território, período histórico e contexto social, em um regime opressor que se atualiza há cinco séculos no país, desde nossas relações cotidianas às estruturas na base da estrutura brasileira.

O MN é composto pelas mais diversas articulações e organizações, de ações coletivas ou individuais, institucionais ou não, de negros e negras explicitamente posicionados na luta política contra o racismo e seus efeitos. Ele é caracterizado por compreender a “raça” como uma construção social, capaz de ser ressignificada e politizada. É um ator político construído por pessoas negras, criador e organizador de saberes emancipatórios (GOMES, 2017).

Faz parte da prática destas pessoas e destes grupos recontar uma história de sequestro, de apagamento, de injustiça, de sobrevivência e de potência. São negros e negras em uma constante luta, dentro e fora das vias do Estado e da institucionalização, para o reconhecimento da humanidade de toda uma parcela da população, e da invisibilização das práticas racistas sociais. Há a produção dinâmica de saberes indenitários, estéticos/corpóreos e políticos nestas práticas (GOMES, 2011).

Ao analisar as respostas dadas pelas lideranças do MN local de Nova Iguaçu entrevistadas para esta pesquisa, percebi nas respostas em geral, a pluralidade desse movimento. Estas lideranças destacaram este movimento como difuso, porém, unido no reconhecimento do racismo como estrutural, na ação pela garantia de direitos e bem estar da população negra das formas mais diversas.

Essa proposta não é simples. Esta pertença, ou tomada de responsabilidade, não me foi romantizada pelas lideranças ao longo dos processos de entrevista. Foi marcado pelos entrevistados em diversos momentos o quanto estão presentes nesta luta a dor, o cansaço e os conflitos subjetivos e coletivos. Percebi como este compromisso é constante, sentido de forma intensamente desgastante em diversos momentos, seja pelos líderes com décadas de prática, ou os de gerações mais recentes. Um desgaste, segundo eles, compensado pelas conquistas coletivas.

O MN é caracterizado, ao meu ver, como um movimento político legítimo, diverso, que se apresenta na forma de resistência de pessoas negras pelo direito à própria vida, ao próprio corpo, às suas próprias maneiras de existir, presente de formas variadas desde o início da diáspora africana. Vejo este Movimento ser formado por pessoas negras, que em um movimento contrário à colonização, têm como propósito desmentir uma construção historicamente contada de inferioridade e subordinação da população negra como um todo.

Durante a realização do campo, foi possível identificar como a luta coletiva e politização da raça urge em algumas pessoas negras como algo essencial, um guia da sua forma de estar no mundo. Como foi possível destacar na fala de Menina, por exemplo:

Eu vejo [o Movimento Negro] como uma obrigação, sabe?! A gente não escolhe militar, a gente não escolhe ficar brigando, reivindicando coisas, reivindicando espaço... Eu me sinto obrigada a fazer isso. Eu não queria não, eu acho muito cansativo, mas é um jeito das pessoas negras se colocarem e entenderem um lugar, sabe?! E reivindicar isso coletivamente.

Lima e Pereira (2019) apontam um MN produtor de símbolos e significados, através de uma cultura de luta, definida por eles como a determinação individual e subjetiva dos sujeitos que se colocam em ação para a construção de uma nova sociedade. Esses sujeitos podem ser membros de movimentos sociais ou não. Foi possível identificar na fala de Acotirene, uma das lideranças entrevistadas, a luta política e a noção de pertença à este Movimento como formador de identidade, produtor de agência, de ressignificações pessoais e um motivador na sua trajetória de vida:

O Movimento Negro me deu identidade. Que eu quando era adolescente, era uma jovem, não entendia. O Movimento Negro me deu opções de escolhas (...). E o mais importante, o Movimento Negro me trouxe uma consciência. (...) O Movimento Negro me deu uma direção na vida. (...) [Dentro do Movimento Negro] Tem muito sonhos, tem muita força. (...) É um espaço de formação de identidade.

No MN a raça é um fator organizador dos negros em torno de um projeto comum de ação contra a sua marginalização política, educacional, cultural e social (DOMINGUES, 2007). Nascimento (2019) utiliza o termo “quilombismo” para nomear essa “ideia-força”

(NASCIMENTO, 2019, p. 282) apresentada de diversas formas e organizações, mutante de acordo com seu contexto histórico, social e territorial, mas que possui uma essência comum.

O autor faz uma referência direta aos quilombos brasileiros formados no período escravocrata, uma iniciativa urgente da população africana e afro-brasileira de proteção, sobrevivência e defesa de sua vida e forma de ser. Esta iniciativa partiu de uma “exigência vital” (NASCIMENTO, 2007, p. 281) de resgate de dignidade. Nascimento (2007) nomeia “quilombismo” essa práxis afro-brasileira de liberdade, de defesa da humanidade do povo negro, sem organização específica, mas fundamentada em uma afirmação étnica e cultural.

Esta nomeação me remete ao conceito de “amefricanidade”, de Gonzales (1988). Este conceito vai um pouco mais longe territorialmente ao considerar o continente americano como um todo, porém, reconhece a mesma resistência de negros e africanos na diáspora, a produção de similaridades e formas de vida diretamente ligados a herança africana no continente. Tanto Gonzales (1988) quanto Nascimento (2007) falam de uma origem e objetivo comum, e reconhecem nesta forma de resistência uma fonte de a criação de um tipo de conhecimento específico.

A diversidade e pluralidade do MN foi uma das características citadas de forma mais recorrente na literatura utilizada para a organização deste trabalho, e foi uma das mais mencionadas também entre os entrevistados. Recorto aqui a fala de Conceição:

Eu vou pegar muito a fala do Amauri¹⁵ (...) Joel Rufino¹⁶... Enfim, porque quando a gente fala Movimento Negro as pessoas pensam que é uma única coisa, e não é, o Movimento Negro ele é... muito muito muito plural, muito plural. Então pra mim Movimento Negro é isso, né, uma pluralidade de grupos, instituições, sejam elas culturais, políticas, enfim, que estão pensando este país a partir das relações raciais, e tão pensando como o racismo construiu... como é que esse país foi construído nesse alicerce, né. Racismo, machismo, patriarcalismo... e como é que a gente, né, enquanto negro, muda esse país, democratiza esse país de fato. Então eu penso o Movimento Negro assim, a partir dessa pluralidade.

Ao afirmar a pluralidade desses movimentos, torna-se necessário destacar a existência de ambiguidades, discordâncias, diversidade, disputas internas e consensos (GOMES, 2017) entre eles. Dentro desta diversidade é possível encontrar, por exemplo, entidades recreativas e

¹⁵ Amauri Mendes Pereira, é carioca, de 1951. É professor de educação física, mestre em Educação, doutor em Ciências Sociais e especialista em História da África. É um dos fundadores do Movimento Negro Unificado – MNU nos anos 70, e possui uma vasta atuação dentro e fora da academia de combate ao racismo e de valorização da herança africana no país. É um dos nossos mais velhos que são fonte incessável de sabedoria e resistência.

¹⁶ Joel Rufino dos Santos (1941 - 2015), era carioca. Era historiador, professor e escritor, uma das maiores referências em histórias e culturas africanas e afro-brasileiras. Escritor de diversos trabalhos voltados a reflexão sobre a questão racial e a cultura negra no Brasil, foi um dos autores da coleção História Nova do Brasil (1963), preso político na ditadura militar, foi presidente da Fundação Cultural Palmares em 1995 e 1996.

culturais populares, outras com práticas e formatos elitistas, algumas que tem o assimilacionismo e integracionismo como propósito de destaque, e outras que buscam a construção por negros e para negros, de instituições de funcionamento diferenciado do criado nas instituições hegemônicas (GONZALES, 1982).

Foi pontuado em algumas das entrevistas a forma como algumas dessas lideranças veem essas discordâncias, consensos e ambiguidades aparecem na prática política. Como recorto na fala de Beth:

Movimento negro pra mim é um movimento social (...) que tem como sua pauta principal a luta contra o racismo, e o avanço... o bem viver da população negra e ele é protagonizado por pessoas negras. Então pessoa negras vão ser as lideranças e vão tocar as discussões. Eu sei que é um movimento também que tem vertentes diferentes, como todos os movimentos sociais. Então tem vertentes, por exemplo, que veem a figura da pessoa branca como aliada e uma maneira positiva, tem outros que veem de uma maneira negativa, que não contribui pra luta. Acho que também cada vertente tem suas razões pra ver as coisas como vê.

Esta divergência destacada na fala de Beth está diretamente ligada com o pensamento de que apenas pessoas negras teriam a capacidade de verbalizar e ter o entendimento real sobre o que seriam os efeitos do racismo em nossa sociedade. Carneiro (2003) diz existir uma produção de conhecimento específica a partir da vivência de ser negro e negra no Brasil, criado a partir de uma visão e sentir de um corpo que sofre os efeitos deste lugar social.

O debate acerca da presença ou não de pessoas brancas e não-negras como aliadas do Movimento surgiram em outras entrevistas. Destaco a seguir à fala de Conceição, fundadora de um coletivo de luta antirracista na cidade de Nova Iguaçu:

Então eu acho que tem essa questão, a gente nunca foi fechado em gueto. Então apesar de que sempre a maioria do grupo é negra, mas tem sempre alguém que não é, mas isso nunca foi o ponto de discussão da gente, entendeu? Nunca foi uma questão pra gente. Eu não tenho essa questão. Eu acho que discutir o racismo nesse país, pensar as relações raciais nesse país não é uma coisa de negros. A gente não tá numa bolha, nem que a gente queira a gente tá numa bolha, entendeu? A gente querendo ou não querendo a gente vai conviver com brancos, não-brancos, não-negros... a gente vai ter que conviver., né?! E a gente precisa construir um país melhor a partir de todo mundo. É obvio que eu sei que existem outras vertentes que “não, branco aqui não entra” e tal. E isso sempre foi uma questão do Movimento Negro.

Aparece este debate também na fala de Heraldo, quando relembra uma passagem sobre de qual forma este assunto aparecia dentro do MNU

Tinha uma ala do MNU na década de 90 que colocava “morte aos brancos”. Ai também não, cara [risos], ai também não. Nada disso. A gente tem que lutar é pra fortalecer a nossa luta, transformar as pessoas. Tem gente que é branca e é do Movimento. (...) Eu homenageei a [uma certa entidade religiosa de matriz africana], ela é branca. (...) Uma pessoa que sempre lutou contra o

racismo, e sempre branca. (...) Não tem como não homenagear. Não precisa ser negro para lutar contra o racismo. E tem gente que não defende isso.

Esta discussão dentro do MN está fundamentada em um debate recorrente dentro dos coletivos negros. Há de um lado as pessoas que questionam a capacidade de pessoas brancas abrirem mão do seu lugar de privilégio e de fato se unirem a luta antirracista, colocando como foco a dificuldade das pessoas brancas de se verem como beneficiados do sistema racista. Por outro lado, há pessoas que argumentam que apesar de serem atingidos de formas nitidamente diferentes, o racismo não é uma questão exclusivamente negra, e todos vivem consequências do racismo em uma sociedade racializada (BENTO, 2002).

Surgiu, inclusive, entre as indicações feitas pelos representantes do MNU na cidade de Nova Iguaçu, uma liderança do MN local que se identificava como branca. Beth durante a entrevista conta como na sua trajetória de formação pessoal e política aparece a dúvida quanto sua identificação. Ela marca a vivência em uma família miscigenada e a vivência na periferia de Nova Iguaçu como a base dessa dúvida. Mas diferencia atualmente como se ver branca e atuante dentro do MN.

Eu sempre me declarei branca, e dependendo do espaço tinha estranhamento (...). Mas que eu posso atuar como aliada do movimento, eu posso atuar entendendo o meu lugar. Eu nunca me coloquei assim, eu nunca cheguei e me banquei num espaço ‘sou mulher negra eu tenho que tá aqui... sabe?! Agitando isso’. Eu sempre entendi essa questão do quanto que a cor da pele e os traços marcam. (...) Eu individualmente tentar resgatar as minhas raízes, mas sem tentar tirar os lugares das pessoas e sem tentar as vezes até inconscientemente tomar lugares

Este tópico, a presença ou não de pessoas brancas e não-negras como aliadas e atuantes no MN, não foi o único tópico abordado pelas lideranças como ponto de divergências durante o processo de entrevistas. É importante ressaltar que nem todas as pessoas negras se veem como parte deste coletivo e compreendem como existente uma conexão política e histórica de pessoas negras. Como indicado por João Cândido, o MN não pode ser entendido como uma instituição generalizada dentro desta população

O Movimento Negro pra mim é uma coisa muito restrita porque os negros não são engajados no Movimento. O Movimento na verdade é um aglomerado de pessoas, um grupo de pessoas, ou grupos de pessoas com denominações diferentes e vários setores, que lutam pela política pública para o povo negro.

Nesta fala de João Cândido fica muito nítido como esta colocação e visão de mundo para o coletivo não é tão óbvia, pensando a população negra. Nascimento (2016) explica este afastamento da luta política de parte da população negra como efeito do processo de

apagamento da população negra, através da internalização do senso comum do mito da democracia e igualdade racial.

Outros entrevistados, como Ali, apresentam a desconexão e falta de consenso como características muito presentes quando pergunto sobre suas definições e entendimentos acerca do MN.

Hoje eu percebo que o Movimento Negro, ele é um movimento espalhado, diverso. Ele existe como se fossem pontos, que não se comunicam. Porque as vezes a gente abre a rede social, ou a gente tem contato um com outro, e descobre que tem um irmão preto lá na zona norte fazendo um trabalho de formiguinha, outro na Baixada tem... Mas esses grupos eles não se comunicam. (...) É meio que cada um vai ali na sua parte, e eu via que a gente se encontrava nesses grandes movimentos. Como Marcha das Mulheres Negras, Marcha Contra a Intolerância Religiosa... Ai você encontra todo mundo, mas depois todo mundo some.

Entretanto, no exercício de localizar o que une e forma esta organização coletiva, o que aparece como característica comum prevalente é sua prática como um educador (GOMES, 2017). Cardoso (2002), aponta o MN diferente de outros movimentos sociais no momento em que o MN reconstrói uma diferente interpretação histórica nacional e da diáspora negra, de forma de compreender a situação atual da população negra no Brasil.

Esse Movimento é formado por pessoas, que nomeando ou não seus processos, são sujeitos da própria narrativa, e através de pensamento crítico criam formas alternativas de ser e resistir, se colocam para o coletivo, para além da estrutura de dominação imposta (HOOKS, 1992).

Nesta forma de ser, esta disposição em se colocar para o coletivo, muito deve ser reconhecido fora do campo institucional da luta pelo bem viver da população negra no país. A marginalização não é positivada de forma alguma neste trabalho. Ela é fruto da exclusão, do silenciamento e da discriminação, que define lugares, acessos e posições na estrutura social. Porém, é necessário reconhecer as formas de construção de saber, de renovação e reinvenção de pessoas que estão produzindo vida e saberes fora dos padrões tradicionalmente reconhecidos.

Hooks (1992) cita o reconhecimento da margem como um local de repressão e também de resistência, que alimenta e incentiva a capacidade de transformação e renovação de formas de existir. A autora afirma que isso só é possível uma vez que o sujeito consegue perceber de qual forma as estruturas de dominação atuam em sua vida, e são criados novos hábitos para a sobrevivência na margem.

Zózimo, um dos entrevistados, fala muito nitidamente sobre como a produção de conhecimento acerca da história e resistência negra no Brasil não perpassa apenas pelos meios institucionais e espaços tradicionais de produção de conhecimento ocidental. Ele reconhece nos terreiros das religiões de matriz africana, um espaço de transmissão de saber

E ai, quando eu conversava com as mais velhas [negras], elas contavam. (...) Esse conhecimento, esses saberes de terreiro, eles são tão pungentes e tão maravilhosos cara, que eles ultrapassam qualquer estrutura social... Determinante... Que nos diz que o saber acadêmico, o saber ortodoxo, ele vai ser o que vai definir a vida de um sujeito, e não é. Essas mulheres não tinha a menor ideia do que era, do que seria naquele momento... Eu digo no saber no sentido elaborado, sabe? Mulheres em sua maioria semianalfabetas, e talvez não tinham menor instrução sobre África e sobre racismo, e falavam “Zózimo, a gente que é preto, a gente veio da África, nossos ancestrais. (...) Cê tem que entender que ninguém veio pela vontade (...), como é que você vai se manter, principalmente quando você foi sequestrado, raptado. Você tem que tentar achar uma forma de lembrar da tua casa, da tua família”.

Em outro momento, Zózimo marca novamente esta produção de saberes pela população negra fora dos espaços de produção de conhecimento reconhecidos hegemonicamente.

O imigrante [branco] teve toda a cota do mundo inclusive território pra ele viver. O escravizado, negro, sequestrado, o africano, pra ele restou os quintais. Primeiro a senzala, eu não valorizo a senzala. (...) Não tem romance em espaço de tortura. (...) Onde a gente conseguiu resistir, línguas, fazeres, saberes... (...) Foram dentro dos quintais. (...) Foram nesses quintais que a cultura negra especificamente da diáspora conseguiu sobreviver.

Diversas das interpretações críticas sobre a temática racial e a produção de saberes foram produzidas pelos Movimentos nos territórios, fora do campo acadêmico. Ao analisar a atuação do MN é necessário reconhecer que muito dos avanços sociais e políticos emancipatórios se fez (e se ainda é feito) fora deste ambiente elitizado, e que contribui muito para o avanço em diversas áreas de conhecimento e práticas profissionais (GOMES, 2017).

Como citado por Werneck (2009), a escravidão, os processos racistas e de colonização vigentes possuem uma influência relevante no processo de construção de identidade de pessoas brancas, negras, homens e mulheres. São sujeitos com seus processos pessoais e individuais colocados, de forma consciente ou não, como ferramentas voltadas para o avanço coletivo.

Sujeitos da própria história, são pessoas negras com o objetivo de garantir a liberdade coletiva e a constituição de uma sociedade mais justa. São indivíduos atuantes para além das instituições e forças políticas e sociais reconhecidas pelo Estado, a partir do advento de emancipação capaz de formular práticas e construir meios eficazes de fortalecimento (NASCIMENTO, 2019).

É possível destacar este entendimento em uma das falas de Conceição em sua entrevista:

Eu tenho uma amiga que eu digo assim, “ah a gente sempre discute Movimento Negro...”, e ela diz, “Conceição eu não sou de Movimento Negro, eu sou negra em movimento”. Eu acho que nesse período [antes da entrada em grupos organizados de militância negra] era meio negra em movimento. Eu ia em tudo mas não tava institucionalizada ou coisa do tipo.

Esta fala remete a uma visão política do corpo negro, uma visão que leva em consideração o processo de genocídio da população negra na sociedade brasileira, afetada de forma física, mental, social e epistemológica. Carneiro (2005) denomina epistemicídio a população negra não ser reconhecida como capaz de produzir conhecimento, e afirma ser o processo de embranquecimento atuando na negação e apagamento de contribuições africanas e afrodiáspóricas à humanidade. Desta forma, há a desvalorização de formas de saber e de ser como uma das violências contra essa população no país.

A fala de Conceição aponta um reconhecimento político do simples fato de uma pessoa negra estar em movimento, viva, produzindo sentidos e relações. Um corpo resistente e produtor para além da violência e dos estereótipos negativos, que se ressignifica (GOMES, 2011). Corpos negros comprovadores de sua capacidade de produção de conhecimento e de resistência, tanto conquistando a ascensão social, ao ocupar cargos e espaços de reconhecimento antes ocupados apenas por brancos, tanto ao produzir suas práticas de saberes, que nem sempre são reconhecidas como tal.

Ao considerar um contexto de genocídio, da forma mais ampla cabível da palavra, em práticas cotidianas, interpessoais e estatais, é possível ver a vida e as ações mais básicas de organização como um ato político. Práticas consideradas positivas ou não, são expressões de um corpo ativo, vivo, que vai na contramão o plano de não-existência.

Ao analisar os dados coletados nas entrevistas e pensar esta categoria, vejo a capacidade de ressignificação do MN como uma de suas características mais importantes. É um movimento que, dentro da sua diversidade, se une na luta pela defesa e garantia dos direitos de uma população que é historicamente desumanizada e violentada. A formação subjetiva das pessoas que se propõem a fazê-la são atravessadas pela luta política.

O MN está presente com suas ramificações nas mais diversas áreas de atuação, denunciando desde a forma racista que nossa sociedade foi estruturalmente formada, às violências consentidas pela mão do Estado, às violências cotidianas das relações. É formado por pessoas negras que têm a produção de conhecimento, de agência e de fortalecimento para a população negra, chamando isso de militância ou não.

É de extrema importância dar os devidos créditos ao MN, dentro de seus conflitos e construções não lineares, os avanços políticos e sociais adquiridos no combate ao racismo e a

desigualdade racial ao longo da história do país como um todo. Muitas dessas frentes de luta e atuação acontecem nas periferias, nas margens, nas zonas que são ditas esvaziadas de potência e saber, como em Nova Iguaçu, no caso de anos de atuação destas lideranças.

6.2 NOTAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO

“(...) O racismo “à brasileira” se volta justamente contra aqueles que são o testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não o fazer (“democracia racial” brasileira).”
(GONZALEZ, 1988, p. 69)

O racismo é um dos tópicos centrais deste trabalho, logo, sua definição e conceituação recebe destaque no embasamento teórico, assim como nas construções feitas pelos entrevistados. No esforço de conceituação recorro primeiramente a Munanga (2004). Segundo ele o racismo é uma crença na existência e hierarquização das raças pela relação inerente entre o físico e o cultural, o moral e o intelecto. Grupos de pessoas com características hereditárias comuns são agrupadas em grupos/raças, e são situadas numa escala desigual de valores.

O racismo é uma ideologia baseada na racialização como sistema legítimo de fragmentação da sociedade, ele normaliza as diferenças raciais nas noções de cidadania, direitos a propriedade, quem pode ou não ser atingido pela violência estrutural e direito a reivindicações por seus direitos básicos (OLIVEIRA, 2015). Para Fanon (1980), o racismo e a cultura são diretamente interligados, uma vez que ambos são construídos no contato entre o ser humano, seus semelhantes e seu meio. Ou seja, o racismo é uma estrutura constantemente atualizada dentro dos modelos de instituições e relações sociais estabelecidos, do período colonial aos dias atuais.

Após a ida ao campo percebi entre as lideranças entrevistadas o entendimento comum do racismo como uma estrutura limitante, uma força neutralizadora, que faz com que as pessoas de determinados grupos raciais não se percebam como seres autônomos. Os entrevistados em sua maioria falaram sobre a invisibilidade e redução da potência de vida e capacidade de pessoas negras em toda sua grandiosidade, assim como os efeitos negativos neste sistema sobre suas vidas e saúde como um todo.

Ao meu ver, o racismo é estruturante e cotidiano. Ele define a distribuição de privilégios em um sistema hierárquico, consolida práticas raciais autoritárias e estrutura um sistema de

vantagens e desvantagens a grupos raciais específicos. O racismo age para além das estruturas de poder, ele cria uma distorção diante do que enxergamos em nós e no outro, seja uma forma negativa ou positiva, de acordo com o grupo que pertencemos.

O racismo como estrutura permanente apareceu em diversas falas e contextos das entrevistas, porém, a fala de Jessica Ellen me remeteu de forma mais direta a essa estrutura organizada, constante e permanente.

Eu penso que o racismo é antes de mais nada uma violência, um ato de violência, de covardia. E eu acho que esse ato de violência e covardia ele se desdobra em várias outras micro violências. Eu acho que a estrutura é uma violência maior, e todas as ações racistas que a gente se depara com ela no cotidiano são as micro violências. E eu acho que foi feito e estruturado como parte de um comportamento no Brasil, e que ele é tão bem elaborado, pensado e tão bem aplicado historicamente nesse comportamento que a gente não se dá conta de como o racismo é cruel. E de como essa violência vai aos pouquinhos matando. (...) Como se fosse uma ferida e todo dia tivesse um machucado novo nessa ferida.

Almeida (2018) afirma: “o racismo é sempre estrutural” (ALMEIDA, 2018, p.15), sem deixar outra possibilidade de adjetiva-lo. O autor define o racismo como a estrutura que oferece o molde a vida social contemporânea, estrutura a lógica da violência estrutural e desigual necessária para a organização econômica e política. Há a necessidade de manutenção dessa estrutura, onde grupos sociais racializados têm seus lugares definidos na estrutura social, para a garantia da permanência do grupo dominante em seu lugar de poder.

Os modelos econômicos globais, ao longo da história, repetem o paradigma da racialização e da dominação. Mbembe (2013) analisa o racismo presente na base fundamental do capitalismo, pois são necessários exploradores e explorados, e é perpetuada a lógica racista de venda e compra barata da mão de obra e corpo negro como combustível desta estrutura. Foram modificados os modelos econômicos, a matéria prima, as estruturas governamentais, porém, a supremacia branca é atualizada e mantida (ALMEIDA, 2018).

Kilomba (2019) caracteriza o racismo por três facetas simultâneas: a construção da diferença, o poder e a distribuição hierárquica a partir da branquitude como ponto de referência; a construção hierárquica entre essas diferenças com um parâmetro de inferioridade, superioridade e estigma entre estes grupos raciais; e o poder apossado pela branquitude, social, político, histórico e econômico que torna possível o racismo da supremacia branca.

Na fala de Zózimo, uma das lideranças entrevistadas, foi possível perceber nitidamente este reconhecimento do racismo como a aquisição de poder por um grupo racial específico:

Crime é pouco, cara... Crime é pouco... E o racismo existe pra manter privilégio. Sabe qual é o grande crime do racismo? É o privilégio branco. Não é a Lei Caó¹⁷, não é nada disso. O grande crime do racismo é que ele existe pra manter privilégio. Só pra isso que ele existe no Brasil, pra manter privilégio branco. E toda pessoa branca, eu digo toda! E tenho amigos maravilhosos brancos, e se é meu amigo ele sabe disso. Sabe?! Toda pessoa branca sabe que é privilegiada porque existe o racismo para privilegia-la. Quem nega, é porque além de tudo é racista. Além de viver com esse privilégio, defende, e quem defende privilégio branco sendo branco é racista. E como diria acho que Conceição Evaristo, todo branco é um racista em potencial.

Este privilégio branco, ou branquitude, tão falada por Zózimo é definida por Cardoso (2010) como um lugar de privilégio simbólico, onde é garantido ganhos subjetivos e objetivos, de acesso a materiais até mesmo palpáveis, que colaboram para a construção e reprodução do racismo. Segundo ele, a identidade racial branca não possui uma construção definida e homogênea, porque ela se modifica e se adapta de acordo com seu tempo histórico e contexto social. O autor usa como exemplo no contexto brasileiro, que ser branco significa ter e estar no poder.

É importante perceber a discussão racial partindo de um ponto inicial que não parte da população negra. Zózimo retorna ao ponto em que define a construção racial branca como este ponto de partida:

‘Porque Zózimo você não fala do negro?’ Porque o racismo não é problema nosso. É problema do branco, ele só nos afeta, nos atravessa, ele acaba com a gente, mas não é problema da gente. Eu não quero mais ficar pesquisando racismo, eu quero pesquisar sabe o que, nega?! Eu quero pesquisar o privilégio branco, eu quero pesquisar a branquitude. (...) A negritude eu não quero pesquisar não. Ou a gente entende o que é ser branco nesta merda, ou a gente vai tá sempre voltando pra gente mesmo a questão do racismo como se fosse um problema nossa. Racismo não é um problema nosso, ele nos afeta, é direcionado a nós, mas o racismo é um problema do branco. De uma sociedade negra altamente esquizofrênica, altamente hipócrita e que se acha branca. Acha que é branca porque tem essa minoria que mantém esse privilégio e mantém esta merda. (...) alguém vai ter que se desconstruir aí, porque se não houver desconstrução, vai ter manutenção, e pra mim o grande crime do racismo é esse. Eu resumo o racismo como privilégio branco.

A branquitude como estrutura a ser estudada e investigada começou a ganhar espaço na última década nos estudos brasileiros. Segundo Schucman (2014), os estudos feitos sobre relações étnico raciais, as construções sobre negros, grupos indígenas e outros grupos racializados, e as ideias de raça e racismo, também como processos formadores da identidade racial branca. A autora indica a falta de estudos sobre branquitude na Psicologia,

¹⁷ Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define crimes de preconceito de raça e de cor como crimes imprescritíveis no Brasil. Recebeu este nome em homenagem a Carlos Alberto Caó de Oliveira, jornalista e ex-deputado federal e militante negro, falecido em 2018.

uma área que estuda a formação da identidade, como um sintoma da grande maioria dos pesquisadores serem brancos, socializados em um contexto que coloca o ser branco como norma.

Em uma sociedade organizada em uma dicotomia racial, se o branco é a norma, os outros grupos raciais são, conseqüentemente, posicionados no lugar de desvio da norma. Kilomba (2019) entende a visão negativa sobre o negro como uma projeção¹⁸ do sujeito branco. Para a autora, o racismo é uma herança colonial, onde o sujeito branco acolhe apenas as características positivadas socialmente, e as negativas são projetadas para o “Outro”. Nesta dicotomia racial, o sujeito negro é o localizado no outro extremo da existência branca, o lugar das projeções negativas que são negadas pelo “Eu” do branco, que ainda possui poder para isso.

Este poder, para Fanon (2008), diz respeito a localizar o sujeito negro em uma zona do “não ser”, a raça como uma marca que impossibilita de ser sujeito, caracterizado como algo, negativo. O autor analisa o embranquecimento e a negação do verdadeiro ser do sujeito negro como uma troca, ao fim de ter sua humanidade e direito de ser sujeito reconhecida, em uma tentativa de não sucumbir. O “não ser” diz de um coletivo, não de apenas um indivíduo, e torna esta crença sobre sua inferioridade também presente na autopercepção das pessoas deste grupo (FANON, 2008).

Para Hasenbalg (1982), a sociedade racista limita as motivações e as possibilidades de ascensão social da pessoa negra. O autor fala sobre a imagem negativa absorvida pelas pessoas negras, sobre si e sobre seus iguais, e esta construção é uma derivação das práticas discriminatórias e da violência simbólica sofrida dentro de uma sociedade racista, sustentada por um grupo racial dominante que define os “lugares” sociais de todos os outros grupos racializados.

Quando questionado sobre de qual forma definiria o racismo, Toni destaca o braço determinante do racismo, que fala sobre o lugar específico destinado a população negra:

Me bate maior desespero, maior angustia (...). [O racismo estrutural] Ele te impede de ascende na classe social, nos estudos... Hoje melhorou muito, mas a gente ainda tá longe. Muito longe. (...) Pra gente era ao trabalho braçal, as meninas sendo babá, ser do lar. Então eu vi como o racismo estrutural manteve a gente aprisionado ali durante décadas. E a gente não conseguia chegar em lugar nenhum. Como se fosse uma sina. (...) E eu vejo até hoje.

¹⁸ No sentido propriamente psicanalítico, operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro — pessoa ou coisa — qualidades, sentimentos, desejos e mesmo “objetos” que ele desconhece ou recusa nele. Trata-se aqui de uma defesa de origem muito arcaica, que vamos encontrar em ação particularmente na paranoia, mas também em modos de pensar “normais”, como a superstição”. (LAPLABCHE E PONTALIS, 2000).

Fanon (2008) afirma que nenhum colonizado tem o sentimento de inferioridade inerente a si. Para ele, qualquer construção sobre negros e colonizados no geral, só passa a existir a partir do contato com o branco, com o colonizador, e seu ego de ser superior, que constrói no outro uma fajuta dependência e inferioridade.

O conceito de raça atualmente presente no imaginário social é uma construção da ciência moderna dos séculos XIX e XX, onde a diversidade humana era agrupada a partir de características físicas comuns consideradas determinantes de traços morais, psicológicas e intelectuais (MUNANGA, 2014), como dito anteriormente neste trabalho. Dentro desta construção, Silvério (2002) chama a atenção para o fato desta noção ter tido seu início no período colonial, mas que foram e são necessárias movimentações políticas, econômicas e culturais, afirmadas pelo Estado e pela sociedade, para a permanência e manutenção destas condições.

Nesta fala de Maria é possível identificar o racismo movido como uma estrutura que precisa ser mantida.

Pra mim racismo é você achar que a raça negra é uma raça inferior. É o povo que não tem o direito e nem tem capacidade de ser igual ao branco. (...) O negro sempre é visto, ou a negra, pra ser sempre uma coisa inferior. O povo já é considerado inferior que tem que ser submisso, o povo que sempre tem que ser subordinado. (...) O negro é sempre visto como um povo que não tem intelecto (...).

O sujeito negro é constantemente identificado como ruim, o objeto negativo que é reprimido pela sociedade branca, no que Kilomba (2019) chama de “mundo conceitual branco” (KILOMBA, 2019, p. 37). Este mundo onde é permitida a branquitude olhar pra si como ideal de civilização. Desta forma, a autora aponta o racismo estrutural silenciador da voz política das pessoas negras e racializadas. Ela compreende as conquistas políticas teóricas, como projetos de leis e políticas públicas, como partes de um sistema com novas formas de opressão, pois os avanços políticos alcançados em uma esfera da vida política, será compensada com mais e outras formas de violência em outra. O Estado racista não seria capaz de alterar sua estrutura de forma genuína para o benefício da população negra.

Na fala de Clara Nunes é possível identificar esta noção do racismo como algo limitante, que engessa uma pessoa dentro de suas possibilidades.

Racismo pra mim é você coisificar uma pessoa, um ser humano. (...) O racismo ele tira a possibilidade de um outro ser humano ser tudo o que ele pode ser. Então eu acho que o racismo ele é uma doença, uma sociedade racista é uma sociedade doente. Ele é uma doença, ele é no campo só estrutural.

Ao considerar esta diferença nos graus de possibilidade de ser, o racismo é nomeado por Schucman (2014) como qualquer feito que justifique dominação, privilégios, hierarquias e desigualdades simbólicas e materiais entre grupos sociais. Na fala de Acotirene é possível identificar o poder desta desigualdade, e o racismo como esta força que impede a pessoa negra de se desenvolver em seu total potencial dentro desta estrutura:

Racismo pra mim é isso, são situações onde a gente é invisibilizado, onde a gente não é respeitado, onde a gente não tem acesso. Não tem acesso e não só por conta da nossa cor, mas também por conta da nossa condição social, da nossa forma de ser, nossa forma de agir.

Apareceu com certa frequência na fala dos entrevistados a relação com a escola e os processos violentos de racismo no sistema educacional. Vivências racistas atravessam principalmente os corpos das crianças negras, e a escola como parte de uma estrutura que consolida o racismo existente na sociedade. Francisco Júnior (2008) defende a ideia de que enquanto a escola se colocar como igual para todos, será ignorado pontos relevantes onde a desigualdade social age de forma crucial na vida das pessoas. O autor afirma ser necessário o comprometimento com a educação antirracista para desconstruir a reprodução de uma sociedade discriminatória.

Alguns dos entrevistados trouxeram em suas falas a importância da educação e da garantia do debate racial dentro das escolas como ferramenta no combate à desigualdade racial. Clara Nunes traz em sua fala uma referência sobre o papel da educação e do sistema educacional como um todo neste processo de construção e superação do racismo:

E eu tô falando isso porque eu acho que a gente vive um momento, que não é o único, já vivemos outros. E tudo que a gente conversa no campo da diversidade ele tem que ter também um recorte muito educativo. E as vezes acho que as pessoas perdem um pouco isso. (...) Eu acho que no campo de quem tá lutando a gente não pode perder essa dimensão educativa. Porque não existe só perversidade, existe incompreensão de coisas, e existe uma forma de pensar que você é educado a pensar isso. Então como é que você desconstrói isso? Então eu acho que a educação seria o caminho pra você fazer isso. A escola essencialmente, ela seria um dos caminhos. Hoje ainda não se coloca nesse marco, não assume isso. Mas a escola seria essencialmente pra isso. (...) Você não nasce racista, você se torna.

Gomes (2017) traz em seu trabalho a luta do Movimento Negro em aprovar iniciativas educacionais que insiram na grade curricular obrigatória a temática negra, como a Lei nº 10.639, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Esta iniciativa é uma tentativa de educar e desconstruir o racismo e estereótipos negativos à cerca da população negra e sua história, pré e pós período colonial. Francisco Júnior (2008)

indica a iniciativa de inserção de culturas e contextos sociais variados como uma das práticas mais eficazes para uma educação antirracista de fato.

A permanência e atualização do racismo presente nos dias atuais exigiu a criação e a reformulação do imaginário social acerca da associação entre expressões culturais, sociais e características biológicas, e a indiferença da sociedade como um todo sobre a disparidade de atribuições de privilégios entre os grupos raciais (ALMEIDA, 2018). Ao pensar no nosso contexto nacional, a população negra é a que permanece ocupando lugares sociais e de produção que ainda apresentam os maiores riscos a sua integridade e saúde em diversos aspectos, juntamente com outros grupos sociais, como os povos indígenas, os povos tradicionais, quilombolas, etc. (OLIVEIRA, 2015).

Ao pensar o contexto brasileiro, não ter em nossa história uma política segregacionista implantada constitucionalmente não tem nenhuma relação com um racismo mais brando, ou sua não existência. Gonzalez (1988) afirma que o racismo latino-americano é tão sofisticado que não necessita de uma separação hierárquica rígida, um sistema segregacionista formalmente vigente, pois mantém segmentos subordinados a partir de ideologias. A autora destaca que a igualdade perante a lei é apenas uma formalidade, pois vivemos no Brasil uma forte ideologia que reafirma as classificações e valores ocidentais brancos como universais.

A perseguição e criminalização das práticas religiosas e culturais negras e de descendência africana, a lei de terras, o voto censitário, são exemplos do racismo presente em nossa estrutura política e social, no esforço de apagamento do negro na sociedade brasileira. Estas ações tinham base em uma ciência racista e eugenista, produzida no Brasil por vários cientistas que propagavam a inferioridade biológica e cultural dos negros e seus descendentes (NASCIMENTO, 2016).

Após a escuta das falas dos entrevistados e a leitura de referenciais teóricos, ficou nítida a noção do racismo como uma estrutura presente nas mais variadas formas, sejam cotidianas ou institucionais. Todos os entrevistados citam o racismo como algo profundo, antigo, presente no processo societário brasileiro desde sua colonização, e atualizado nas práticas institucionais e das relações atuais. Por unanimidade o racismo é visto na base da estrutura social, que possui outras violências, mas têm a raça como ponto principal e de partida.

O racismo é uma estrutura atuante para além do agir ou pensar do outro, ele é absorvido, internalizado e reproduzido pelas pessoas negras, contra si e contra o grupo à qual pertence. Segundo os entrevistados, isto é resultado de anos do processo de genocídio contra a população

negra, às custas da saúde mental e física destas pessoas, que sobrevive e se atualiza há mais de quinhentos anos.

6.3 PERCEPÇÕES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE RACISMO E SAÚDE MENTAL

*“O negro não deve mais ser colocado
diante deste dilema branquear ou desaparecer,
ele deve poder tomar consciência
de uma nova possibilidade de existir”
(FANON, 2008, p. 95)*

Saúde mental é um termo complexo de ser utilizado em um trabalho de campo com pessoas que não são necessariamente atuantes diretas da área, e por isso, precisa ser definido com cautela. Desde a estruturação do projeto, e ainda mais na criação do roteiro de entrevista, percebi a necessidade deste termo ser discutido, e o que este ele representava no trabalho.

Dentro do campo da Saúde Coletiva consulto o trabalho de Amarante (2007), nesta produção saúde mental é definida como um aspecto amplo, que abrange a psicopatologia e as doenças mentais, mas não somente. Apesar de neste campo, o termo saúde mental aparecer de forma recorrente ao debatermos a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial (AMARANTE, 2007), ele define também como um campo que analisa a relação dinâmica entre as forças individuais e sociais, que determinam o bem-estar do sujeito e capacidade de se relacionar com o meio e o exercício de suas capacidades mentais.

Ao longo deste trabalho e na realização das entrevistas junto as lideranças do Movimento Negro em Nova Iguaçu, utilizei o termo saúde mental em referência ao bem-estar subjetivo. Este significado é relacionado à qualidade de vida, à capacidade de lidar com ela, consigo e com o outro, a qualidade destas relações dentro do contexto social que o sujeito está inserido. Na Psicologia, área que tem a saúde mental como questão central, este campo diz respeito à capacidade mental e ao desenvolvimento do aparelho psíquico ao longo da vida do sujeito, a partir de suas vivências e interações com seu entorno (SANTOS, 2018).

Este aparelho psíquico não é referente apenas ao pensamento intelectual formal, da capacidade de aprendizagem escolar. Ele abrange também as condições do indivíduo de processar e demonstrar afetos, emoções e sentimentos, suas habilidades de pensamento e discernimento, de qual forma consegue apreender e aplicar os códigos sociais do contexto em que vive (OLIVEIRA, 2016). É importante ressaltar a relação entre o contexto social e a saúde

mental dos indivíduos como um todo, pois as vivências ao crescer, ao se desenvolver ao longo da vida, e os ambientes em que a pessoa vive, tem grande relação com sua saúde mental.

Santos (2018) destaca a relevância que o ambiente tem na forma em que cada pessoa aprende a lidar com o mundo. Desde os estágios de desenvolvimento até os ambientes em que vive uma pessoa adulta, as características destes contextos, o sistema sociocultural de inserção, são fatores definitivos nas formas em que cada pessoa lida com o mundo e consigo. A construção da auto estima, a capacidade de lidar com frustrações, de identificar e comunicar sentimentos, são exemplos de características que são relacionadas ao contexto de desenvolvimento de uma pessoa. É a partir desta relação que são construídos os estudos sobre a relação do racismo e a saúde mental da população negra.

Durante as entrevistas com as lideranças foram feitas perguntas acerca da visão de cada um sobre os efeitos do racismo na saúde mental da população negra, se reconheciam algum efeito na sua própria saúde mental, e se identificavam como um diferencial em sua autopercepção a construção da consciência racial crítica. Ao final do trabalho de campo percebi que todas as lideranças entrevistadas enxergavam uma forte relação entre o racismo e a saúde mental da população negra, e percebiam a sua própria saúde mental afetada de alguma forma ao longo da vida, citando desde períodos passageiros até marcas permanentes deixadas pelo racismo. O sofrimento, o sentimento de inferioridade, a dor, a raiva e os períodos de tristeza aguda estavam presentes em todas as narrativas ao debater o racismo. Porém, havia também o lado positivo de se perceber a estrutura racista: a oportunidade de descobrir e construir narrativas negras positivas, e o sentimento de pertença e identificação com um coletivo.

Ao meu ver, a saúde mental de pessoas negras sofre com o racismo desde a gestação, um corpo negro afrodiaspórico feminino é atravessado por vivências específicas. Ser uma pessoa negra em uma estrutura racista define as formas de nascer, crescer e viver, independente de entender ou não essa estrutura como tal. Acredito que reconhecer a distinção criada pelo racismo sobre as pessoas pretas é um diferencial na forma em que enxergamos a vida: uma maldição, um trauma aberto por deixar nítida toda a dor e violência destinada ao nosso corpo e a nossa alma; e uma benção, por perceber a ancestralidade que nos carrega e faz sermos tudo de positivo que somos, para além de tudo de ruim que nos designaram.

Quando escrevo que o racismo é uma estrutura, não digo só de algo distante e abstrato. Ele é também cotidiano, na sutileza dos discursos, das imagens negativas e subalternas naturalizadas e propagadas pela grande mídia, nos olhares e nos gestos que tornam comum a exclusão. Kilomba (2019) aponta o racismo como um produtor de traumas acumulativo, ao

longo da vida de uma pessoa negra são sobrepostas violências raciais, desde a reformulação do trauma colonial presente na memória coletiva social, até as agressões racistas cotidianas sutis até as mais descaradas.

Ao acessar as falas das lideranças entrevistadas identifico na fala de Menina essa noção de trauma que Kilomba (2019) cita, e a forma que isto se mostra nas relações interpessoais. Menina define os efeitos do racismo como algo tão profundo que muitas vezes passa despercebido, nomeado, mas há a marca.

(...) [O racismo] É tão estrutural que mexe com tudo, reflete as consequências que são muito profundas em tudo, nas nossas relações pessoais, nas nossas relações afetivas... Eu acho que acaba que as consequências são tão graves que a gente não tá preparado pra se relacionar em paz. Acho que muitos traumas foram gerados.

Alves et al. (2018) percebem estes efeitos do racismo citado por Menina como duas, das três esferas de atuação do racismo estrutural: internalizado, que diz respeito aos efeitos produzidos na autopercepção do indivíduo; interpessoal, referente a relação com o outro e a vida em sociedade; e o institucional, que diz da forma de organização das estruturas institucionais. Almeida (2018) destaca a diferença entre o racismo institucional e o estrutural, onde o primeiro diz da diferenciação racista ser a base das relações e práticas institucionais, sejam do âmbito privado ou público, e o segundo diz de uma estrutura que interfere em todo o modo de vida social, inclusive o institucional. Estes autores chamam a atenção para a forma como o racismo age na naturalização das diferenças e iniquidades que atingem a população negra, na formação de condutas pessoais e interpessoais, sentimentos e pensamentos que corroboram e reforçam este contexto desigual.

Destaco um trecho em que Zózimo nomeia de forma muito nítida esse acúmulo de violências não nomeadas sofridas cotidianamente pela população negra, as iniquidades que resulta na recusa de seu próprio eu. Zózimo marca a universidade com muito sofrimento, o período de sua vida que identifica a vivência do racismo mais explícita.

Nesse percurso [Urca x Nova Iguaçu], quando eu tava dentro do trem lotado várias vezes eu falava ‘puta que pariu cara por que eu nasci preto?’. Pra mim eu acho que o maior dano emocional e psicológico que o racismo faz com a gente, é a gente questionar a nossa própria existência, sabe?! A nossa própria identidade, a nossa pele preta. Porque esse questionamento é traduzido em ódio, em auto ódio. Porque quando eu falo ‘por que eu nasci preto?’ eu já odeio ser preto. Mesmo que eu não diga, não verbalize isso, sabe?! (...) Quase todo dia ‘por que eu não nasci branco?’

O sofrimento psíquico da população negra está ligado de forma direta com as condições de vida impostos na diáspora. Santos (2018) descreve a marginalização e a falta de inclusão das

peessoas negras naquilo que é reconhecido como importante dentro da cultura, como uma fonte de conflitos psicológicos e emocionais. A autora apresenta de forma muito nítida a importância do reconhecimento social no bem-estar e na formação da auto estima do ser humano, somos seres sociais, logo, a sentimento de não pertença constante sempre trará efeitos negativos.

Este conjunto de relações são a base para compreender a baixa autoestima e o auto ódio que são construídos na maioria das pessoas negras desde o início da infância. Processos que tornam cada vez mais difícil o reconhecimento de qualidades positivas, e são passados de geração em geração nas relações intrafamiliares e afirmados nas relações sociais ao longo da vida (SANTOS, 2018). As intervenções químicas para os alisamentos capilares nas crianças negras, os produtos químicos que prometem o clareamento da pele, a busca de um parceiro ou parceira branca na vida adulta para clarear a família, a desvalorização da estética negra, são exemplos de vivências comuns de pessoas negras em todas as classes econômicas.

Conceição destaca o racismo em sua relação intrafamiliar como um exemplo comum dentro das famílias negras. Ela marca que mesmo sendo um lugar de amor e afeto entre os seus, o racismo se tornava presente:

Você começa a lidar com o racismo muito cedo, né?! O primeiro lugar que você começa a lidar com o racismo é dentro da tua família. Eu venho de uma família inter-racial. Então o que que acontece, todo mundo se ama, ninguém admite que o de fora fale mal do seu irmão nem da sua irmã, mas quando a disputa se coloca ali, o racismo aparece. Então eu sempre fui a mais escura, então na hora das brigas, das disputas em casa eu era a achada na lata do lixo, a que o cabelo era o mafuá. (...) Então eu tive que lidar com isso dentro da minha família pra sobreviver.

A busca pelo afastamento da negritude é uma construção presente na trajetória de vida da maioria das pessoas negras, e muitas vezes não são nomeadas como tal, são ditas como parte de uma evolução. Quanto mais distante dos símbolos atribuídos à negritude, a pessoa negra encontra um reconhecimento social, uma falsa recompensa da branquitude, que custa o afastamento e o forjar de sua formação como indivíduo. Fanon (1968) fala desta ‘passabilidade’ simulada ao afirmar que não há nada que o sujeito negro possa fazer que o dará o status de humano, o sujeito negro é construído dentro da zona do não-ser, e a humanidade pertence apenas a branquitude. O autor localiza a base da imagem negativa da negritude e da produção do trauma, do sofrimento psíquico e da separação das pessoas negras do seu verdadeiro eu na colonialidade.

Quando questionei se a construção de sua consciência racial fez diferença em sua saúde mental, Almir foi preciso em sua visão de cisão, do conflito interno que a negação de sua negritude o causava.

Qualquer coisa que você é, enquanto você não assume, ela traz pra você problemas na sua psique. Porque você ser e não assumir traz internamente um sentimento de divisão psíquica, porque você passa a ser um híbrido, você não é inteiro. E isso pra mim causava muita dificuldade. Não assumir a negritude, não se assumir enquanto negro. Então acho que pra mim isso é fundamental. Você assumir muda sua vida pra melhor. Traz desafios maiores, mas sua qualidade de vida melhora. (...) Você fica mais inteiro, mais forte. (...) Mas é uma contradição porque a gente ficava sempre naquela dicotomia de ser negro mais ou menos e de ser branco, de ser pardo... Eu lembro na minha juventude de dizer que era marrom bombom! (...) Eu tinha uma desfaçatez pra esconder minha negritude.

Dentro da estrutura racista o sujeito negro ocupa uma oposição oposta à construção criada do que é o ideal, que é o sujeito branco. Esta dicotomia entre se aceitar negro e ser sujeito, ser gente, é um ponto central de sofrimento na subjetividade negra. Kilomba (2019) segue em sua explanação sobre a formação da identidade negra, e afirma esta construção ser feita a partir da negação feita pela branquitude. A autora explica ser a identidade branca a base da identidade negra forjada pela sociedade racista: tudo que o branco não assume, não quer atribuir a si, espelha no sujeito negro. A identidade negra é formada a partir da projeção negativa do branco, o corpo negro é o alvo receptor do que a branquitude não quer em si.

Gonzalez (1988) nomeia “estilhaçamento” (GONZALEZ, 1988, p. 73) o feito do mito da superioridade branca na subjetividade da pessoa negra. Sua identidade racial é estilhaçada, fragmentada, produz uma brecha que é ocupada pelo desejo da brancura. É neste espaço que a negação à própria raça, à própria cultura, acontece de forma concomitante e na mesma proporção ao desejo de embranquecer, de ascender. Desde a organização colonial, ser branco é ser gente, cidadão, se aproximar e ter este lugar de conquista torna-se o objetivo da pessoa negra (SOUZA, 1983).

É interessante a forma nítida como Zózimo localiza esse privilégio branco, essa falsa superioridade branca, que afeta sua autoestima e garante a pessoas brancas acessos que a ele não são permitidos.

Foi nesse momento, e em outros também, vindo da Urca, da Unirio, que eu pensava ‘porra porque eu não nasci branco?’. E depois da Unirio também, eu via cara os caras inferiores intelectualmente a mim, como eu vejo hoje, com uma situação financeira melhor que a minha. Mas não brancos, velho! Isso pro emocional, pro psicológico é muito barra pesada.

A brancura é o lugar do desejo por ser construída como o único lugar possível de existência, o lugar do ser, do poder. Diversas vezes este poder é atribuído ao poder financeiro, à classe econômica, uma estratégia da sociedade racista de camuflar seu projeto de embranquecimento e genocídio (NASCIMENTO, 2019). O acúmulo do capital pela pessoa negra não o faz branco, não o faz ter o poder da brancura. Prova disso são os atos racistas contra pessoas negras milionárias, desde jogadores de basquete, atores internacionais e chefes de Estado. O corpo negro em espaços brancos passa a ocupar o lugar do exótico, do diferente. Kilomba (2019) afirma a existência do prazer da branquitude em ouvir uma história exótica das pessoas negras, de sofrimento, de superação, distante da realidade deles para viver sua fantasia no outro.

Este contexto racista produz em muitas pessoas negras a introjeção deste discurso de discriminação e preconceito de classe, colocando sua ascensão financeira como o objetivo que necessita ser alcançado para superar a opressão que sofre. Fanon (1968) afirma que é neste momento que as pessoas negras se deparam com a “epidermização da inferioridade” (FANON, 1968, p. 28), ou seja, percebem que carregam no corpo o símbolo que o outro nomeia como inferior, e que o capital não é a verdadeira questão. A pessoa negra da alta classe tem acesso limitado as vivências proporcionadas nos espaços brancos, porque sua vivência continua perpassada pelo racismo. O discurso meritocrático e o mito da democracia racial colocam no lugar do senso comum a conquista do poder financeiro como a fonte do reconhecimento necessário, porém, ao alcançar esta ascensão, o sujeito negro descobre que sua marca permanece (SOUZA, 1983)

Gonzales (1982) e Souza (1983) afirmam que ao analisarmos a história nacional, é possível perceber que as diversas organizações de poder e modos de produção econômica se estruturaram e ainda se estruturam no mesmo modelo colonial. A divisão racial entre os grupos dominados e dominantes é uma constante, e a população negra segue historicamente ocupando o lugar da exploração. Este lugar do ser dominado e violentado ocupado na estrutura racista pelas pessoas negras é tão comum que dificilmente é questionado, porém, nenhum colonizado tem inerente a si o sentimento de inferioridade (FANON, 1968).

É uma inferioridade forjada, assim como a superioridade do colonizador, promovida e afirmada para manter seu lugar de poder. Ela é imposta, cultivada, desde muito cedo na vida da maioria das pessoas negras, faz parte de uma teia de causas e efeitos que resultam em algumas das piores colocações nos levantamentos sociais nacionais. Santos (2018) cita a letargia, o desespero e a tristeza profunda resultantes deste contexto de exclusão causado pelo racismo,

presente em todas as esferas da vida destas pessoas, tornando esperada a baixa autoestima e a falta de motivação e esperança na vida.

Menina traz em sua fala esta noção de sentir em sua vivência a limitação causada pelo racismo em sua autopercepção e sua noção de pertença:

Você sente junto (...), é coletiva pra mim. Eu fico triste, eu me sinto meio frustrada por eu não conseguir fazer o que eu queria fazer, ir nos lugares que eu gostaria de ir. Porque eu entendo também alguns processos de limitação que a gente sente, sabe? E que esses processos são por conta do racismo.

Os efeitos do racismo estrutural na saúde mental da população negra muitas vezes não são reconhecidos como tal, o que é de se esperar em uma nação que prega a democracia social e o discurso do “somos todos iguais”. Muitos quadros de adoecimento mental de pessoas negras não recebem a atenção e o apoio necessário. Ainda há o estereótipo de que pessoas negras são fortes, de que adoecimento mental é fraqueza, invenção, e diversos desses casos têm como resultado a população negra ser a maior vítima nas taxas de dependência química e suicídios, por exemplo (SANTOS, 2018; BRASIL, 2018).

Acotirene, uma das entrevistadas, percebe em sua trajetória pessoal e na sua trajetória profissional, como professora, as formas que o racismo afeta a saúde mental de pessoas negras. Ela cita como muitos desses efeitos são ignorados, acumulados, e que se transformam em transtornos, e resultam até mesmo, em tentativas de suicídio.

A minha [saúde mental] e a da maioria de nós negros [é afetada pelo racismo]. Porque a gente tem que fazer um esforço muito grande pra se manter num equilíbrio, né? Devido ao fato da gente tem que lutar pela gente e pelos outros. Porque na realidade a gente quando é negro é tão massacrado, tão vilipendiado, que nem sempre a gente consegue ter um equilíbrio e continuar vivendo. Tem muita juventude aí que tá se perdendo, se matando, tentando suicídio o tempo inteiro, porque não consegue ter esse equilíbrio, essa sustentabilidade, é da família, ou dela mesma conseguir ter a força interior pra sobreviver e encontrar o caminho. É muito difícil. A cabeça da gente tem hora que pira. A minha agora tá menos pirada mas porque eu já consigo entender esse processo. Mas até você conseguir chegar a esse nível, no entendimento de que tudo que você tá passando não é você quem cria, mas é uma estrutura que tá aí feita pra acabar com a nossa vida, feita pra nos enlouquecer, literalmente, a gente não vai. Eu tava dando prova hoje e eu tenho três alunos ali que já tentaram suicídio.

Na fala de Acotirene é possível evocar a forma forte como Santos (2018) aponta o sofrimento psíquico causado pelo racismo nas pessoas negras na atualidade como uma continuação do estado de banzo sofrido pelos africanos e negros escravizados no Brasil colônia. A autora indica que o não reconhecimento da dor e sofrimento dos negros no país é uma herança

dos negros e africanos escravizados, pois através dos anos estes descendentes ainda não têm sua humanidade reconhecida e não há espaço para sua dor.

Moura (2004) define banzo como um estado de depressão psicológica, primeiramente registrados em africanos sequestrados no continente africano, e posteriormente em negros escravizados que viviam em cativeiro. Segundo o autor, o banzo, este estado de tristeza profunda, de letargia, se apresentava de diversas formas, chegando algumas vezes ao suicídio, ainda no navio negreiro ao se jogar no oceano, no suicídio já no cativeiro em terras brasileiras, na recusa ao alimento e morrendo de inanição, mas sempre ações relacionadas com as condições de vida e o status de não humano.

O silenciamento é a estratégia mais poderosa do racismo, por não dar a possibilidade de reconhecimento e externalização da violência pelas pessoas afetadas. Kilomba (2019) coloca através da alusão da máscara usada na escrava Anastácia, a violência colonial sobre o corpo colonizado, a pessoa negra sem ter o direito a fala. Se pensarmos no contexto brasileiro, nós temos o mito da democracia racial, da convivência harmônica das três raças, como uma forma de silenciamento do racismo, que camufla a estrutura genocida sustentada.

Nascimento (2018) destaca a importância do silenciamento na colonização do corpo negro, as consequências psicológicas de não poder expressar uma dor tão profunda e intensa. A autora coloca a fala, o ato de externalizar essa dor, como parte importante de um processo de denúncia e de cura. A oportunidade de ter sua dor e processos reconhecidos, poder nomeá-los, tentar entendê-los, são privilégios dados a pessoas brancas. É muito comum e presente no cotidiano de pessoas negras não ter direito a dor, ao sofrimento, a partir de um estereótipo secular de que pessoas negras não sofrem, são fortes, e que o adoecimento mental é uma fraqueza.

A idealização da fortaleza física e psicológica das pessoas negras é mais uma construção racista de desumanização da pessoa negra, a retirada de seu direito de sofrer. Kilomba (2019) fala de sua pesquisa com mulheres negras afrodiaspóricas na Alemanha e aponta a construção do “racismo genderizado” (KILOMBA, 2019, p. 193) como criador de estereótipos sobre homens e mulheres negros e interfere no relacionamento entre eles. A autora chama a atenção para o movimento de alguns grupos militantes negros, na tentativa de afastar o estereótipo negativo das pessoas negras, acabam construindo outros estereótipos que constroem outros tipos de opressão na estrutura colonial.

É possível fazer uma relação com a fala de Conceição. Ela aponta esta fortaleza que precisa ser construída para seguir na sociedade racista. Para ela, há a produção de mecanismos de abstração da realidade por uma questão de sobrevivência.

O racismo faz muito mal pra gente, ele adoce inclusive. Eu acho que eu não adoeci em função do racismo, mas eu endureci em função do racismo. Eu acho que a gente fica muito nessa dicotomia também ne?! Ou você cria meios de sobrevivência ou você sucumbi. Então eu acho que eu não adoeci mas eu endureci. E o endurecer-se é uma outra forma de adoecer. E acho que você tomar consciência é mais complicado, inclusive. Porque quando você sofre racismo e você não sabe o que é racismo você não entende. (...) Mas quando você entende que é racismo você sofre.

Ser uma pessoa negra na diáspora, como dito por Gomes (2017), é uma complexa relação entre a diáspora africana e o vínculo político, cultural, social e histórico entre os negros brasileiros. Segundo ela, existe um vínculo com o continente africano atualmente, a ancestralidade africana, a ancestralidade brasileira e a vida da população negra brasileira atualmente, e ela precisa ser reconhecida. Muitos autores e referências ‘não acadêmicas’ no combate ao racismo e seus efeitos, citam o resgate da memória coletiva da população negra como uma das formas de recuperação de autoestima, sentimento de pertença e orgulho, como um passo inicial para o processo de cura, ou amenização na dor da realidade.

6.3.1 A força de saber quem são os seus

Durante as entrevistas com as lideranças para a construção deste trabalho, para além de citarem as formas negativas e nocivas que o racismo afetou sua saúde mental, em sentir a estrutura genocida em seu corpo e em sua mente, e poder nomeá-la na violência da vida de toda uma parte da população brasileira, houve também o lado positivo: o de se perceberem como parte de um coletivo, a união nas dores que eram sentidas e passaram a poder ser nomeadas, processadas e reconhecidas. Foi narrada a experiência de poder ter um espaço para crescer e se construir como uma pessoa negra em um espaço seguro, descobrir uma outra história nacional e coletiva que é escondida pela história hegemônica. Saber de onde você vem, diz de quem você é, do que te constitui, e descobrir uma nova história coletiva é ter a oportunidade de poder construir uma nova consciência sobre si.

Uma das facetas mais profundas do racismo brasileiro é a negação do referencial histórico e cultural dos africanos e seus descendentes. Essa distorção é uma estratégia poderosa para a perpetuação da imagem do sujeito negro primitivo, não civilizado, animalesco (NASCIMENTO, E. 2008). Retirar as referências positivas, seus avanços culturais, filosóficos e científicos, reduzir a população negra a uma história de escravidão, é uma das bases para a

perpetuação da baixa autoestima e afirmação das crenças negativas acerca de si e de todo o grupo racial.

Uma das lideranças entrevistadas que se destaca neste processo de construção de sua identidade é Tata Hilton, que entre outras profissões e formações é titular fundador de uma casa de candomblé em Nova Iguaçu. Diferente dos outros entrevistados, pratica sua militância fundamentada em sua formação espiritual dentro do candomblé de linhagem Bantu. Tata Hilton se define como um homem negro Bantu, especifica sua origem africana e constrói sua identidade a partir desta nomeação.

A denominação Bantu refere-se a um grupo linguístico em uma grande região do continente africano identificado por uma unidade cultural. Há a variação linguística dentro desta região, porém, estas variações partem de um tronco comum, o Bantu (CUNHA JUNIOR, 2010). O objetivo central de Tata Hilton é o de reconhecimento da influência Bantu na formação brasileira.

Pra nós, Bantus, nós precisamos ainda fazer um trabalho de visibilidade, não seguindo a história pela metade. Exigindo a nossa colocação no início da história do Brasil. (...) A minha bandeira é essa.

Ao pesquisar sobre o pensamento Bantu encontrei no trabalho de Cunha Junior (2010) o significado de palavras importantes deste tronco linguístico que transmitem muito de sua visão de mundo e pensamento acerca da formação e constituição do ser humano e do mundo. Este autor traz em destaque algumas palavras Bantus e duas delas me chamaram a atenção: Muntu e Ubuntu. Segundo ele, Muntu é utilizada pra denominar “pessoa”, e esta definição inclui tudo que a forma, a mente, o corpo, a cultura e a palavra, que conduz tudo que o ser humano conhece e diz sobre sua existência.

Ubuntu não possui uma única palavra que a representaria na língua portuguesa, é uma filosofia que compreende a existência de uma pessoa a partir da existência de outras, cada um de nós existimos porque nós e todos os outros existimos em conjunto. Esta filosofia traz um sentido coletivo, colaborativo, de existência (CUNHA JUNIOR, 2010). Esta visão de mundo diz sobre reconhecer e se fortalecer no coletivo.

Ao ler estas construções de visão de mundo remeti a fala dos outros entrevistados que narravam seus processos de fortalecimento frente ao racismo diante do retorno a ancestralidade e a memória negra e africana. A importância dada pela palavra trocada, escrita ou falada, que dizia de construções, vitórias e resistência, e servem como base para a recuperação da potência destas pessoas negras que foi retirada pelo racismo. A força do coletivo no reconhecimento de

uma dor e uma história comum, e trajetórias que se cruzam e se misturam no esforço de produzir uma nova realidade e não deixar uma história se perder.

Jéssica identifica em sua trajetória a importância da descoberta de trajetórias e histórias negras de sucesso. Não só individuais, mas a noção coletiva, o trabalho conjunto que resultou nos avanços coletivos e individuais reconhecidos por ela hoje.

O processo de autoconhecimento pra mim ele se deu muito por conta também da literatura. Ele se deu por meio de livros, de textos, de coisas que eu fui lendo. Mas esse processo de autoconhecimento, de identificar o contexto de superação que a gente trava todos os dias, e que isso é bem sucedido porque apesar de todo o racismo eu me formei numa faculdade de cinema, trabalho, fiz uma pós graduação, hoje eu exerço as minhas perspectivas profissionais muito livremente, muito abertamente. Hoje eu sei que eu tenho munição pra poder falar, pra poder debater, pra poder me colocar enquanto mulher negra em qualquer espaço que eu estiver. E também sei que tenho o direito de me calar quando eu achar que a briga não vale. Esse processo de autoconhecimento sobre mim, sobre os limites, sobre as memórias é algo que se construiu a partir de eu entender que eu sou vítima de racismo. E também um processo de família que pra mim é muito positiva. (...) Quando eu começo o processo de me apropriar do conteúdo histórico (...) me deu uma relação incrível com a minha avó mãe do meu pai. (...) Eu não tinha a visão de entender minha vó como uma força ancestral, que faz parte da minha constituição, e a consciência racial me deu isso.

A recuperação da autoestima, da história e do legado, africano e afro diaspórico perpassa pela reconstrução da memória, da agência dos povos africanos e dos negros em diáspora, do resgate da história apagada e não valorizada pela história branca eurocêntrica, que se dita como narrativa universal (NACIMENTO, 2008; NASCIMENTO, 2018). A consciência de um passado que não diz de sequestro, dor e subalternidade abre a possibilidade de um presente e um futuro possível. Este retorno e preservação da memória coletiva como fonte de fortalecimento individual e coletiva está presente na base da filosofia africana pré-colonização.

Os adinkras são um exemplo desta valorização no pensamento africano pré-colonial acessado atualmente. São um conjunto de símbolos gráficos pintados com tinta vegetal em tecidos de algodão, usados em ocasiões de homenagens pelos povos de língua Akan da África Ocidental, que na divisão colonial do continente seria a região de Gana, Togo e Costa do Marfim (NASCIMENTO, 2008; SANKOFA, 2013). Segundo Glover (1969), estes símbolos transmitem um significado que vai além de um sentido do idioma, eles preservam e transmitem a história, os valores socioculturais e filosofia de um povo.

Dentre os mais de oitenta adinkras há o Sankofa, este símbolo específico significa a necessidade do retorno, aprender com o passado, resgatar o que foi renunciado, privado ou esquecido, para entender o presente e remoldar o futuro (NASCIMENTO, 2008; SANKOFA, 2013). Em diversas dimensões, voltar às suas raízes, acessar as bases e fundações, faz parte do

preparo e construção do tempo atual, para ser possível compreender e viver de forma positiva o futuro.

Segundo Santos (2018), Sankofa simboliza a auto identificação e identificação coletiva de um grupo através da história comum, da vivência na histórica compartilhada, que auxiliaria na compreensão do presente, e no preparo para o futuro. Estudiosos que se debruçam na interseção entre a Psicologia e as relações étnico-raciais, como Nascimento (2018), indicam a memória coletiva e individual como uma questão crucial para o cuidado à saúde mental das pessoas negras. Este cuidado e resgate seria uma proteção, ou resposta, as projeções negativas produzidas pelo racismo na autoestima de cada pessoa negra e de todo o grupo.

Este resgate sobre a vivência coletiva pode ser feito sobre a militância política, na atuação do Movimento Negro no combate ao racismo e pela garantia de direitos da população negra, descobrir as heranças socioculturais africanas que são presentes na atualidade, positivar este passado que só é contado a partir da vivência branca. Da mesma forma que acessar a memória individual é importante por dizer das experiências familiares, as celebrações, quais profissões ocupam, positivar as conquistas, as tradições e formas de cuidado que são passados através de gerações, e muitas destas experiências familiares carregam em si traços de ancestralidade africana (NASCIMENTO, M. 2018).

Acotirene coloca em sua fala a importância da vivência em coletivo e da militância, dentro do Movimento Negro, para a formação de sua identidade, um espaço que possibilitou uma formação e identificação que não partisse da branquitude. Ela coloca o coletivo como um lugar seguro de descobertas e crescimento pessoal que ela não havia tido antes em outros espaços.

(...) [o Movimento Negro] tem muita diversidade, muita dificuldade entre nós. Mas tem muito sonho, muita força, muita garra, muita dedicação. (...) É um espaço, digamos assim, de reflexão, é um espaço de formação de identidade, é um espaço onde a gente consegue construir um certo equilíbrio, porque a gente vive numa realidade aqui no Brasil onde a gente não consegue dizer direito quem somos nós. E foi dentro do Movimento Negro que eu consegui descobrir quem sou eu, porque eu só sabia quem eu não era. E foi dentro da luta no Movimento Negro que eu consegui descobrir quem eu sou. E aí a gente começa a criar perspectivas, começa a ter um outro olhar sobre a realidade da sua vida.

Fanon (2008) afirma que a consciência de uma nova possibilidade de existir, tira o sujeito negro da dicotomia entre embranquecer ou não-ser. Esta nova consciência diz de uma existência que não parte da aprovação da hegemonia branca, não têm os padrões brancos como a única opção de humanidade. Desta forma, a identificação e o sentimento de pertença a um grupo com uma história e memória positiva, permite uma construção de subjetividade baseada

na afirmação, e não mais na negação. Este compartilhamento de vivências, de um ponto de partida em comum, auxilia na luta política contra a inferiorização, e possibilita a união em torno de pautas comuns (BRAGA e ROSA, 2018).

O racismo coloca o branco como referência moral e estética, define os sentidos de sua estética e da estética do outro, do negro (GOMES, 2017; SOUZA, 1983). Durante a realização do trabalho de campo para a construção deste trabalho, percebi a atenção dada à estética na fala da maioria das lideranças entrevistadas. Seja de forma positiva ou negativa, as lembranças que envolvem a estética negra receberam destaque no diálogo sobre saúde mental. Os processos de transição capilar, a inspiração em ver pessoas negras com seus cabelos naturais, as que optaram por usar seus cabelos com *dreads*, o uso de turbantes e adereços de referência africana, e por outro lado, a lembrança da dor do produto químico no couro cabeludo, o desejo de clarear sua pele, afinar o nariz.

É interessante observar a narrativa de Zózimo sobre sua participação na marcha de 13 de maio de 1988 através do olhar da importância da estética negra. Segundo ele, esta marcha marcava 100 anos desde a assinatura da Lei Áurea, que determinava o fim da escravidão no Brasil. O objetivo da marcha, organizado pelo Movimento Negro em todo o estado do Rio de Janeiro, era de protestar contra o racismo estrutural no país, declarando ser uma falsa abolição.

Zózimo relata:

Já no PT, o pessoal falava muito de ir pra manifestação, e eu ‘que manifestação?’, ‘uma que vai ter agora em maio’. Isso já era em 88. ‘Ah é o cem anos da farsa da abolição’. Aquilo me veio assim, ‘como assim farsa?’, mas eu não perguntava porque não queria passar como o cara que não entendia os paranauê, sabe?! Ai eu ficava ‘ah é, isso mesmo’. Olha só como as coisas são, na minha cabeça farsa da abolição quer dizer, a ditadura acabou, o pessoal falou a farsa, então quer dizer que em algum momento pode voltar a escravidão? Juro! Depois fui entender o que estava sendo dito. Ai no dia o pessoal aqui do diretório foi pra manifestação. Ai cara em um único dia eu descobri Zumbi, em um único dia eu descobri que a princesa Isabel era uma farsa, que a abolição era uma farsa... Porra! Meu mundo caiu em 13 de maio de 1988! Mas caiu e ao mesmo tempo foi bom pra caramba cara! Bicho, eu pirei! Eu falei ‘caralho!’. Quando eu cheguei na Presidente Vargas aquele mundo de gente preta, velho. Tinha uns brancos, mas eu nunca tinha visto tanta gente preta. Nem no candomblé, na casa da Mãe Vilma tinha tanto preto. E eu vi em uma rua da Presidente Vargas. (...) Cara... Maior doidera, era só preto. Quando eu cheguei, bem jovenzinho, eu olhava que nem um babaca aquela galera com *black*, com *dread*, aquelas mulheres pretas com cabelo natural, gritando palavras de ordem! Eu me perguntava onde é que eles estavam esse tempo todo!¹⁹

¹⁹ Existem alguns registros desta marcha, vide ANEXO 1. Na internet, indico o vídeo CULTNE DOC – 1988 – A Marcha e a Farsa. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=y74IDa8KyXc>.



Movimento Negro Contra a Farsa da Abolição. Central do Brasil, Rio de Janeiro, 1988.
Acervo JG/Foto Januário Garcia



Ação do Movimento Negro Unificado (MNU) – Zumbi está vivo – Ato público na Cinelândia. Rio de Janeiro, 1983
Acervo JG/Foto Januário Garcia



Forças Militares “Fiscalizando” a caminhada Contra a Farsa da Abolição, 1988.

Acervo JG/Foto Januário Garcia

A surpresa e a alegria de Zózimo em sua juventude, ao se reconhecer naqueles corpos e naquela estética, reconhece-la como bela, diz sobre a importância política que essas manifestações carregam. Acredito que o efeito do racismo nos corpos e estética negra é sua forma mais diluída, naturalizada no cotidiano, no sentido de ser facilmente transmitido sem ser percebido ou nomeado. Este tipo de violência se mistura com os argumentos de preferências, gostos, escolhas, que escondem sempre o mesmo padrão de beleza e ideal estético: o branco. A busca pela estética branca é uma das primeiras violências físicas sofridas pelas crianças negras, principalmente as meninas, no processo de alisar seus cabelos, muitas vezes antes dos cinco anos de idade.

Um das falas que destacam a estética negra como um marco na construção de sua visão de mundo é a de Menina. Ela coloca a transição capilar como um ponto de partida para a sua construção como mulher negra, e seu momento de busca por um grupo que se identificasse.

Eu alisava meu cabelo desde muito novinha de repente eu me vi precisando de uma transição [capilar], porque eu tive uma queda de cabelo absurda e daí eu falei ‘agora eu vou ter que aprender a cuidar do meu cabelo’. (...) E uma coisa foi levando a outra coisa... Eu nunca tinha me identificado como uma mulher negra então isso foi uma passagem, uma transição importante. E eu acho que a partir daí tudo mudou, na minha percepção de mundo. (...) E ai foi o momento de eu me juntar (...). Quando você se vê e não se reconhece é muito doloroso. Difícil. Você não entende quem você é e o lugar que você ocupa. Você fica limitado. Então quando eu me entendi quanto pessoa negra, quando eu me entendi... as minhas limitações, as coisas que eu criei por conta do racismo, por conta das coisas que eu não entendia antes. Eu me senti muito mais confortável de ser quem eu sou, e mais aberta a mais possibilidades.

Ter o branco como ideal de ser humano, segundo Souza (1983), é abrir uma grande e grave ferida, pois causa no sujeito negro uma recusa que dilacera seu corpo e sua mente. Aceitar as demandas estéticas de uma sociedade racista é se colocar em uma condição de inferioridade e uma busca interminável de compensar a negritude em seu corpo (NASCIMENTO, 2018). Os pregadores no nariz, a toalha na cabeça, o pedido para clarear sua pele, são vivências comuns na infância negra e naturalizadas pelo senso comum, a busca pelo ideal imagético branco é legitimada pela narrativa branca, e representam o poder mutilador da branquitude sobre a estética do corpo negro. Ter como perspectiva uma outra realidade, ter consciência de uma possibilidade diferente de ser, faz parte de um processo de reconstrução de auto estima, é dar uma outra roupagem a auto percepção, que interfere diretamente na noção de capacidade de cada indivíduo. Entrar em contato com narrativas positivadas e desconhecidas, segundo Hook (1992), torna possível uma identidade de pessoas negras que não é formada na negação branca, que não é forjada pelo “Outro”, e possibilita uma construção de identidade sem negar sua pertença e herança histórica.

A preservação e releitura no Brasil de práticas presentes na África pré colonização foram uma das formas encontradas pelos escravizados de resistirem ao escravismo, e muitas destas práticas, mesmo que não ligadas diretamente ao campo da saúde, são de grande importância para as práticas de cuidado da saúde física e mental da população negra (FAUSTINO e SPIASSI, 2010). Na coletividade, entre pessoas negras que reconhecem o racismo como força interferente em suas vidas, é possível nomear dores e demandas, produzir discursos, significados e sentidos que atuam na construção e ressignificação da identidade.

Zózimo identifica que os efeitos nefastos do racismo em sua saúde mental, ao longo da vida, não foram piores devido a sua busca constante por estar em organizações e coletivos feitos por pessoas negras e que identificavam o racismo como uma estrutura social.

[O racismo afetou minha saúde mental] totalmente, totalmente... Absolutamente. Ao mesmo tempo que não afetou tanto porque eu sempre busquei me cuidar mentalmente, com os meus companheiros, entendendo minha identidade negra, buscando a construção e fortalecimento dessa identidade.

O Movimento Negro e os espaços culturais identitários negros, são exemplos de espaços de diálogos e acolhimentos, que são negados pelo não reconhecimento do racismo estrutural. Os terreiros, os salões de beleza e barbearias para cabelos crespos, as rodas de capoeira, as batalhas de rap, são exemplos de espaços que não são identificados como tal, mas são espaços de troca e construção de redes entre estas pessoas. Estas iniciativas possuem suas limitações e contradições, mas são a prova de um Movimento que atua historicamente na ressignificação e

politização da raça, na construção de uma outra visão de mundo e da história, visa o combate ao racismo e a defesa do bem estar da população negra (FAUSTINHO e SPIASSI, 2010; GOMES, 2017).

Em uma sociedade racializada, como a sociedade brasileira, a convivência com os seus iguais é uma dimensão diferenciada para a pessoa negra. Fanon (1968) fala deste aspecto quando afirma ser uma herança colonial a diferença sentida pela pessoa negra quando ocupa lugares sociais distintos. Estar em espaços brancos, com pessoas brancas, de forma consciente ou não, será sentido de forma diferente de quando estiver com seus semelhantes. Acrescento que nem todas as pessoas negras irão nomear esta diferenciação, ou definir como positivo estar entre os seus. Acredito que enquanto não for desconstruída a visão negativa sobre as pessoas negras, será sentido com desconforto estar nestes espaços com seus semelhantes, pois continuará sendo sentido como um lugar ruim. Muitos escritores e estudiosos referenciados nos estudos sobre as questões étnico raciais defendem a descendência e a ancestralidade africana como ponto de partida para a resistência e sobrevivência negra no combate ao racismo. Nascimento (2019) com o Quilombismo, e Gonzalez (1988) com o conceito de Amefricanidade, discursam sobre a potência do resgate da historicidade negra e africana no Brasil e no continente Americano como um todo, respectivamente. Esses dois autores têm em comum o reconhecimento da importância da cultura africana e negra na formação destes países, e acreditam que a união por meio da raça, é o caminho para o fortalecimento da população negra.

Ao pesquisar as relações étnico-raciais e saúde mental me deparei com estudos e políticas públicas que demonstram uma associação nítida e reconhecida, porém, são baseadas em depoimentos informais e na comprovação de que contextos sociais interferem na saúde mental dos indivíduos. O reconhecimento do racismo como tal, parte da atuação incansável do Movimento Negro em busca deste reconhecimento. Há a ausência de uma quantidade representativa de dados colhidos nos dispositivos de saúde no preenchimento da categoria raça/cor enquanto parte de uma dinâmica de apagamento das questões étnico-raciais no Brasil (SANTOS, 2018).

O racismo estrutural se torna presente nas instituições, políticas e práticas profissionais, desta forma, a existência de políticas públicas, pesquisas e iniciativas para o combate do racismo não são suficientes. As práticas destas iniciativas são distorcidas e defasadas, uma vez que o racismo institucional e nas relações impedem o avanço destas tentativas de combate ao racismo contra a população negra.

6.4 O CORPO NEGRO E TERRITÓRIO

*“Um mito solidamente enraizado.
O preto o ignora enquanto sua existência se desenvolve no meio dos seus; mas ao primeiro
olhar branco, ele sente o peso da melanina”*
(FANON, 2008, p. 133)

Ao trazer o recorte para a cidade de Nova Iguaçu, trago para a discussão especificidades do território e de quais formas elas interferem na forma de vida de sua população, em específico, da população negra. Nova Iguaçu é a cidade mais antiga da região denominada Baixada Fluminense, com 187 anos, e ao longo dos anos deu origem a outras 7 cidades através de processos de emancipação, são elas: Duque de Caxias (que englobava São João de Meriti que se emancipou em 1947) em 1943; Nilópolis (1947); Belford Roxo e Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999)²⁰.

A cidade de Nova Iguaçu, assim como a Baixada Fluminense como um todo, é historicamente composta em sua maioria pela população negra. Segundo o que explica Bezerra (2013), o deslocamento desta população para esta região se deve as práticas sanitaristas de remoção e desocupação do governo federal na cidade do Rio de Janeiro, que atingia principalmente os espaços negros da cidade. Segundo o autor, a proximidade com a capital fez com que a região passasse a ser ocupada cada vez mais pela população negra, que se deslocava para as regiões periféricas alcançadas pelo avanço da malha ferroviária. Pensar a cidade mais preta e mais antiga da Baixada Fluminense é trazer à tona suas particularidades na relação entre raça e território.

Ao convidar as lideranças do Movimento Negro de Nova Iguaçu para pensar esta relação, entre raça e território, consegui separar suas respostas em três argumentos diferentes: os que acreditam que o território não faz diferença nas relações raciais; os que acreditam que ser negro neste território em questão é melhor; e os que acreditam que ser negro neste território específico é pior. No meu ponto de vista, as três justificativas são plausíveis: ao mesmo tempo que um território negro é positivo por estar entre os seus, a racialização pelo Estado traz consequências negativas de abandono e marginalização território. E afinal, considerando o racismo estrutural, a construção racial sobre o corpo negro o acompanha aonde for.

Existem diferenças basais entre estas três constatações, porém, no meu ponto de vista, isto não as desqualificam ou tiram seu sentido. Pelo contrário, todas me parecem compatíveis com a real vivência da experiência de um corpo negro e o território. Ao meu ver, em uma

²⁰ Fonte: NOVA IGUAÇU, Prefeitura Municipal de. A cidade. Disponível no link: <http://www.novaiaguacu.rj.gov.br/cidade/>

sociedade racista, ser uma pessoa negra e estar entre os seus é estar protegido, não de uma forma romântica, pois a noção de diferença ainda é presente, mas surge de outras formas. Em um mundo em que sua pele é sempre o alvo, a possibilidade de um lugar em que isto não aconteça me parece um alívio.

Por outro lado, a racialização do território pelo Estado torna um território majoritariamente negro um território alvo, atacado de forma constante. Ao seguir a lógica racista de corpos negros descartáveis, sua localidade será alvo do abandono do Estado com relação aos dispositivos de assistência e acesso, e será foco do mesmo nas intervenções violentas de formas variadas. Desta forma, entendo o corpo negro como um alvo dentro ou fora de seu território, seja sofrendo violências individuais em um território branco, ou violências coletivas em um território de maioria negra.

Em uma análise dos primeiros 100 dias do mandato do atual governador do estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, Araujo et. Al (2019) aponta o aumento da letalidade policial na Baixada Fluminense ao fato de ser um território majoritariamente negro. Segundo os autores houve um aumento de 11,4% da letalidade policial na região comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 137 mortes provocadas por agentes do Estado. Os autores dão destaque as cidades de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Belford Roxo com 64% das mortes decorrentes de intervenção policial na região. Este grande número de violações diz da forma de agir do Estado dentro de um território negro, a forma como o braço armado é autorizado em certos espaços, com certos corpos.

O conceito de território usado neste trabalho é construído por Santos M. (1999), pensado como o “território usado” (SANTOS M., 1999, p. 8), um espaço que é definido pra além do espaço geográfico em si. O autor define território como o somatório entre o território, o espaço, e a identidade que é construída nele, a história, a memória, as trocas e a vida que acontece e surge naquele lugar, também por causa daquele lugar. Um território existe a partir da significação que é construída nele, e também um fator de interferência nestas construções, logo, é nítida a relação entre o território e a saúde mental da sua população.

As condições geográficas e estruturais, a história de ocupações e ações em um território diz dos modos de vida que são estabelecidos naquele espaço, diz da forma que as pessoas irão circular, construir relações entre si e com o espaço em que estão. Da mesma forma, esta circulação e construção dos sujeitos irá ditar os significados daquele território. Na ocupação de um território não é possível apontar uma via única de influência, é estabelecida a relação de interferência mútua entre espaço físico e população.

Ao todo, oito lideranças do Movimento Negro da cidade de Nova Iguaçu disseram acreditar que ser negro na cidade em questão é pior. Para eles, estar em um território majoritariamente negro, na Baixada Fluminense, diz da marginalização, precariedade e invisibilização sofrida pelo território e população. A violência e a falta de incentivos e estruturas por parte do Estado dificultam as condições de vida na cidade, pois estar fora da capital é estar em um território sem visibilidade para as dificuldades que enfrenta. É ocupar o lugar do outro, do distante forasteiro.

Para a cidade, o território negro é o lugar da margem, do abandono estatal e do perigo, não cabe a esse espaço uma ressignificação. Rolnik (2007) e Yade (2014) apontam em seus trabalhos a precariedade e a estigmatização destes territórios pelos meios de comunicação e pelo Estado, ao se ausentar do papel de promotor do bem estar daquela população. Segundo Rolnik (2007, p. 89), “o estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva, do olhar vigilante do senhor na senzala ao pânico do sanitarista em vista ao cortiço”, em uma referência as remoções feitas pelo governo do Rio de Janeiro nos anos 70, que atingiram majoritariamente pessoas negras.

Território, segregação e saúde mental da população negra estão relacionadas na rejeição dos corpos negros da cidade, na produção do sofrimento físico e mental com base na desigualdade de acesso a condições básicas estruturais. A segregação espacial racial é uma forma naturalizada do racismo (OLIVEIRA, 2017). As características estruturais, econômicas e o entorno social de um território influenciam de forma relevante nas condições de saúde física e mental de sua população, neste caso, os territórios negros são atingidos de formas específicas pela estrutura racista. O aparelho psíquico e a saúde mental são afetados pela violência e precariedade social, não só pelos fatores orgânicos (FANON, 2008), e ao considerar a população negra, observamos condições historicamente precárias a partir da diáspora.

Há um longo histórico de marginalização e ataque a territórios de grupos considerados inferiores e descartáveis. Desde quilombos as favelas atuais, não esquecendo dos corpos que são afetados pelos deslizamentos e enchentes na cidade, os espaços negros são marginalizados e vistos pelo Estado apenas como alvo de ataque. Ao pensar territórios negros a escassez de políticas públicas para garantir o bem estar e a sobrevivência da população nestes espaços, não diz apenas do Estado não estar presente nestes territórios, mas dele se tornar presente na produção do malefício. A autorização direta ou indireta do Estado nesta produção pode ocorrer tanto ao liberar a utilização destes espaços de forma nociva por empresas de grande porte

produtoras de resíduos tóxicos sem o devido tratamento, que resultam em prejuízos a saúde da população do entorno, ou ao permitir a ação de poderes paralelos na região.

Um dos exemplos mais alarmantes de prejuízo a saúde da população por resíduos tóxicos é o caso da Cidade dos Meninos, em Duque de Caxias. Em 1950, o território federal de 2.000 hectares abrigava uma fábrica de pesticida do Instituto de Malariologia e uma filial do Instituto Cristo Redentor de abrigo e formação para meninos pobres. Somado ao fechamento da fábrica em 1965, abandonando toneladas de resíduos tóxicos a céu aberto, e a aposentadoria forçada de antigos funcionários do instituto em 1987, foi formada uma comunidade remanescente de antigos funcionários da Cidade dos Meninos. Cerca de 1.400 pessoas, estão contaminadas pelas substâncias tóxicas da antiga fábrica, relatando histórico de abortos espontâneos, doenças neurológicas e câncer (HERCULANO, 2002).

Mbembe (2018) fala sobre esta relação da produção do mal, da aniquilação do corpo racializado. Não é sobre deixar morrer apenas, mas sobre produzir a morte e ela ser aceitável em determinados territórios sobre determinados corpos, desde o período colonial. Segundo o autor, este poder de deixar e fazer morrer está na base do racismo estrutural, organiza e gere a sociedade ocidental atualmente. Ao seguir este pensamento e considerar o território em questão neste trabalho, encontramos a lógica do genocídio negro descartando estes corpos das formas variadas de violência, na ação histórica de grupos de extermínio e milícias que ocupam o lugar do poder central do Estado.

Os corpos racializados são historicamente considerados descartáveis, desta forma, a violência sobre eles e sobre seus territórios não é uma questão, são zonas possíveis de violência, desestruturação e morte. Para Mbembe (2018), o necropoder é o que define quais corpos e territórios são descartáveis. A cidade de Nova Iguaçu é um exemplo atual da atuação deste poder, em 31 de março de 2005 aconteceu a maior chacina do estado do Rio de Janeiro (DEISTER, 2019). Quatro policiais militares atiraram a esmo e assassinaram ao todo 29 pessoas, na cidade de Nova Iguaçu, com 17 vítimas, e Queimados, com 12 vítimas, sem nenhum motivo ou relação prévia.

Maria, uma das lideranças negras entrevistadas, fala sobre a complexidade de viver nestes territórios dominados pelo poder paralelo, especificamente nas cidades da Baixada, e faz uma diferenciação com outros territórios dominados.

A realidade da Baixada é outra, não é a mesma do Rio. Aqui a gente tem grupo de extermínio, as vezes milícia, tem tráfico, as vezes dentro do mesmo território. As pessoas vivem no mesmo território com esses três poderes terríveis. Então elas tem medo, não falam, tem mãe com filhos desaparecidos

que elas sabem que estão mortos e não podem falar, não tem direito de enterrar. É uma realidade diferente, é uma realidade que o assassino do teu filho passa na tua porta, uma realidade que você cruza com o assassino do teu filho. E você sabe quem foi, quem matou, mas você não pode falar nada. Você tem família ali, você tem casa, não tem pra onde ir, tem outros filhos ali... então tem que ficar calada.

Os quatro policiais foram condenados, mas o que entra em questão não é a resolução ou condenação a partir do feito, mas é a possibilidade de se cometer tal crime neste território. A região da Baixada é marcada pela atuação de grupos de extermínio e chacinas desde os anos da ditadura militar no país (GONZALES, 1982), um território autorizado para mortes e desaparecimentos de corpos negros. Ao focar especificamente na região da Baixada Fluminense, como um território majoritariamente negro, ao longo dos anos a região teve a imagem construída como terra sem lei, terra de ninguém, pela falta de estrutura urbanística, pela condição histórica de pauperização, abandono e falta de políticas públicas (BEZERRA, 2013; OLIVEIRA, 2012; OLIVEIRA E ROCHA, 2014).

Todos estes fatores são identificados na fala de Beth, ao responder se identificava o território como um fator de interferência na vivência da população negra da cidade.

[O território] faz diferença porque aqui é o lugar onde a letalidade violenta dos homens negros é maior, então a gente já tem um dado que mostra que ser um jovem negro aqui vai aumentar muito mais as suas chances de ser assassinado. Não que essa chance seja baixa na cidade do Rio de Janeiro, principalmente por conta das favelas, mas aqui, acho que por conta dessa lógica muito raiz de grupo de extermínio, que hoje virou milícia, hoje na verdade foi tomada pela milícia, mas acho que essa lógica favorece sim, total. Essa falta também de políticas públicas muito grande, porque na cidade do Rio, especialmente dependendo da região você consegue ter uma rede de serviços, de políticas públicas, ter um ônibus, sabe?! Que as vezes faz muita diferença, ter um ônibus na porta da sua casa, ou ser um homem negro que tem que andar 20 minutos até sua casa. (...) Essa falta de direito a cidade afeta totalmente o ser negro na Baixada, em Nova Iguaçu e no Rio de Janeiro.

Uma sociedade urbanizada se estrutura na produção de diversos “não-lugares” para os grupos marginalizados (YADE, 2014) que não possuem acesso e circulação livre pela cidade. A barreira não verbalizada define lugares, empurra certos grupos para a margem, grupos detentores de poder definem seus territórios e afastam os ‘outros’ para a periferia sem as políticas públicas necessárias.

Almir cresceu em um bairro que anteriormente era parte de Nova Iguaçu, atualmente parte da cidade de Belford Roxo, e relembra um momento de sua vida de retorno ao território e perceber que todos seus amigos de infância foram assassinados. Segundo ele, 17 amigos

mortos, dentre eles, 16 eram negros. Almir diz de uma autorização de matar corpos negros na Baixada, a forma como o extermínio é autorizado e deixa de ser questionado.

A gente [Baixada Fluminense] tem a metade da população da capital, do Rio de Janeiro, nós temos mais ou menos 4 milhões de habitantes aqui. E nós temos 60% a mais de homicídios que a capital. Então faz diferença. (...) Porque, eu acho que o aprofundamento aqui da violência e da exclusão, sobretudo da população negra, ele torna mais permitido matar aqui do que no Leblon. Muitos deles, esses meus amigos que falei, o pessoal do grupo de extermínio matava e deixava bilhete. ‘Não roubo mais’, ‘não mexo mais com a mulher dos outros’. Então é muito fácil matar um negro aqui na Baixada Fluminense, se você coloca um bilhete a própria população diz, ‘ah alá, era ladrão, tinha que morrer mesmo’, ‘ah, alá tava mexendo com a mulher dos outros, tinha que morrer’. Um outro era um ‘não sou mais viado’, porque são coisas pesadas que eles usam. ‘Menos um viado no mundo’, alguma coisa assim. Então é só dizer que era homossexual, que o cara roubou, que o cara olhou pra mulher dos outros... qualquer coisa serve pra matar um negro aqui. Então por isso eu acho a região da Baixada aqui ela tem um componente de violência, geral e racial, muito forte porque aqui é permitido. (...) A Baixada Fluminense é uma região de contraste muito grande porque a gente tem aqui famílias milionárias, você vai do outro lado de Nova Iguaçu é só mansão. Os caras são ricos mesmo, tem iate, tem mansão... (...). Mas eu acho que aqui tem uma perversidade da política implantada pelo Estado, que eu acho que é uma política de Estado.

Esta fala de Almir reflete de forma exata o pensamento de Mbembe (2018), há a produção de espaços de morte, a aniquilação e o genocídio permitido e autorizado pelo Estado em territórios demarcados. O abandono desses territórios e suas população pelas políticas do Estado age na manutenção da precariedade dos mesmos. A violência, a falta de acesso a serviços básicos, a informalidade econômica, são produções sociais com incentivo da política estatal (SILVA, 2009).

Violentar territórios negros é também violentar corpos negros. Para além da aniquilação de mais um corpo negro, na “limpeza” da sociedade com um mal a menos, a banalização destas mortes é a afirmação de sua não-importância, fortalece a narrativa de corpos negros nos lugares de morte anunciada (NASCIMENTO, 2016). Zózimo, apesar de compreender a vivência em um território majoritariamente negro como positivo para a saúde mental e formação da pessoa negra, também reconhece um projeto de Estado para a produção de morte nestes espaços, uma essa relação violenta com os territórios negros como uma política pensada para manter privilégios.

Como a minoria da minoria da minoria se mantém tanto no poder? Com a maioria esmagadora negra? Privilégio! Privilégio! Estabelece o privilégio, aleija todo esse povo, tira deles a educação, joga uns contra os outros, joga eles na miséria, enfia droga lá no seu território deles, mas enfia mesmo, enfia droga, álcool, sem perspectiva, tira educação, cultura... e a aquela maioria toda

vai se voltar contra ela mesmo e não vai se voltar contra nós. William Lynch, né cara?! William Lynch... A tal da carta, né?²¹ É isso. Isso é conceito e dá certo. Cara escreve essa porra no final do século XIX, nego usa no século XX e tá usando no século XXI. Funcionou na África do Sul e funciona no Brasil. Quer lugar mais preto que Baixada Fluminense?! Nova Iguaçu, vamos fechar mais um pouquinho, Nova Iguaçu é preta. Quer ver o território mais branco é do outro lado da linha. É maioria? É minoria. Com essa porra não tá na estrutura?!

A criação de territórios marginalizados dentro destas cidades é ainda mais complexa. Viegas (2006), por exemplo, destaca na cidade de Nova Iguaçu o distrito de Vila de Cava, situado a 5 km do centro da cidade de Nova Iguaçu, é formado pelos bairros Adrianópolis, Vila de Cava e Santa Rita. É um território negligenciado pelo poder estatal que sofre com a ausência de serviços básicos como iluminação pública de qualidade, saneamento básico e asfaltamento das ruas, além de ser um alvo de degradação ambiental. A região comporta o lixão da Marambaia, o aterro sanitário de Adrianópolis, depósito e abandono de resíduos tóxicos de três fábricas distintas (VEIGAS, 2006).

Neste exemplo é possível nomear outro braço do sistema racista, o racismo ambiental. Segundo Herculano e Pacheco (2006), os estudos acerca do racismo ambiental surgiram nos EUA com o foco nas injustiças ambientais e sociais que atingem etnias vulneráveis, e aqui no Brasil, nos debates sobre o abandono estatal e efeitos de grandes empreendimentos sobre os territórios urbanos periféricos e tradicionais, como territórios indígenas, remanescente de quilombos e ribeirinhos. São populações que têm sua saúde posta em risco e suas culturas desorganizadas em nome do avanço da modernidade.

A segregação localiza a população negra e sua cultura na periferia da produção social, mesmo quando é valorizada dentro do sistema capitalista, a parte da estrutura que menos lucra com suas produções, ao exemplo do carnaval carioca. O capitalismo que produz a segregação racial, porém nega seu recorte étnico-racial e seu debate inclui apenas a situação de pobreza. Negar a conexão entre território, cor e situação socioeconômica e seus efeitos coletivos é colocar exclusivamente no indivíduo a culpa de sua condição precária, é esbarrar no mito da democracia racial e seu cunho meritocrático (NASCIMENTO, 2016; SILVA, 2009).

Esta formação é histórica na formação das cidades do país, o bairro exclusivo produz um território marginal que trabalha para sua manutenção, porém, em conflito constante (ROLNIK, 2007). Assim, como apontado por Gonzales (1982), a Baixada Fluminense está para

²¹ Willie Lynch foi um proprietário de escravos no Caribe (Caraíbas) conhecido por manter os seus escravos disciplinados e submissos. Após constatar os problemas que outros donos de escravizados enfrentavam decide escrever uma carta onde ele revelaria seu segredo para manter os seus escravos cativos. Fonte: <https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/>.

a cidade do Rio de Janeiro, uma região formada por cidades dormitórios com mão de obra barata para a capital. A cidade de Nova Iguaçu teve inicialmente sua formação estratégica a partir dos trilhos dos trens e da proximidade com a capital no século passado, e segue reproduzindo essa lógica nos dias atuais.

A fala de Toni marca essa vivência da cidade que vara a madrugada para fazer a capital começar a funcionar ainda cedo.

A gente nasce, cresce, reproduz e morre e não tem acesso ao mínimo do que o Brasil possa produzir, do nosso trabalho, do nosso suor que é esse trabalhador aqui que sustenta esse país né cara?! A gente não sonega nada porque a gente nem tem o que sonegar, a gente só trabalha, só trabalha só trabalha. Cara quando chega sexta feira eu vejo pessoas com orgulho de ter trabalhado que nem um escravo e coloca “sexto”, e tu sabe que o cara acordou de madrugada, enfrentou o Japeri, ralou igual um condenado, engoliu uma comida, com a barriga cheia, já voltou e ele tá feliz. Ele tá escravizado mas ele tá feliz, o importante é que sextou, ele vai abrir a cervejinha dele.

A produção do imaginário acerca da relação entre capital/periferia não afeta só os territórios e suas estruturas, mas também as relações. Zózimo aponta esta interferência nas suas relações no período da faculdade, e cita um de seus autores favoritos nesta análise.

Na época da faculdade eu tava muito por lá [no Rio de Janeiro], eu tinha vários amigos pretos, que porra... Tinha consciência racial, etc. Mas era ‘ah não, pelo amor de Deus né, Nova Iguaçu... Baixada...’, falava na minha cara. Como é que é isso? Ou da onde nasce isso? É social? Claro que não. Eu gosto muito de Solano Trindade, né?! Solano Trindade quando viveu aqui [na Baixada], viveu em Caxias, ele era adorado e amado por alguns portas rebeldes do Rio de Janeiro, e ele falava, ‘vocês além de racistas são xenófobos’. Ele escreve isso, ‘além de racistas vocês são xenófobos porque vocês não querem vim aqui onde eu tô, vocês querem que eu vou pra mostrar pros outros o fetiche que vocês tem em mim’. E é isso! Quando eu li, pimba! Eu adoro Solano, né?! E isso serve pra mim, serve pra qualquer preto que sai daqui pra ir pra lá, ou pra qualquer lugar que em princípio não é o nosso lugar. A gente é fetiche.

Corpos negros são marginalizados e segregados também a partir do território. A marginalidade é ligada de forma direta a certos, certas corporalidades, em sua maioria de corpos negros, estes que carregam uma ligação corporal parte do código coletivo que constrói a comunidade (ROLNIK, 2007). A história e a memória negra passa pelo corpo negro, pelos movimentos, pelo sustento, antes de ser acorrentado e sequestrado na expansão colonial. A desqualificação e segregação dos corpos e dos sujeitos negros dos espaços da cidade é um fator na produção da identidade dessas pessoas (OLIVEIRA, 2017).

Dentre os entrevistados que consideravam importante a relação entre o ser negro e o território, três das lideranças negras da cidade consideraram ser negro em Nova Iguaçu como positivo, uma valorização do território negro em questão. Os entrevistados se referiam a algo

em comum que era compartilhado e não precisava ser debatido, estar entre pessoas negras, em um sistema racista, torna-se um fator positivo pois a diferenciação racial não é colocada no centro das relações. Por mais que seja um território precário em vários pontos, ao pensar incentivo estatal, era livre do ataque racial direto presente em territórios brancos.

Oliveira (2017) diz sobre esta relação mútua entre território e identidade, segundo ele, as manifestações subjetivas e coletivas formadas naquele chão fazem parte da construção do território. Este autor aponta a forma como territórios negros são os espaços em que foram inscritos histórias, sentimentos, organização, resistência, relações e identidades coletivas, que promovem uma conexão do sujeito com seu grupo social. O território negro é definido como o lugar de desenvolvimento do bem estar da população que vive o racismo de forma constante em sua trajetória.

Fanon (2008) aponta esta diferença de ser negro entre os seus semelhantes e ser negro em um território majoritariamente branco. Segundo o psicanalista martinicano, esta dupla dimensão é uma herança colonial que torna marcada a diferença entre os dois ambientes, o que é permitido e o que não é permitido da corporeidade negra nesses espaços. Para ele, estar com o seu semelhante cria uma oportunidade de identificação e segurança sobre falar de uma vivência que não é possível em um espaço branco. Nascer e se desenvolver em um território específico é ter de forma direta a influência desta localidade no processo de construção da identidade, de sua forma de pensar sobre o mundo (OLIVEIRA, 2018).

Zózimo fala desta experiência de estar em um lugar conhecido, compartilhado com pessoas que dividem uma história e uma vivência comum.

Onde eu mais conheci o racismo foi ai, na academia. Porque antes eu tava aqui, porra! Aqui todo mundo é preto, todo mundo me conhece. (...) Aqui as pessoas me veem, nesse lugar de 'você entende esse negócio'.

A identidade das pessoas negras fortemente relacionada com seu território e com as memórias coletivas. A diáspora foi a primeira perda territorial negra, desde então repetida de diversas formas na desapropriação de seus territórios, e seus vínculos com seus locais de origem, o que afeta de forma direta sua identidade (MARIOSIA, 2016).

Oliveira (2018) fortalece este argumento ao relacionar a vida comunitária, os modos de vida, os hábitos, a noção de próximo/distante, a dimensão territorial dos sujeitos com a construção da sua percepção de si. O conhecido, o familiar, diz da construção subjetiva de cada indivíduo, diz de seu olhar sobre os seus iguais.

A minha mãe era empregada doméstica, e ela trabalhava sábado e as vezes domingo, sábado as vezes ela me levava. Eu garota, uns 11 anos. Ai ela me

levava pro trabalho dela. Quando inaugurou o metrô ela me levou, essas coisas... E eu tinha muito uma coisa de comparar minha cor da pele com a do outro, quando seu sentava perto de você e ficava comparando pra ver se eu era mais preta. E quando a gente saia de Nova Iguaçu, pegava o trem, lá em Morro Agudo, eu ficava observando isso, e a medida que o trem ia descendo, se afastando de Nova Iguaçu, as pessoas que entravam no trem também iam clareando. E quando a gente chagava no metrô os pretos sumiam, e eu passava a ter vergonha, de olhar e as vezes só via eu de preta. E a gente descia na Central e pegava um ônibus pra ir pro Flamengo, Copacabana, dependendo do lugar onde minha mãe ia trabalhar. E eu achava aquelas pessoas tão diferentes, eu tinha uma noção exata de como aquelas pessoas eram diferentes de mim, e as vezes entrava até um negro e mesmo aquele negro era diferente de mim, não era do mesmo lugar que eu.

O território branco, ou majoritariamente branco, é onde a diferença fica latente, onde o sujeito negro é lido e apontado diretamente como tal, e com todos os subjetivos que esta nomeação carrega e diz sobre ele e sobre o coletivo (FANON, 2008). Esta marcação de espaços produz impacto na saúde mental da pessoa negra, entrar em contato com o mundo branco de forma mais direta é entrar em contato com a construção branca do que é ser negro, é ser a diferença que fora dali não é nomeada (FANON, 2008; OLIVEIRA, 2017).

Toni fala deste conforto de não ser visto como um forasteiro, alguém que não pertence ao lugar. Ao longo de sua entrevista foi pontuada diversas vezes a importância de se alcançar lugares considerados de prestígio, como a faculdade e um cargo público, mas valoriza o sentimento de pertença dos espaços pretos.

Eu acho que ser preto aqui em Nova Iguaçu você sofre um pouco menos, porque a gente tem uma população preta aqui e pobre, né?! Porque ser preto num lugar pobre, num município pobre, é mais fácil, você sofre menos do que ser preto num lugar rico, num ambiente de classe superior. Contraste. Então por exemplo, eu pego minha esposa preta vou num shopping de Nova Iguaçu e você não sofre aqueles olhares de curiosidade e tal, se eu pego minha mulher preta e vou num shopping da Gávea as criancinhas ficam puxando a mãe pra olhar pra gente como se a gente fosse dois palhaços, dois fantasmas. Então, a gente tem assim essa parte boa, porque aqui todo mundo tem um preto na família, convive com um preto

Esta fala de Toni me remete a um trecho específico de *Pele Negra Máscaras Brancas*, de Fanon (2008) em que ele narra a vivência na França branca e ser apontado constantemente, ‘mamãe, olhe o preto, estou com medo!’ (FANON, 2008, p. 105). O autor fala da cor da pele tornando sua definição, sua identificação, pelo outro, é ser refém da aparição do seu corpo. Ser constantemente medido e acompanhado pela sombra de sua cor por onde passar. Desta forma, segundo ele, se desenvolver em uma família e em um território majoritariamente negro não garante uma proteção absoluta, já que a violência racista vai atravessar esses corpos e esses espaços de outras formas, mas garante um ambiente livre do olhar branco.

Territórios negros não são exclusivamente formados por pessoas negras, costumam incluir a população pobre, mas seguindo a lógica racista, a maioria dos pobres também é negra (NASCIMENTO, 2016). Desta forma, ao longo deste trabalho, quando me refiro a territórios negros não digo de uma homogeneidade, ou romantização de um território ideal, mas de um grupo em tal espaço que se une através de especificidades culturais, sociais e históricas, que também carrega seus conflitos e tensões (ROLNIK, 2007).

Ao considerar o último censo publicado, Nova Iguaçu é um território com 63% de sua população composta por pretos e pardos, segundo o último censo publicado de 2010 (IBGE, 2011). Na análise destes dados censitários o grupo étnico-racial identificado como negro surge da soma feita a entre a categoria preto e pardo (ANJOS, 2013). Apesar desta estratégia analítica considerar a descendência africana da maioria das pessoas autodeclaradas pardas, como citado anteriormente neste trabalho, esta soma não acessa a autopercepção do sujeito sobre sua identidade racial, e os desafios e complexidades de se identificar como parte de tal grupo (HERING, 2002; LOPES, 2005).

O território negro é produtor de saberes e práticas de cuidado na ausência das políticas do Estado, um espaço que o racismo interfere de outras formas, mas segue fortalecedor de representações e identidades coletivas e individuais, formador de histórias negras (OLIVEIRA, 2017). Um lugar de possibilidade de apenas ser, e não de ser negro.

6.4.1 O corpo negro independente do território

Dos quatorze entrevistados, três disseram não ter especificidades em ser negro na cidade de Nova Iguaçu. Segundo eles, ao considerar o racismo como estrutura social, ele atravessa o sujeito negro independente do território em que ele esteja, equiparar as formas de atravessamento não é possível. As violências que um sujeito negro sofre na Baixada Fluminense não devem ser hierarquizadas com relação as violências sofridas por sujeitos negros no Rio de Janeiro, na capital, por exemplo. Ambas devem ser vistas como violências graves e tratadas como tal.

O corpo é uma construção social repleta de sentidos, símbolos e significados bases para a construção da identidade, imagem e linguagem corporal dos sujeitos (SILVAS, 2014). Desta forma, a estrutura racista torna a corporeidade negra um alvo para suposições e reações negativas, corpo atacado de forma constante e dito lugar dos atributos negativos e negados pela sociedade racista (KILOMBA, 2019). O corpo é a nossa bandeira, por onde somos primeiramente observados, e a diferenciação sobre a corporeidade negra marcada por rótulos e padrões de comportamentos negativos auxilia na exclusão e anulação destes corpos.

Maria, apesar de relatar vivências específicas do território da Baixada e da cidade de Nova Iguaçu, compreende que a diferenciação não torna uma realidade melhor ou pior do que a outra. No resumo da vida em um corpo negro, há o racismo agindo sobre ele em qualquer espaço.

Tem diferença não, o preconceito e o racismo está em todos os lugares. Pode ser o negro lá na zona sul [da cidade do Rio de Janeiro], mas é negro. Lógico que os que estão na periferia, que estão nas comunidades, sofrem mais ainda. Mas se ele estiver na zona sul, por exemplo, ele vai sofrer também. Lógico que o que tá no território que tem mais pobreza, onde tem trafico... onde tem esse território mais complicado, ele é muito mais visado. Mas o racismo ele é na zona sul, na zona norte, na Baixada... o racismo é o mesmo em todos os lugares.

A hierarquização racista dos corpos, através da relação entre os estereótipos e os fenótipos, é reafirmada pelos meios midiáticos sustentados pela elite branca dominante na manutenção do desejo de manter certos corpos segregados e discriminados, em uma releitura das construções coloniais (MUNANGA, 2004; SILVA, 2014). Em nossa sociedade racista, a identidade do sujeito negra é baseada em símbolos e elaborações coloniais.

O racismo, com seus símbolos e significados sobre o corpo e a população negra, define toda a organização e estrutura de uma sociedade. É ele quem diz o lugar, os direitos e as vivências cabíveis a cada corpo. As fronteiras e diferenças entre grupos organizados pelo fenótipo define o que é normal e o que é anormal na realidade de cada um, o que alcança cada território de acordo com os corpos que o ocupa (ALMEIDA, 2018; OLIVEIRA, 2015). Silva (2014) coloca a corporeidade negra e sua marginalização na produção do não-lugar do sujeito negro. A autora descreve a cultura dominante apagando os referenciais da cultura negra, o que torna impossível a identificação e o encaixe do sujeito e do corpo negro dentro da realidade social.

O ódio, segundo Costa (1984), é a base da relação racista para a pessoa negra. Segundo ele: “ser negro é ser violentado de forma constante, contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e de recusar, negar e anular a presença do corpo negro” (COSTA, 1984, p. 2). Heraldo utiliza deste argumento para defender sua colocação, para ele, o ataque racista é permanente, independentemente da localização do corpo negro em questão.

Diferença nenhuma, é negro em qualquer lugar. A questão do racismo, da necessidade de luta, é a mesma em qualquer lugar que você chegue. (...) A forma de te olhar é a mesma, não tem diferença.

Ao ser vista a partir deste ponto de vista, a corporeidade negra segue desvalorizada e desaprovada de forma constante, e permanece como uma cultura periférica (SILVA, 2014). Vilhena (2006) estabelece que a desqualificação do corpo e do sujeito negro produz na psique do indivíduo a negação, o ódio ao seu próprio corpo, ao seu próprio eu.

O corpo é um instrumento e representação de poder (SILVA, 2014). Neste sentido, ser negro é ser colocado em um lugar social inferior independente do território ou classe social, desta forma, ao invés de diferenças, conseguimos ver semelhanças entre ser negro em Nova Iguaçu ou em qualquer outra cidade.

6.5 DIFERENÇA GERACIONAL

Esta é uma categoria diferente das outras. Ela não surgiu de forma planejada a partir do roteiro de perguntas da entrevista, mas sim da minha escuta e da minha percepção ao notar diferenças marcantes e pontos em comum entre as trajetórias de vida dos entrevistados. Para além da esperada diferença dos anos de trajetória, pois era esperado que pessoas de gerações anteriores tivessem mais tempo de atuação política do que as de gerações posteriores, notei uma diferença na formação política racial entre essas gerações.

Foram feitas 14 entrevistas com lideranças do MN de Nova Iguaçu, dentre elas 7 homens e 7 mulheres, por coincidência, pois não foi feito esse recorte de gênero inicialmente na construção do trabalho. Estas lideranças tinham entre 23 e 75 anos, e dividi em dois grupos: o primeiro grupo de 23 anos a 39 anos, que inclui 5 entrevistados; e o segundo grupo de 49 anos a 75 anos, que inclui 9 entrevistados.

Esta categoria foi construída com base nas respostas obtidas ao questionar sobre como teve início a trajetória política de cada entrevistado no MN. Todas as lideranças do primeiro grupo tinham sua trajetória política vinculada a instituições de ensino formal, seja em grêmios estudantis, coletivos universitários, através de leituras indicadas em disciplinas, todos tiveram a escolarização formal como campo de início da sua formação racial política. Já os entrevistados do segundo grupo tiveram apenas dois que marcam instituições de ensino como inicial em sua formação política, todos os outros sete entrevistados narraram eventos que não vinculavam sua formação racial política com instituições educacionais, mas com experiências marcantes de vida, como ter sido expulso de casa, filiação a partidos políticos, ou até mesmo o envolvimento com a pastoral católica.

O grupo formado pelas gerações atuantes no MN dos anos 70 e 80 narram um período político nacional muito diferente do cenário encontrado pelas gerações atuantes nos anos 2000,

obviamente. Porém, não vejo como caminhos desconectados, ter a possibilidade de fazer da academia um espaço de construção e formação política negra, está ligado de forma direta a luta política destas lideranças nos períodos anteriores citados. A pluralidade nas trajetórias trilhadas pelas gerações anteriores, e que desembocaram em um objetivo comum, mostra de forma nítida um MN de base plural, amplo e que se forma pra além da luta antirracista acadêmica.

Estas organizações são formadas por intelectuais que se encontram fora das grandes instituições reconhecidas como produtoras de conhecimento, produtores de saber a partir de suas vivências e práticas, que não têm seu conhecimento catalogado no modelo científico ocidental, mas sim em suas histórias de vida e trajetórias coletivas e individuais (GUIMARÃES, 2004; SANTOS, 2009). Um MN que se utiliza da teorização acadêmica, mas não a tem como base de sua produção, e se fortalece na ação e na experiência em coletivo.

Guimarães (2004) indica que esta formação política do MN está presente desde antes da Abolição no país, e retorna nos anos 70 no processo de redemocratização pós-ditadura militar. O autor aponta serem processos de formação parecidos onde nos dois momentos o MN se organizava em busca de reconhecimento social e de distinção cultural, mas que se diferenciam no segundo momento por crescer o número de organizações negras que se aproximavam da formação de partidos políticos e por enfatizar uma diferenciação racial entre negros e brancos.

A luta política dos negros no Brasil sofreu uma interrupção severa com o golpe militar de 1964, o controle militar no país desestruturou a articulação de diversas forças políticas organizadas e utilizou o mito da democracia racial como argumento contra estas organizações (DOMINGUES, 2007). Se o país vive uma democracia racial, os atores políticos que atuam no combate ao preconceito racial na verdade estariam criando uma desestabilidade na estrutura nacional.

Domingues (2007) faz uma importante colocação ao indicar que esta perseguição política durante a ditadura não significou que o MN em geral não tenha produzido e atuado durante este período de forma menos organizada ou clandestina, mas sua reestruturação de forma mais dura aconteceu apenas início no final dos anos 70.

Esta reestruturação foi influenciada por contextos variados. No cenário nacional teve início um descontentamento mais inflamado contra a ditadura e a ascensão da luta pelo direito dos trabalhadores, já no cenário internacional haviam as lutas pela independência de diversas colônias no continente africano, como Angola (1961-1974), Moçambique (1964-1974) e Guiné Bissau (1963-1974), e a luta pelos direitos civis dos negros estadunidenses que trouxeram

figuras negras icônicas como os Panteras Negras, Martin Luther King e Malcom X (MATOS E PABLITOS, 2017).

Em 1978 há o retorno do MN organizado através da fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Étnico-Racial (MUCDR) em São Paulo, e rebatizado em 1979 ao receber o nome de Movimento Negro Unificado (MNU) (LIMA e PEREIRA, 2019). Santos (2011) coloca este evento na posição de incitador do protesto negro contra a discriminação racial no Brasil durante a ditadura militar.

O MNU colocou de forma ampla e intensa o questionamento a diversas construções racistas impostas à população negra. Esta formação tinha como bandeira principal o combate ao mito da democracia racial propagada de forma intensa pelo governo vigente da época, e outras narrativas como a construção da imagem da Princesa Isabel como heroína e o dia 13 de maio como data comemorativa da Abolição da Escravatura (MATOS e PABLITO, 2017).

Ao considerar o contexto político complexo de término de uma ditadura militar e redemocratização do país, o MNU influenciado pelo descontentamento com a estrutura vigente tem sua base nos movimentos de esquerda. Domingues (2007) aponta a interferência dos pensamentos marxistas no fundamento desta organização. O autor aponta o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Convergência Socialista (uma tendência interna do PT e que posteriormente foi uma das organizações que deu origem ao PSTU) como os partidos com mais membros do MNU, militantes que consideravam o capitalismo como mais um braço da estrutura racista.

Leitão e Silva (2017) indicam que ao longo dos anos, conforme o MNU se tornou mais presente nos outros estados, o envolvimento dos militantes da organização começou a se aproximar dos partidos políticos. As opções partidárias giravam em torno de três partidos: o PDT, o PT e o PMDB, que tinha a Frente Negra de Ação Política de Oposição (FRENAPO) até meados de 1983. Porém, estes autores marcam o PT como o partido de maior concentração dos militantes do MN nos anos 80, atraídos por um partido que se construía a partir dos trabalhadores e das bases sociais.

Ao resgatar a história de vida das lideranças do MN de Nova Iguaçu, das quatorze entrevistadas, metade se filiou ou ainda é filiada a algum partido político. É possível fazer este recorte geracional até mesmo ao observar estas filiações: todos os entrevistados que citaram a filiação ao PT em algum momento de sua vida faziam parte do segundo grupo, das gerações anteriores, cinco dos nove componentes deste grupo, e duas lideranças citam o PSol como partido político de referência. Foi também neste grupo que os entrevistados foram filiados ou

se aproximaram do MNU em algum momento da sua trajetória, sete de um total de nove lideranças.

Zózimo é uma das lideranças da segunda geração que foram filiados a esses partidos políticos ao longo de sua trajetória, dentre eles o PT em 1988, em a Convergência Socialista, um grupo que segundo ele, era formado por pessoas negras na cidade que debatiam a raça e reivindicavam uma luta contra o racismo, o que sentia falta na formação geral do partido. Em outro momento da década de 90, ele não sabe precisar entre 1990 e 1992, Zózimo retorna a outra tendência do PT, a Força Socialista onde ficou por 10 anos, e debatia minimamente a questão racial. É importante ressaltar que Zózimo narra a expulsão da CS do PT no ano seguinte, e fundou o PSTU.

[Depois da Marcha de 88] ai eu voltei e fiquei com aquilo na cabeça, ‘que loucura’, ai eu comecei a me aprofundar, sabe? ‘Eu quero saber o que é isso’. E no PT não se discutia isso, tanto que um amigo meu do PT, que eu não quero citar nomes, que é uma figura bem emblemática ele falava: ‘Zózimo, essa questão racial, cara, no fundo é luta de classes. No socialismo não cabe racismo, no socialismo não há racismo. Então se a gente consegue superar o capitalismo, se a gente conseguir implantar o socialismo real a gente vai conseguir de fato acabar com o racismo nesse país’. (...) E eu fiquei encantado com aquilo mas eu achava que não, não tinha nenhum fundamento, sabe? Não tinha fundamento em porr* nenhuma, mas eu achava que a questão do racismo era muito mais do que isso porque eu sentia o racismo com relação a mim, e eu era um dos poucos pretos que tinha lá. Tinha um tratamento diferente, não era dito, mas tinham os olhares, as posturas, as subjetividades e eu sentia isso dentro do partido mas não sabia explicar, eu só sentia.

As discordâncias e atritos também estavam presentes nestes momentos, muitos militantes do MN não concordavam com a atuação política negra dentro de partidos, e isso provocava um certo distanciamento em ambos os lados (LEITÃO e SILVA, 2017), assim como dentro dos próprios partidos. Matos e Pablito (2017) chamam a atenção para o fato de que mesmo o contexto político do final da década de 70 e início da década de 80 ser propício para a união de pautas e reivindicações de demandas coletivas visando o proletariado, de sua maioria negra, o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não colocavam em sua prática o combate ao racismo como forma de emancipação da massa trabalhadora.

Leitão e Silva (2017) destacam o fim da ditadura militar no Brasil em 1985 como a abertura das portas institucionais para diversos militantes e representantes de movimentos sociais, e com o MN não foi diferente. Houve uma mudança na relação entre Estado, movimentos sociais e ativistas políticos. Segundo estes autores, houve uma complexificação das relações entre Estado, movimentos sociais e ativistas políticos, que não mais ocupavam o lugar restrito da margem política.

A análise destas relações gera outro debate: há ou não a possibilidade de se fazer militância dentro das vias oficiais do Estado, que historicamente é construído como o inimigo a ser combatido pelos movimentos sociais, inclusive pelo MN? Há por um lado o argumento do ativismo institucional, um ativismo dentro das vias do Estado que tornou possível todas as políticas públicas voltadas para a população negra atualmente, e por outro lado o argumento do desvio estratégico e cooptação política dos ativistas e organizações sociais que atuam dentro ou em negociação com o Estado, pois se perde nestas negociações o teor emancipatório e radical de suas reivindicações nestas negociações (GOMES, 2017; LEITÃO e SILVA, 2017).

A militância institucional e acadêmica ganhou força no final dos anos 70 e início dos anos 80, havendo um aumento significativo à época no ingresso de pessoas negras nas universidades. Foi neste período que referências negras atuais nos estudos dentro das relações étnico-raciais ingressam na academia, como Kabengele Munanga, Muniz Sodré e Joel Rufino (RATTS, 2009). De forma óbvia, a entrada e permanência desses intelectuais debatendo estes assuntos dentro da academia não foi sem conflitos. Majoritariamente branca, a academia brasileira é tradicionalmente eurocêntrica, os intelectuais que não colocam estes saberes como fonte de seu trabalho encontram problemas em terem seus trabalhos reconhecidos, principalmente se fazem parte dos grupos sociais excluídos, como os intelectuais negros (GOMES, 2017).

Conceição é uma das lideranças da geração mais antiga que narra a diferença e a dificuldade em ter uma visão racializada dentro da vida institucional, nas escolas e nos sindicatos, por exemplo. Ela é uma, das duas pessoas da geração mais velha, que narra ter tido sua construção racial dentro da universidade.

Quando você toma consciência de si, você toma consciência do mundo. Então você começa a entender como as coisas funcionam, porquê elas funcionam dessa forma. Então essa consciência racial veio imbuída de uma consciência política mais objetiva, eu começo o olhar a ação do sindicato a partir desse olhar das relações raciais, como as coisas no sindicato, já sabe como é que é, como as coisas funcionam aqui... A resistência no sindicato em discutir a questão racial, entendeu?! É uma questão que não tá posta né?! É “vamos salvar todo mundo”, que é muito a lógica da ideia do socialismo, quando a gente implantar uma sociedade socialista tudo se resolve, né?! Então o sindicato ele traz muito isso. E aí quando eu tomo essa consciência, porque quando eu vou pra faculdade eu já tô mais ou menos três anos no serviço público e já tô militando no Sepe e já tô num processo de militância sindical, então a partir daí eu já começo a ver as relações raciais como elas se processam dentro do sindicato, nas relações interpessoais dentro da escola, não só com os alunos né?! Mas com a direção da escola. Então as pessoas dizem, “ah, mas vocês tão racializando tudo”, não sou eu que tô racializando tudo, a sociedade é racializada, então não sou eu que tô racializando esse país, esse país ele é racializado, então eu tô politizando racialização, entendeu?! Então é diferente.

Santos (2011) localiza no período de redemocratização do país o avanço dos esforços do MN de trazer para o debate público os problemas causados pela discriminação racial. Segundo ele, o sistema de ensino e as práticas pedagógicas eram pontos significativos de atuação do MN, uma das armas principais de combate ao racismo e na formação de uma educação antirracista.

Gomes (2017) vai um pouco além ao apontar que o foco no sistema de educação diz de uma luta do MN pelo acesso universal à educação no início do século XX. A autora localiza nos anos 80 a mudança nas prioridades e o deslocamento dos esforços do acesso universal para a luta pelas ações afirmativas na educação, uma vez que o Movimento percebeu que o discurso universalista não garante acesso a população negra, era necessário um recorte específico.

Na década de 90 havia uma soma de vetores políticos e sociais, em conjunto com o retorno à democracia na década anterior, que tornou os anos seguintes favoráveis ao surgimento de diversas mobilizações sociais cobrando mudanças específicas e concretas nas políticas públicas voltadas para a população negra (PAIVA, 2011). É importante demarcar que mesmo as ações afirmativas terem sido implantadas em 2003, e formalmente debatida nas vias do Estado a partir de 1995, elas são o resultado de anos de debates e construções internas ao MN (GOMES, 2017).

Ao analisar as entrevistas das lideranças do MN de Nova Iguaçu percebi uma relação entre os grupos geracionais com relação a suas ações políticas, engajamentos e principalmente seu acesso e vivência universitária. O segundo grupo, com lideranças mais velhas, eu obtive relatos sobre seus engajamentos políticos na formação de pré-vestibulares sociais e para negros, a vivência em fóruns e eventos com Paulo Freire e Betinho em Nova Iguaçu, visando a defesa do acesso à educação pela população negra e o trabalho junto a juventude negra que se via fora do sistema educacional.

Setes destas lideranças fazem parte do MN dos anos 70 e 80 que discutiram a necessidade das ações afirmativas no ensino superior para a população negra, mesmo a maioria deles não fazendo este debate dentro da universidade em si e não considerando a academia como seu espaço de formação política racial. Eles fizeram parte do cenário político da cidade e da região metropolitana do estado que possibilitou a formação da universidade pública que conhecemos agora.

Almir que já fundou três cursos pré-vestibulares, sendo dois na Baixada, incluindo Nova Iguaçu, e um na cidade do Rio de Janeiro, é uma das lideranças que serve como exemplo de trajetória militante voltada para a garantia de acesso à educação pela população negra. Dentre

atritos, lutas e agressões psicológicas sérias, Almir tem uma trajetória de liderança dentro e fora da cidade na criação de pré-vestibulares voltados para essa população. Neste percurso de décadas, Almir destaca a dificuldade de se completar as turmas em um dos pré-vestibulares para pessoas negras devido ao não acesso da população à educação básica.

Em relação ao pré-vestibular daqui (...) acho que tem um negócio bacana porque a gente inaugurou ele (...) e quando eu abri a primeira turma as vagas eram 40 vagas para negros, (...) vestibular para negros. E a inscrição só teve 16 pessoas inscritas, e aí eu proroguei a inscrição por 2 semanas, junto com o grupo de coordenadores lá que estavam comigo na época. Prorroguei por duas semanas e aí teve mais uma inscrição, proroguei por mais outra semana, teve mais uma inscrição. E o que eu constatei é que naquela época, década de 90, (...) nem o nível médio as pessoas tinham, os negros não tinham acesso nem ao nível médio, quanto mais estudar para se preparar pra universidade. Muitos dos negros não vieram se escrever e não era porque não queriam se inscrever (...), mas porque muitos não tinham o nível médio e os que tinham tavam trabalhando. Então eu vi que a questão do racismo era muito mais profunda na educação. E aí a gente mudou o nome de vestibular para negros para vestibular para negros e carentes. O negros e carentes dava a entender que os brancos também podem se inscrever, e aí que eu consegui completar a turma.

Esta constatação me remete ao outro grupo geracional, dos mais novos: todos possuem graduação e citam a universidade como o lugar de início ou fortalecimento de sua identidade racial política. Eles citam a ação de coletivos, disciplinas e/ou professores que levaram para dentro do espaço acadêmico a possibilidade de se debater a questão racial, e tornaram a universidade um espaço possível para seu crescimento político racial.

Desde a criação de cursos pré-vestibulares negros e comunitários nos anos 90 é reconhecido um esforço mais pontual e específico sobre o campo da educação superior por parte do MN (PAIVA, 2011) visando o aumento do acesso de pessoas negras a universidade. Este aumento diz da criação de um espaço mais possível para essas pessoas, uma tentativa de mudança na raiz institucional que não pensa a população negra desde sua criação. Gomes (2017) cita a oportunidade de criação de uma nova pedagogia, uma mudança na dinâmica e no currículo da universidade que possibilita pensar outra formação e outra visão política do corpo estudantil.

Dan é uma das lideranças que localiza na fase universitária o seu despertar para a ação política mais consciente dentro do MN. É destacado em sua fala o divisor de águas que foi entrar para a universidade e o conhecimento que adquiriu lá.

Eu costumo dizer que antes no meu ensino médio eu já lutava mas não sabia aonde, digamos assim, não tinha uma ferramenta. Eu tô lutando mais não sei

porque eu tô lutando. E depois que eu entrei na faculdade e me aproximando mais das políticas públicas, conheci o Psol, me filiei... Acho que ali foi o meu *start* na luta. Foi ali que consegui as ferramentas pra lutar pelas causas.

Este espaço de construção de pensamento crítico e político para pessoas negras é novo dentro do espaço acadêmico. Para Paiva (2011), os núcleos de estudos afro-brasileiros (Neabs) e os coletivos negros universitários foram importantes na formação do coro de vozes dentro de cada universidade a favor da adoção das ações afirmativas e pelos programas de apoio e incentivo a permanência dos alunos cotistas. Estas associações têm ainda hoje uma importância dentro da formação política da juventude negra que consegue acessar a universidade. Em busca de uma formação acadêmica e uma visão de mundo mais crítica e menos afastada da realidade, o movimento estudantil continua atuante na divisa entre a academia e os movimentos sociais (AMARAL, 2014).

Paiva (2011) caracteriza como fundamental a atuação do MN em suas várias frentes de organização em torno da população negra e sua identidade em espaços antes não alcançados, como nos poderes executivos e legislativos, para a aprovação desta política. O início dos anos 2000 foram essenciais para a construção desta nova visibilidade à corporeidade negra, com um aumento de pessoas se autodeclarando negras, assim como um aumento ao número de as pessoas negras se inserindo em espaços de maior prestígio social (GOMES, 2012).

A estética negra ganha uma importância política em um movimento diferente do que ocorreu nos anos 70 e 80 com o Movimento Black Power (GOMES, 2012), pois passa a ser uma base diferenciada para a construção da autopercepção e identificação entre pessoas negras (LIMA e PEREIRA, 2019). A estética e a corporeidade negra passaram a funcionar como um elo, um portal de entrada, para pessoas negras entrarem em contato com seu corpo e sua identidade negra.

Diversas instituições surgiram da relação entre forças do Estado e o MN a partir da década de 80, desde a Fundação Cultural Palmares²² em 1988, passando pela Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) em 2000, pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) em 2003, e pelos coletivos e ações nas universidades brasileiras atualmente (LEITÃO e SILVA, 2017; RATTS, 2009).

²² Fundação esta que completa 32 anos e enfrenta uma crise ao ter em sua presidência um representante que nega a existência do racismo e vai contra os princípios, valores e objetivos da instituição. Uma tentativa nítida do Estado de desarticulação da luta antirracista institucional.

Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/politica/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-existencia-de-racismo/>

Porém, Ratts (2009) é um dos autores a refletir também sobre a dificuldade de ser um corpo negro ocupando esses lugares. O autor trata em sua pesquisa sobre a dificuldade de ativistas negros dentro da academia e em outros espaços de poder social que em sua maioria são de formação branca e eurocêntrica. Assim como o afastamento destes ativistas das coletividades negras e populares ao entrarem na academia ou na institucionalidade.

Parte dos ativistas do MN que fundaram e defenderam a criação destas instituições não tiveram passagem pela universidade e essa inserção institucional muitas vezes diz, ou resulta, em um embranquecimento de algumas dessas pessoas negras (RATTS, 2009), e não no “enegrecimento” destas instituições. Esta inserção cria confrontos e conflitos internos ao MN, uma vez que para ela acontecer é necessária a adequação às regras criadas pelas vias do Estado, de uma certa forma, se enquadrar nas regras do opressor que produz seu lugar de opressão.

Este desconforto do embranquecimento e da inserção na academia, ou na relação com o Estado, se aproxima do que Santos (2002) chama de paternalismo acadêmico, um processo de reconhecimento e valorização apenas das produções e dos produtores destes espaços e dentro destes moldes. Ocorre uma anulação, ou colocação em segundo plano, do conhecimento, dos avanços e das práticas que ocorreram e ocorrem fora do universo acadêmico.

Acho este ponto importante: o alcance das vias do Estado e das instituições socialmente reconhecidas não são o ponto almejado de chegada para o MN. Estes lugares e estas políticas foram conquistados com base em um trabalho de base popular, da margem, e este trabalho não deve acabar por conta disto. Pelo contrário, os caminhos trilhados anteriormente sempre devem ser fonte de aprendizado para os próximos passos a seguir. Santos (2011) aponta no exercício de exaltação das ações institucionais uma forma de possibilidade de crença apenas nas ações providas pelo Estado.

Ao retornar ao caso específico das gerações de lideranças do MN de Nova Iguaçu, esta discussão é importante se pensarmos que os líderes das gerações mais novas só têm a possibilidade de produzir o que produzem atualmente por conta das produções dos líderes da geração mais velha. Não há como pensar de forma desconectada essas duas gerações. Os debates, as construções, as instituições, a universidade possível atualmente só existe porque gerações anteriores produziram insistentemente, de forma não linear estas possibilidades.

A forte militância negra presente atualmente na academia deve reconhecer que sua atuação e visibilidade é limitada (RATTS, 2009). Apesar das mudanças a universidade continua um lugar elitista e distante da maioria da população, e por isso também é necessário lembrar de forma constante que existem outras formas de militância anteriores e fora deste espaço. Haviam

outras formas de articulação e resistência negra antes das organizações reconhecidas pelo Estado, são elas que deixaram um legado de erros e acertos para o Movimento atual possível (DOMINGUES, 2007).

No grupo da geração anterior, por exemplo, há lideranças que tiveram o início de sua trajetória dentro da igreja católica, como Almir e Acotirene, nos anos 70 e 80. Acotirene remonta o movimento político criado dentro da igreja incentivando o debate racial que a trouxe hoje a ser uma liderança na cidade:

Foi todo um debate que foi sendo criado por conta do centenário da abolição. E esse debate saiu do ceio da questão amplamente religiosa [dentro da pastoral], institucional, para as comunidades eclesiais de base, que foi o grande bum da época dos anos 70 e 80, por conta da teologia da libertação, por conta dos cursos que o Leonardo Boff fez aqui na baixada, junto com Paulo Freire, junto com Betinho, e foi feito esse canal onde como é que nós, negros e negras estávamos inseridos dentro desse processo. (...) A pastoral começou em São Paulo e foram transferidos pro Rio, na verdade pra Nova Iguaçu, porque a do Rio não aceitava esse tipo de movimento.

O MN é marcado pela capacidade de adaptação de acordo com o período político em que se encontra. A luta pelo reconhecimento e defesa da cidadania da população negra atravessa períodos e deixa legado de mudanças e de continuidades, temos na conjuntura atual uma adaptação às novas tecnologias que tornam possível a proliferação e o alcance de vozes nunca antes conquistado (DOMINGUES, 2007; LIMA e PEREIRA, 2019).

Dentre as diferenças entre essas gerações destaco a formação e o caminho que trilharam para chegar aonde estão, sua vivência, assim como o conhecimento e sua visão de mundo. Ao analisar seus projetos e comprometermos, todos tem o objetivo de atuar em benefício da população negra da cidade de Nova Iguaçu, ou em situações mais específicas, como os movimentos locais dentro de bairros mais periféricos dos quais fazem parte. Todos, quando questionados, afirmam acreditar que seus projetos interferem de forma positiva na saúde mental da população negra de seu território, pois mostram uma possibilidade de autonomia, autogestão, aumento da autoestima estética e intelectual e fortalecimento da identidade negra.

Dos 14 entrevistados, 7 atuam em projetos voltados para jovens e crianças negras, esta maioria diz de uma preocupação maior com a juventude negra dentre as lideranças do MN da cidade. A juventude negra, e principalmente a masculina, é a principal vítima do processo genocida do Estado, ela ocupa lugares de destaque em índices negativos, como os de vítimas da violência urbana, do abandono e defasagem escolar, desemprego e vítimas de homicídio (BEGHIN e BENTO, 2005).

Conceição, uma das lideranças com projetos voltados para jovens negros, diz refletir sua ação na construção de um espaço de construção da negritude para a juventude negra que não tiver a universidade como espaço de fortalecimento como ela teve em sua trajetória em uma universidade particular em Duque de Caxias.

Essa coisa do genocídio tá muito forte, né?! Tá sufocando todos nós, tá agredindo todos nós. E aí a gente começou a pensar como [nosso coletivo] pode ser mais um espaço onde essa juventude tenha lugar de fala, onde ela possa se abrir, onde possa colocar as questões dela, onde ela possa protagonizar ações. (...) Mas pensar essa coisa da juventude, né?! Pensar mais um espaço. (...) Tem uma juventude que não tá ligada a nada, e a gente tá tentando olhar pra essa galera. (...) Eu participei do ECUN lá na UFRJ, o Encontro de Estudantes Universitários Negros, foi em 2016. E aí, nesse encontro a juventude universitária vinha fazer os relatos deles e os relatos eram o tempo todo assim, né?! ‘Ah eu descobri que sou negro na universidade...’, e tal, não sei o que lá. E sempre relatos dessa coisa de descobrir sua negritude sempre envolve a muita dor. E aí, eu fiquei pensando, gente se você for pegar as discussões do Movimento Negro nos anos 80 era toda essa. Muitas das reuniões do Movimento Negro primeiro elas se davam numa catarse, onde as pessoas primeiro falavam das suas dores, das dores que o racismo trazia, pápápá, pêpêpê. Pra depois pensar políticas e tal, não sei o que lá. E aqueles relatos daquela garotada lá na UFRJ era muito parecido, eu ficava, gente, tantos anos depois, tantas décadas depois e a gente ainda tá deixando pra construir negritude na universidade, e uma construção dolorida e tal. E aí eu volto pra escola, porque a escola básica é um celeiro de tudo isso, eu não quero que essa garotada deixe pra construir sua negritude lá, quero que construa agora, na educação infantil. (...) a falta de uma identidade racial adoce a gente sim, porque faz a gente se enxergar de uma forma que pode não ser a tua imagem verdadeira, a imagem distorcida (...), isso é muito agressivo. Como é que a gente trabalha hoje pra não ter mais uma geração que seja doente nesse sentido.

É interessante este resgate que Conceição faz entre a juventude militante dos anos 1980 e dos anos 2010, pois mostra o racismo produzindo os mesmos efeitos de afastamento e negação da negritude independente do período. Mesmo no início de sua formação política racial ela identificava ser necessário um esforço de aproximação e descoberta de sua identidade negra que é negada ao ser criada no senso comum de uma sociedade racista.

Ao pensar juventude negra destaco também a fala de Acotirene, professora do município e presidente de uma instituição combatente ao racismo que possui vínculo com o Estado, sobre o abandono do jovem e da criança negra a partir do enfraquecimento da família negra pelo racismo.

A criança pobre negra ela já vai pra escola sozinha, você vê a criança pegando o ônibus com 5, 6 anos, junto com o irmão de 7, 8 anos, que são obrigados a percorrerem grandes distancias, e da mesma forma eles voltam sozinhos. Então eles são obrigados a terem maturidade antes do tempo, não tem uma

referência, não tem tempo deles se tornarem adultos porque eles são chamados pra uma vivência fora da hora. E ai vai se perdendo, a criança não sabe o que faz, vai indo. A criança não é de ninguém, o jovem não é de ninguém. (...) Na fase que mais precisa pra estruturar não têm ninguém. A mãe trabalha o dia inteiro, o pai foi embora de casa, e aí?! Quem cuida? Quem ajuda? Ai na rua perseguição, na escola perseguição. É abandonada. A criança, o jovem negro, é abandonado, abandonado pela família, abandonado pela escola, abandonado pelo governo, abandonado por todo mundo. Simples abandono.

Para Acotirene, a estrutura racista que afasta a família da criança negra faz parte de um processo de genocídio que a deixa desamparada. Para ela, uma família em que todos os indivíduos sofrem os processos individuais e coletivos do racismo é limitado o espaço para cuidado e zelo que a criança e o jovem negro necessitam para seu desenvolvimento.

Os outros entrevistados se dividem entre outras atividades, assim distribuídas: três atuam voltados para mulheres negras; dois atuam em instituições em vínculos com o Estado e colocam a população negra como principal foco da ação de suas instituições; um tem como foco principal famílias negras atingidas pela violência do Estado; e um trabalha com a valorização da estética negra.

Gomes (2017) e Lima e Pereira (2019) analisam que a luta antirracista se iniciou com o MN em uma estrutura pontual e atualmente se estende para além da institucionalidade de cada organização. Para eles o MN está em uma forma capilarizada com diversas frentes de atuação independente de sua organização, a partir disto criou-se uma capacidade de alcance e disseminação que possibilita a luta antirracista ser presente em cada espaço ocupado por um sujeito que seja.

Uma pessoa negra em um espaço de prestígio e poder social que coloca dentro da sua prática a posição antirracista já seria um ramo, uma semente do MN atuando dentro daquele espaço. Nesta visão, ser parte do MN diz de uma prática, uma forma de ser e se colocar, não há a necessidade de filiação a uma organização específica assumidamente militante e comprometida em sua base com o combate ao racismo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste trabalho se baseou na premissa de que o racismo existe. O racismo faz parte da estrutura e das relações sociais, portanto não há espaço para questionamentos acerca da realidade racista no cotidiano e construção da nossa sociedade. Problematiza-se, entretanto, as abordagens conceituais, a conformação e transformação sobre o tema ao tornar-se presente durante séculos e ser tão atual. Abordou-se com destaque seus efeitos na saúde mental da população negra, especificamente. A faceta entorno da construção social do racismo, que ignora o discurso científico da inexistência de raças (MUNANGA, 2004), da forma que são propagadas, e mantém presente este conceito tanto no campo do imaginário, quanto no campo da realidade concreta.

A correlação criada entre o fenótipo e as características subjetivas transita da ideiação de raça para a materialização da noção de raça, uma forma visível, capaz de ser identificada na cor da pele e nos traços faciais (GUIMARÃES, 2012; MUNANGA, 2004). Desta forma, a hierarquia colonial entre populações permanece atual na estrutura pós-colonial, torna a racialização um fator estruturante nas relações individuais e coletivas, e distribui de forma desigual o poder social entre os grupos racializados.

Debater a saúde mental da população negra é colocar ênfase nas micros e macros agressões cotidianas infringidas ao corpo e ao sujeito negro em uma sociedade racista. A saúde mental é o conjunto de diversos processos, coletivos e individuais, que diz da vida em sociedade (OLIVEIRA, 2017), logo, pensar esta relação entre pessoas negras e a estrutura social racista que as anulam é identificar vivências específicas desta população.

A experiência negra diz de processos individuais e coletivos, algo comum na trajetória de um grupo. Pensar esta trajetória na cidade de Nova Iguaçu, historicamente de maioria negra, é debruçar sobre a experiência negra coletiva daquele território, considerar sua formação, história, processos marcantes e geografia específica, e de quais formas afeta e é afetado por esta população. O acesso a essa narrativa só é possível através do contato com quem vive e constrói essa realidade de forma cotidiana.

O MN e o movimento coletivo que traz no seu centro a preocupação com as condições de vida da população negra, é uma fonte local importante sobre os desdobramentos da relação entre a população negra, o seu território e as diversas forças atuantes nele. Traz em sua caminhada conhecimento sobre o espaço, sobre as relações e a consciência da influência do racismo na vida desta população.

Após a realização das entrevistas semiestruturadas com algumas lideranças do MN da cidade de Nova Iguaçu, foi possível fazer uma análise e comparação da resposta de cada entrevistado. Este trabalho reuniu opiniões semelhantes e divergentes sobre os mesmos assuntos, o ponto de vista de quem age na ponta na garantia de direitos da população negra.

Este trabalho não tem a pretensão de abarcar a discussão acerca da saúde mental da população negra, seja de Nova Iguaçu, ou qualquer outro território. Existem limitações dentro do campo da pesquisa, precisa ser considerado que a visão das lideranças entrevistadas não representa uma verdade única entre todas as lideranças da cidade, e nem da população negra como um todo. Porém, apresenta uma pequena amostra sobre o tema trazido.

De acordo com a visão destas lideranças o MN é múltiplo e difuso, com suas discordâncias, diferenças e embates internos, mas que se encontra no objetivo comum de defesa ao direito a vida, ao acesso e ao bem viver da população negra. Um movimento que busca reconstruir a história de um coletivo marcado pela desumanização e pela violência, através da denúncia de um sistema racista historicamente negado, pela reivindicação de reconhecimento de humanidade. Há dentro destes espaços a construção de um ambiente seguro de legitimação do sofrimento causado pelo racismo no corpo e na mente de pessoas negras, espaço este que é negado quando o debate racial não é colocado por uma sociedade que busca apagar a existência do racismo.

É importante ressaltar a ideia exposta de não romantização deste movimento. Da mesma forma que não há o consenso entre todas as pessoas negras sobre o racismo como uma estrutura política, nem tudo é consenso entre as pessoas e organizações do MN. O MN não é uniforme, há práticas, vertentes e teorias distintas dentro deste mesmo espaço, a união deste movimento é baseado na motivação em construir uma narrativa sobre a população negra que não se baseia na escravidão.

Nas mais distintas frentes de atuação, o MN reconhece o racismo estrutural como formador das relações sociais e das práticas do Estado, busca produzir a partir de seu território e contexto social uma resposta de emancipação identitária, estética e de saberes (GOMES, 2017). De grupos organizados, iniciativas culturais, práticas de iniciativa individual ou não, dentro ou fora das vias do Estado, o combate ao racismo é o ponto de concordância dentro deste movimento.

Nas entrevistas concedidas por estas lideranças do MN de Nova Iguaçu, o racismo foi colocado em sua maioria como uma força limitante, estrutural e constante na vivência das pessoas negras. É a base de um projeto de redução de potências, invisibilização de

possibilidades de vida, uma estratégia de manutenção da hierarquia e privilégios de uma estrutura social de cunho colonial.

O racismo coisifica, a pessoa negra, o que justifica encontra-la em condições de vida desfavoráveis, nega-la direito ao acesso a serviços básicos, atingida pela violência e abandono do Estado. Esta normalização torna compreensível a reprodução da baixa autoestima e do auto ódio dentre a população negra. A branquira ser colocada como a única possibilidade de humanidade, diz da não pertença do sujeito negro dentro da sociedade, aponta a desumanização trazida na pele (FANON, 2008).

O racismo constrói uma barreira intransponível entre a pessoa negra e o reconhecimento de sua humanidade, faz a pele escura ser a representação do lugar do ruim, do negativo, o que torna impossível, dentro da concepção racista, se deslocar desta condição. Ao longo da construção deste trabalho ficou nítida a percepção das lideranças entrevistadas sobre os efeitos negativos do racismo na saúde mental da população negra.

O ambiente e o entorno social em que uma pessoa cresce e se desenvolve têm relação direta com sua saúde mental, a produção de habilidades subjetivas e sociais necessárias para se relacionar de forma positiva ou negativa, consigo e com o outro. Ser negro em uma sociedade racista é estar inserido em uma realidade de constante anulação por parte do mundo que o cerca, logo, não há como sair ileso desta relação, nomeando desta forma, ou não. A pessoa negra não precisa reconhecer em si os efeitos do racismo para carrega-los, eles se mostram nas relações, nas escolhas, na forma que se vê o mundo e a si mesmo.

Ter consciência sobre o sistema racista e os efeitos do racismo sobre seu corpo, sua mente e sobre o coletivo o qual você faz parte é uma faca de dois gumes: reconhecer a violência imposta, e ao mesmo tempo descobrir que existe coisas positivas para além desta dor. Se propor a estar em um lugar diferente, não apenas físico, mas também mental, que o racismo impõe para pessoas negras é estar em constante movimento de luta e resistência. Há o cansaço, o desgaste e o adoecimento físico e mental, a raiva, os períodos de tristeza aguda, o conflito intenso com construções seculares e repaginadas na atualidade.

Entretanto, ser uma pessoa que se coloca no lugar de lutar contra o racismo e toma para si a responsabilidade de contar e criar uma nova narrativa, encontra uma outra perspectiva possível de existência enquanto pessoa negra. Algumas das lideranças entrevistadas trouxeram em sua fala o lado positivo da consciência racial crítica: descobrir o histórico de luta e resistência, encontrar uma história coletiva para além da escravidão e subalternidade, ver em outras pessoas negras e em si, a capacidade de ascensão (NASCIMENTO, 2016). Estas

descobertas são a comprovação de que a narrativa negra oferecida pelo poder hegemônico é falsa, portanto, uma possibilidade de recuperar a potência que o racismo retira.

A estruturação da identidade de um indivíduo perpassa pela história coletiva e pela memória social. Ter acesso a quem veio antes de você, diz sobre quem você é hoje. Negar a pessoas negras uma versão positiva de suas histórias, e oferece-las apenas o lado negativo de sua trajetória como povo, é retirar delas o direito de se constituir dentro de sua real potência, de se verem dentro do real panorama do que é ser humano.

A consciência racial crítica cria a possibilidade de nomeação de dores e processos causados pelo racismo que são invisibilizados e silenciados pelo falso discurso de igualdade sustentado pela cultura racista. O racismo cultiva um trauma coletivo antigo, identificar estes traumas coletivamente é uma passo em direção ao processo de cura. A ferida não vai deixar de existir, porém, é dada a possibilidade de expor e ressignificar essa dor entre outros que compartilham dela.

A partir desta visão de mundo, ao se considerarem como parte de um coletivo (ou considerar ter responsabilidade sobre os efeitos do racismo na população negra, no caso da liderança que se declara branca), estas lideranças se propõem em fazer trabalhos que têm como foco a população negra da cidade. Iniciativas voltadas para a valorização, independência e reconhecimento da trajetória da população negra são um viés de ação contra o senso comum racista que afirma a inferioridade e subalternidade desta população como um todo.

Apenas dois dos entrevistados citaram serviços de psicologia em suas iniciativas, porém, ações que têm a valorização da população e narrativa negra estão relacionadas diretamente a saúde mental, por oferecerem uma outra perspectiva na narrativa hegemônica racista. Metade dos entrevistados terem em suas ações a preocupação com os jovens negros da cidade indica uma preocupação com a formação e direcionamento destes jovens em uma faixa etária que ocupa os maiores índices de mortes violentas (BEGHIN e BENTO, 2005).

Ser negro, jovem e homem é ser o alvo principal. Ter ações voltadas para este recorte é oferecer uma outra possibilidade entre as estatísticas em uma cidade que não oferece opções de ascensão, oferecer uma base paralela que possibilite uma realidade diferente das estatísticas negativas. Ao afirmar o entorno social como interferente na saúde mental dos sujeitos e trazer este debate para pensar sujeitos negros de forma específica, inclui o território como parte importante desta equação.

Territórios negros são resultados de processos políticos e sociais, este trabalho trouxe a possibilidade de debater os efeitos destes processos em sua população, de quais formas os

modos de vida e as relações daquele espaço são estabelecidas. A maioria das lideranças atuantes na cidade de Nova Iguaçu entrevistadas entendem que existem diferenças negativas em ser negro na cidade, devido as características sócio geográficas que são comuns na região da Baixada Fluminense. Para oito dos quatorze entrevistados a falta de saneamento básico, incentivos culturais, transporte, serviços de saúde e educação que funcionem, e principalmente, segurança, faz com que a vida de uma pessoa negra em Nova Iguaçu seja muito mais difícil.

Ser uma cidade negra diz sobre vista como tal pelo Estado. Na estrutura racista anuladora de corpos negros, um território negro é um grande alvo de produção de morte e adoecimento de pessoas negras. Territórios negros, seja Nova Iguaçu, Belford Roxo, Manginhos ou Chicago, são espaços livres para violações e abandono do poder público, não só negando a assistência necessária para aquelas pessoas, mas também estando presente na mão violenta e militar do Estado, e na autorização não oficial de poderes paralelos nestas regiões.

Territórios negros estão à margem na organização da sociedade racista. Nova Iguaçu, uma cidade dormitório de mão de obra negra e barata para a capital, tem a precariedade normalizada para a população que têm suas demandas e direitos humanos invisibilizados. Há a ação de grupos de extermínio, tráfico de drogas, as chacinas que marcam o chão deste território com sangue e com o desaparecimento de pessoas negras historicamente (GONZALEZ, 1988).

O direito a cidade é negado para a população negra (ROLNIK, 2007) pela falta de transporte, segurança e assistência do Estado. É negado quando as frotas de ônibus que ligam a Baixada Fluminense à zona sul da capital são cortados, é negado com as *blitzs* feitas pela polícia civil interceptando os ônibus que ligam a zona norte as praias da cidade do Rio de Janeiro. É importante ressaltar a existência de bairros marginais dentro de cidades periféricas, cada bairro, cada cidade, tem a sua própria “zona sul”, região de concentração de pessoas de alto poder aquisitivo, e em Nova Iguaçu não é diferente. Há a segregação de seu território com a falta de transporte público ou em horários reduzidos para os bairros mais distantes e o centro da cidade, nas passagens caras, nas rotas que dificultam o acesso e a comunicação entre outros bairros. Toda esta conjuntura diz das condições de saúde mental desta população.

Ao longo da construção deste trabalho era esperado encontrar entre as respostas das lideranças entrevistadas a ideia de que a vivência de pessoas negras ser mais difícil em Nova Iguaçu, por ser um território negro e marginalizado. Porém, foi uma surpresa positiva ouvir as opiniões em movimentos contrários a este. Uma das surpresas foi território negro como refúgio, um espaço seguro entre os seus onde a cor da sua pele não é um tópico, já que é compartilhada pelas pessoas naquele espaço.

Fanon (2008) debate a diferença entre ser negro entre os seus semelhantes e ser negro em um território majoritariamente branco. Estar em um ambiente com maioria negra diz de apenas ser, sem representações impressas na pele, sem carregar um povo nas costas, é a liberdade de ser pessoa, e não ser “um negro”. Não é a intenção neste trabalho representar um território negro como livre de todos os males, há diversas formas de repressão dentro destes territórios, porém as agressões são outras na vivência racial em um grupo racialmente igualitário. A agressão racial infringida pelo mundo branco ao corpo negro não pode ser equiparada a agressão entre iguais.

Ao considerar o racismo como parte da estrutura da nossa sociedade, ele é colocado como o recorte principal em todas as opressões sofridas, o que vem antes de qualquer outro, seja de gênero ou de classe. Desta forma, as respostas dadas pelas lideranças que consideram o território um fator indiferente na vivência de pessoas negras não são deslocadas da realidade, por considerar o racismo estrutural.

O corpo negro é o alvo principal no sistema racista, logo, não há proteção suficiente que um território preto possa oferecer. Este corpo sofrerá violências estruturais estando com os seus, ou individuais estando em um território branco, assim como os corpos negros em Rosa dos Ventos em Nova Iguaçu sofrem, como os corpos negros no complexo da Maré sofrem. Ao pensar no corpo como uma construção social que carrega e transmite mensagens diversas (SILVAS, 2014), o corpo negro ocupa muitos lugares: o alvo, o perigo, a dor, o refúgio.

Acredito que este trabalho colabora com os estudos acerca das relações étnico-raciais ao trazer um outro lado para além da dor provocada pelo racismo. Uma perspectiva que não é compensadora, mas indica uma forma outra de reinvenção e fortalecimento, uma ponta de uma longa história coletiva de agência coletiva em meio ao genocídio declarado. O compilado de falas neste trabalho não se aproxima, e nem tem a intenção de se aproximar, da amplitude do que são Movimentos Negros em prol da defesa da vida e bem viver da população negra, é importante ressaltar que esta luta não se inicia e nem termina dentro da academia.

Os devidos créditos devem ser dados aos movimentos e iniciativas fora da universidade, o que possibilitou haver trabalhos como esse atualmente. É importante estar neste lugar, porém é necessário não esquecer de um movimento anterior e externo a instituição branca de ensino, e que iniciativas não precisam do reconhecimento acadêmico para serem validadas. A relação entre gerações de aprendizados, erros e acertos é um dos legados mais importantes em um movimento que considera o coletivo como prioridade.

Este trabalho colabora com a Saúde Coletiva ao ter o racismo como abordagem principal, sem outros recortes estrategicamente colocados para camuflar a importância da raça nos processos de saúde e doença. Enquanto o recorte racial não for considerado prioridade nos debates e políticas públicas em saúde, não haverá suporte suficiente que dê conta das demandas específicas da população negra. Em torno de 67% do público atendido pelo SUS são de pessoas negras, segundo o último levantamento divulgado em 2008 (IPEA, 2011), seguindo a estratégia analítica de somar as categorias ‘pretos’ e ‘pardos’. A maioria numérica do público atendido não deveria necessitar de uma política de saúde a parte para ter suas demandas consideradas.

A PNSIPN precisa ser posta em prática desde a formação dos profissionais em saúde, chegando a gestão e aos profissionais na linha de frente de atendimento dos usuários. Pôr em prática o cuidado em saúde para pessoas negras é colocar em prática a equidade dos princípios fundamentais do SUS (BRASIL, 2013), considerar as desigualdades e investir onde a carência é maior. O olhar sobre a saúde integral da população negra precisa ser a prática principal do sistema de saúde, mesmo diante do desmonte que sofre de forma crônica desde sua origem.

A saúde mental da população negra deve ser considerada como um todo, e não apenas ser dados mal coletados após a institucionalização nos serviços de saúde mental. O bem estar e o adoecimento mental deve ser considerado para além do adoecimento do corpo biológico e da definição em um manual de diagnósticos. É necessário refletir sobre os processos de sofrimentos, ansiedades, adoecimentos, que não são necessariamente identificados num sistema de validação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos. *Opinião Jurídica*. Universidade de Medellín. Vol. 12, n° 24, p. 97-100 - ISSN 1692-2530. Jul./dez. 2013.

ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcante; SILVA, Marcelo José Souza. Sobre a saúde, os determinantes da saúde e a determinação social da saúde. *Saúde em Debate*, v. 38, n. 103, p. 953-965, 2014.

ALEXANDRE, Ana Carla Silva; ALVES, Pedro Henrique Melo; LEITE-SALGUEIRA, Claudia Daniele Barros; OLIVEIRA, Gislene Farias de. Reflexão sobre o cuidado integral no contexto étnico-racial: uma revisão integrativa. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, p. 2227-22236, 2018. DOI: 10.1590/1413-81232020256.23842018

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ALVES, Pedro Henrique Melo; LEITE-SALGUEIRO, Claudia Daniele Barros; ALEXANDRE, Ana Carla Silva; OLIVEIRA, Gislene Farias de. Reflexões sobre o cuidado integral no contexto étnico-racial: uma revisão integrativa. *Cien Saude Colet* [periódico na internet]. 2018. [Citado em 21/02/2020]. Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/reflexoes-sobre-o-cuidado-integral-no-contexto-etnicoracial-uma-revisao-integrativa/16993?id=16993&id=16993>.

AMARAL, Julião Gonçalves. Coletivos universitários de diversidade sexual e a crítica à institucionalização da militância LGBT. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v. 4, n° 2, p. 133-179, jul./dez. 2014.

AMARANTE, Paulo. *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. Temas em Saúde. 120 p. IBSN: 978-85-7541-135-3. 2007.

ANJOS, Gabriele. A questão “cor” ou “raça” nos censos nacionais. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 103-118, 2013.

ARAÚJO, Adriano; GOULART, Fransérgio; FLORENTINO, Giselle; MAIA, Lorene. 100 dias de Governo Witzel: a Segurança Pública e os Direitos Humanos. Fórum Grita Baixada, 2019. Disponível em: <https://www.forumgritabaixada.org.br/100-dias-de-governo-witzel-a-seguranca-publica-e-os-direitos-humanos>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

BARATA, Rita Barradas. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde*. Editora Fiocruz, 2009. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/48z26>>. Acesso em 15 jan. de 2018.

BARROS, Sônia; BATISTA, Luís Eduardo; DELLOSI, Mirsa Elisabeth; ESCUDER, Maria Mercedes L. Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo:

um olhar sob a perspectiva racial. *Saúde Soc.* São Paulo, v.23, n.4, p. 1235-1247, 2014. DOI 10.1590/S0104-12902014000400010. Acesso em: Fev. de 2019.

BARTH, Frederik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. Bergen, Oslo/Boston. Universitets Forlaget/Little Brown, 1969.

BASTOS, Liliana Cabral; BIAR, Liana de Andrade. Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social. *DELTA*, v. 31 no.eps. São Paulo. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-445083363903760077>

BATISTA, Luís Eduardo; CRUZ, Vanessa Martins; KALCKMANN, Suzana; SANTOS, Claudete Gomes. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?. *Saúde Sociedade*. São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007.

BATISTA, Luís Eduardo; MEDEIROS, Rogério Araujo; MONTEIRO, Rosana Batista. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. *Saúde em Debate*. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 681-690, out./dez., 2013.

BEGHIN, Nathalie; BENTO, Maria Aparecida Silva. Juventude negra e exclusão radical. *Políticas Sociais – Acompanhamento e análise*. IPEA. p. 194-197, n. 11, ago. 2005;

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branquitude – O lado oculto do discurso sobre o negro In: *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. (147-162).

BEZERRA, Nielson Rosa. Escravidão, liberdade e pós abolição no sertão próximo do Rio de Janeiro. *Revista Outros Tempos*, v. 10, n. 15, p. 207-224, 2013.

BHOPAL, Raj S. *Ethnicity, race and health in multicultural societies*. Oxford: Oxford University Press. 2007.

BIRCHAL, Telma S.; PENA, Sérgio D. J. A inexistência biológica *versus* a existência social de raças humanas: pode a ciência instruir o etos social? *Revista USO*, São Paulo, n. 68, p. 10-21, dez./fev., 2005-2006.

BLANC, Marcel. *Os herdeiros do Darwin*. São Paulo: Scritta, 1994.

BORDE, Elis; ALVAREZ, Mario Hernandez; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Uma análise crítica da abordagem dos determinantes sociais da saúde a partir da Medicina Social e Saúde Coletiva latino-americana. *Saúde em Debate*, v. 39, p. 841-854, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, Ana Paula Musatti; ROSA, Miriam Debieux. Articulações entre Psicanálise e Negritude: desamparo discursivo, constituição subjetiva e traços identificatórios. In: *Revista da ABPN | Nov 2017 - Fev 2018 | Dossiê Temático "Racismo, Saúde Mental e Território: Desafios Políticos e Epistemológicos na Clínica Ampliada"*. v. 10, n. 24, p. 89-107. 2018.

BRASIL. Lei n 3.353, 13 de maio de 1888. Lei Aurea, Rio de Janeiro, RJ, maio 1888.

_____. BRASIL. Ministério da Saúde. Princípios do SUS. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>. Acesso em 31 de maio de 2020.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2017. 44 p.

_____. Racismo como determinante social em saúde. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir/PR, 2011.

BRASIL, Sandra Assis; TRAD, Leny Alves Bomfim. O movimento negro na construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua relação com o Estado brasileiro. Em: BATISTA, Luis Eduardo, WERNECK, Jurema e LOPES, Fernanda. COLEÇÃO NEGRA E NEGROS – PESQUISAS E DEBATES. Saúde da População Negra. ABPN, 2012.

CANN, Rebecca Louise; STONEKING, Mark; WILSON, Allan Charles. Mitochondrial DNA and human Evolution. Em: Nature, n. 325, p. 31-36, 1987.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. Rev. Latinoam. Cienc. Soc. niñez juv 8(1): 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>

CARDOSO, Marcos. O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMIENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Org.). Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.

CERQUEIRA, Daniel (coord.). Atlas da violência 2018. Ipea e FBSP. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre a negritude. Belo Horizonte: Mandylala. 2010.

COSTA, Duane B.; AZEVEDO, Uly C. Das senzalas às favelas: por onde vive a população negra brasileira. *Socializando*, ano 3, n. 1, p. 145-154, jul. 2016.

CUNHA, Estela M. Garcia de Pinto. O recorte racial no estudo das desigualdades em saúde. *São Paulo em Perspectiva*, v. 22, n. 1, p. 79-91, jan./jun., 2008.

CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU: introdução ao pensamento filosófico Bantu. Ver. *Educação em Debate*. v. 1, nº 59, ano 32. 2010.

DALBELLO-ARAUJO, Maristela; GARBOIS, Júlia Arêas; SODRÉ Francis. Da noção de determinação social à determinantes sociais da saúde. *Saúde Debate*. Rio de Janeiro, v. 41, n. 112, p. 63-76, jan-mar 2017.

DEISTER, Jaqueline. Maior chacina da história do Rio completa 14 anos. *Brasil de Fato*, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2019/03/30/maior-chacina-da-historia-do-rio-completa-14-anos>. Acessado em: maio de 2020.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempos. Paraná: Unioeste, 2007.

_____. *Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos*. *Revista Dimensões*, v. 21, 2008.

DURKHEIM, Émile. "O que é fato social?" In: *As Regras do Método Sociológico*. Trad. por Maria Isaura Pereira de Queiroz. 6.a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 1-11, 1972.

ERIKSEN, Thomas H. Ethnicity. Em: *Small places, large issues: an introduction to social and cultural anthropology*. 4. Ed. Londres: Pluto Press, cap. 17, p. 329-344, 2015.

FANON, Frantz. *Em defesa da revolução africana*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

_____. *Os Condenados da Terra*. Tradução José Laurência de Melo. Rio de Janeiro. Editora Civilizações Brasileiras S.A. 1968.

_____. *Pele negra, máscaras brancas*/Frantz Fanon; tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARO, André; PEREIRA, Marcos Emanuel. Raça, racismo e saúde: a desigualdade social da distribuição do estresse. *Estudos de Psicologia (Natal)*, Natal, v. 16, n. 3, p. 271-278, 2011. ISSN (versão eletrônica): 1678-4669. Acesso em: Fev. de 2019.

FAUSTINO, Deivison Mendes; SPIASSI, Ana Lucia. Movimento negro, vulnerabilidade e saúde. *BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)*, São Paulo, v. 12, n. 2, ago. 2010. Disponível em <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000200010&lng=pt&nrm=iso>.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo. *Revoltas de escravos na Bahia em início do Século XIX*. *Cad. Pesq. São Luís*, v. 4, n. 1, p. 65-86. 1988.

FILHO, Adauto Martins Soares. O recorte étnico-racial nos sistemas de informações em saúde do Brasil: Potencialidades para a tomada de decisão. Em: BATISTA, Luis Eduardo, WERNECK, Jurema e LOPES, Fernanda. COLEÇÃO NEGRAS E NEGROS – PESQUISAS E DEBATES. Saúde da População Negra. ABPN, 2012.

FLEURY-TEIXEIRA, Paulo. Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, p. 380-387, 2009.

FRANCISCO JUNIOR, Wilmo Ernesto. Educação anti-racista: reflexões e contribuições possíveis do ensino de Ciências e de alguns pensadores. Rev. Ciência e Educação, v. 14, n. 3, p. 397-416, 2008.

GARBOIS, Júlia Arêas; SODRE, Francis; DALBELLO-ARAÚJO, Maristela. Da noção de determinação social à de determinantes sociais da saúde. Saúde debate [online]. v. 41, n. 112, p. 63-76, 2017. ISSN 0103-1104. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-1104201711206>.

GOULD, Stephen J. A falsa medida do homem. Ciência Aberta. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro, saberes e tensão regulação-emancipação do corpo e corporeidade negra. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Paulo, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 2, p. 37-60.

_____. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). p. 69-82. 1988.

_____. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 9-66. 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Colour and race in Brazil: from whitening to the search for afro descent. Em: BETHENCOURT, Francisco; PEARCE, Adrian. Racism and ethnic relations in the Portuguese-Speaking world. British Academy. 2012.

_____. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 103-117, 1999.

_____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. Estudo Avançados. n. 18, p. 271-284. 2004.

_____. Racismo e antirracismo no Brasil. Novos Estudos, São Paulo, n. 43, 1995.

_____. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos, CEBRAP, n. 54, p. 147-156, jul. 1999.

_____. Raça, cor e outros conceitos analíticos. Em: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio. Raça: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. Revista Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, EDUFBA, 2008.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Raça, o significante flutuante. Revista Z Cultural (PACC-UFRJ), ano 8, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA>>. Acesso em: Agosto de 2018.

HASENBALG, Carlos. Raça, Classe e Mobilidade. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 67-102. 1982.

HERCULANO, Selene. Exposição a riscos químicos e desigualdade social: o caso do HCH (hexaclorociclohexano) na Cidade dos Meninos, RJ. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: riscos coletivos - ambiente e saúde, UFPR. N. 5, p. 61-71. 2002.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tânia. Racismo ambiental, o que é isso. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE. 2006.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002.

HOOKS, Bell. Black looks: race and representation. New York: Routledge, 1992.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 (2011). Disponível no site: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/3175#resultado>. Acesso em: 26 de maio de 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15693-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-cai-em-11-das-27-ufs-no-2-trimestre-de-2017>>. Acesso em: 2019.

IGLÉSIAS, Francisco. Encontro de duas culturas: América e Europa. Estudos Avançados, n. 6 (14), p. 23-37, 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n14/v6n14a03.pdf>>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da violência – Retratos dos municípios brasileiros. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasil. 2019.

_____. Ficha catalográfica. Retratos da desigualdade de gênero e raça. 4ª ed. – Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

JESUS, Jaqueline G. Ser cidadão ou ser escravo: repercussões psicossociais na cidadania. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v. 2, n.1, jan./jun, 2012.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. – i. ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAGUARIA, Josué. O uso da variável “Raça” na pesquisa em saúde. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 14 (2), p. 197-234, 2004.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da Psicanálise*. Martins Fontes São Paulo. 2000.

LEITÃO, Leonardo Rafael Santos; SILVA, Marcelo Kunrath. Institucionalização e contestação: as lutas do Movimento Negro no Brasil (1970-1990). *Rev. Política e Sociedade*, Santa Catarina, v. 16, n. 37, p. 315-347, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984>

LEWONTIN, Richard C. “The Apportionment of Human Diversity”. Em: *Evol Biol.*, n. 6, p. 381-398, 1972.

LIMA, Thayara C. Silva de; PEREIRA, Amilcar Araujo. Performance e Estética nas Lutas do Movimento Negro Brasileiro para Reeducação da Sociedade *Rev. Bras. Estud. Presença*, Porto Alegre, v. 9, n. 4, e91021, 2019.

LOPES, Fernanda. Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1595-1601, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2005000500034&lng=en&nrm=iso. Acesso em: Dezembro de 2018.

LÓPEZ, Laura Cecilia. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, n. 40, p. 121-134, jan./mar. 2012.

LUCAS, Douglas Cesar. Os novos movimentos sociais contribuindo para a afirmação democrática do direito e do Estado. *Direito em Debate*, ano 16, n. 25, p. 53-88, jan./jun. 2006.

MAIA, Kenia S.; ZAMORA, Maria Helena N. O Brasil e a lógica racial: do branqueamento à produção de subjetividade do racismo. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, n. 2, v. 30, p. 265-286, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652018000200005&Ing=pt&nrm=iso. Acessado em: Dezembro de 2018.

MALCHER, Maria Albenize Farias. Identidade quilombola e território. *Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação*. Belém, v. 21, p. 399-421, 2009.

MARIOSIA, Gilmara Santos. Memórias sociais e a construção da identidade em territórios negros. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte. v. 22, n. 1, p. 145-163, abr. 2016.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*, n. 74, p. 107-123. 2006.

MATOS, Daniel; PABLITO, Marcello. O ascenso negro dos anos 70-80 e a tradição petista. *Ideias de Esquerda: Revista de política e cultura*. N. 1. 2017. Disponível em: <https://esquerdadiario.com.br/ideiasdesquerda/?p=189>.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução Sebastião Nascimento. São Paulo. N-1 Edições. 2013.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3 Ed., São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. Dicionário da Escravidão Negra no Brasil. Assessoria de pesquisa Soraya Silva Moura - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabenguele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Em: BRANDÃO, A. A. P. (Org.). Cadernos Penesb, n. 5, p. 15-34. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. - 3. Ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016.

_____. O Quilombismo: Documentos de uma militância Pan-Africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva. Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, Elizabeth Larkin. Sankofa: significados e intenções. In: A matriz africana no mundo. São Paulo: Selo Negro Ed. Col. Sankofa I: Matrizes africanas da cultura brasileira, p. 9-54. 2008.

NASCIMENTO, Maria da Conceição. A força dos estereótipos: dificuldades para a expressão de outros modos de existência. In: Revista da ABPN | Nov 2017 - Fev 2018 | Dossiê Temático "Racismo, Saúde Mental e Território: Desafios Políticos e Epistemológicos na Clínica Ampliada". v. 10, n. 24, p. 166-182. 2018.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 1, p. 287-308. 2006.

NOVA IGUAÇU, Prefeitura Municipal de. A cidade. Disponível no link: <http://www.novaiguacu.rj.gov.br/cidade/>. Acesso em: 15 de maio de 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro; ROCHA, Willian S. Recartografias da Baixada Fluminense: ações culturais, resistências e diferenças territoriais. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória. 2014.

OLIVEIRA, Dennis. Abolição inacabada: o projeto das classes dominantes brasileiras. Revista Fórum. maio 2015. Disponível em: <http://revistaforum.com.br/quilombo/2015/05/13/abolicao-inacabada-o-projeto-das-classes-dominantes-brasileiras/> Acesso em: dezembro 18.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de. Baixada Fluminense: Olhares para Além da Fachada. In Revista Destinos, v.2, p. 7-9. 2012.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Franz Fanon, Psicologia e Psicanálise: epistemologias da violência. In: Revista da ABPN | Nov 2017 - Fev 2018 | Dossiê Temático "Racismo, Saúde Mental e Território: Desafios Políticos e Epistemológicos na Clínica Ampliada". v. 10, n. 24, p. 40-66. 2018.

_____. Psicanálise e Psicologia Social: identidade da criança negra. In: Educação e Relações Raciais. Oliveira, Iolanda e Pessanha, Márcia (Orgs.) Curso ERER/CEAD,

Educação e Relações Raciais, Cursos de Educação à Distância, volume 2, Niterói/RJ: Editora Universidade Federal Fluminense, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José. Segregação racial, territórios negros e saúde mental. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB, v. 2, n. 4, jul./dez., 2017.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Salud y ausencia de discriminación. Ginebra, 2001. Documento da OMS para a Conferencia Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância.

PACHECO, Tânia. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. SRH (org.). Justiça pelas Águas: enfrentamento ao Racismo Ambiental. Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, p.11-23. 2008.

PAIVA, Angela Randolpho. Movimentos sociais e políticas de ação afirmativa nas universidades brasileiras: a ação do Movimento Negro. In: LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; SCHERER-WARREN, Ilse (organização). Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

PENIDO, Maria de Oliveira. Bio(necro)política da mineração: quando o desastre atinge o corpo-território. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 38-51, jul/dez. 2018.

PINTO, Regina Pahim. O Movimento Negro em São Paulo: Luta e Identidade. Tese de doutorado, FFLCH/USP, São Paulo. 1993.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. Em: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-129, 2005.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Org.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte-MG: Nandyala Livros e Serviços Ltda, v. 1, p. 81-108, 2009.

RELETHFORD, John H. “Cranimetric Variation Among Modern Human Populations”. Em: American Journal of Physical Anthropology, p. 53-62, 1994.

ROCHA, André Santos. “Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, ano 3, n. 4. 2013.

ROLNIK, Raquel. Territórios Negros nas Cidades Brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais – O negro na Geografia do Brasil. Coleção Cultura Negra e Identidades. Grupo Autêntica. P. 79-90. 2007.

SABROZA, P. C. Concepções sobre saúde e doença. Curso de aperfeiçoamento de gestão em saúde. Educação à distância. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2006. Disponível em:

<<http://www.abrasco.org.br/UserFiles/File/13%20CNS/SABROZA%20P%20ConcepcoesSaudedeDoenca.pdf>>. Acesso em: Dezembro de 2018.

SANKOFA. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana/Núcleo de Estudos de África, Colonialidade e Cultura Política – Número XII, Ano VI, Dezembro. São Paulo, NEACP-USP. 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, BS & MENESES, MP. (orgs). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina. P. 23-71. 2009.

_____. Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Prefácio em: GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SANTOS, Jaciara Alves dos. O sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo. In: Revista da ABPN | Nov 2017 - Fev 2018 | Dossiê Temático "Racismo, Saúde Mental e Território: Desafios Políticos e Epistemológicos na Clínica Ampliada". v. 10, n. 24, p. 148-165. 2018.

SANTOS, Joel Rufino. Movimento negro e crise brasileira. Em: SANTOS, Joel Rufino; BARBOSA, Wilson do Nascimento. Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Revista GEOgrafia. Universidade de São Paulo. Ano 1, n. 1. 1999.

SANTOS, Sales Augusto. A metamorfose de militantes negros em negros intelectuais. Revista Mosaico. N. 5, v. 3, p. 103-125. 2011

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica, 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia e Sociedade, v. 26, n. 1, p. 83-94. 2014. ISSN 1807-0310.

SEVALHO, Gil. Uma Abordagem Histórica das Representações Sociais de Saúde e Doença. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, n. 9 (3), p. 349-363, jul./set., 1993.

SILVA, Ana Claudia Cruz da. Segregação espacial e produção de territórios negros por blocos afro em Ilhéus, Bahia. Ponto Urbe [Online], 4 | 2009, posto online no dia 31 julho 2009, consultado o 20 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/1475> ; DOI : 10.4000/pontourbe.1475

SILVA, Joyce Gonçalves da. Corporeidade e Identidade, o corpo negro como espaço de significação. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Salvador BA: UCSal, n.3, v. 17, p.263-275. Outubro de 2014, ISSN 2316-266X.

SILVA, Lúcia. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: Formação econômica e urbana de uma região. XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas. Niterói. Agosto, 2017.

SILVA, Maria Lucia. Racismo e os efeitos na saúde mental. Em: BATISTA, Luís Eduardo e KALCKMANN, Suzana (Org.). Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004. São Paulo: Instituto de Saúde, 2005. 232 p. (Temas em Saúde Coletiva 3).

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. Cad. Pesqui. [online]. 2002, n.117, pp219-246. ISSN 0100-1574. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300012>.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Desigualdade Ambiental e " Zonas de Sacrifício. FASE e IPPUR. Mapa dos conflitos ambientais no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FASE/IPPUR, 2006.

YADE, Juliana de Souza Mavoungou. Territórios Negros: Migrações e reterritorialização do espaço urbano periférico. Comunicações • Piracicaba • Ano 21 • n. 1 • p. 167-190 • jan.-jun. 2014 • ISSN Impresso 0104-8481 • ISSN Eletrônico 2238-121X.

WERNECK, Jurema. Iniquidades raciais em saúde e políticas de enfrentamento: as experiências do Canadá, Estados Unidos, África do Sul e Reino Unido. In: BRASIL. Fundação Nacional De Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade. Brasília: Funasa, p.315-386, 2005.

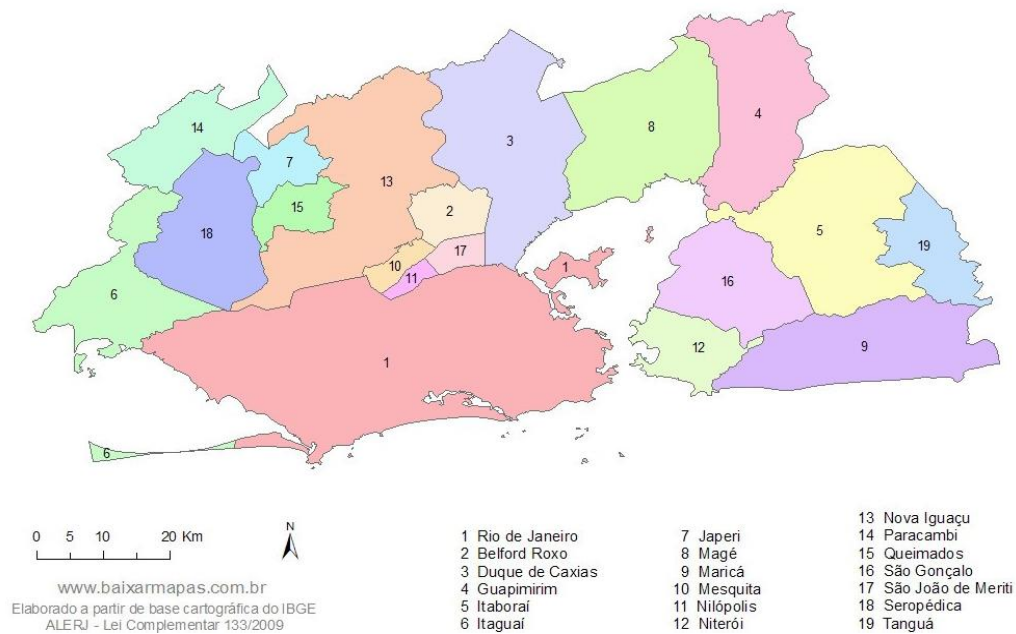
_____. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo In: Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux [em línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009. ISBN: 9782940503827. DOI:10.4000/books.iheid.6316.

_____. Racismo institucional e saúde da população negra. Revista Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549. Jul/set, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-129020162610>. Acesso em: 4 de junho de 2016.

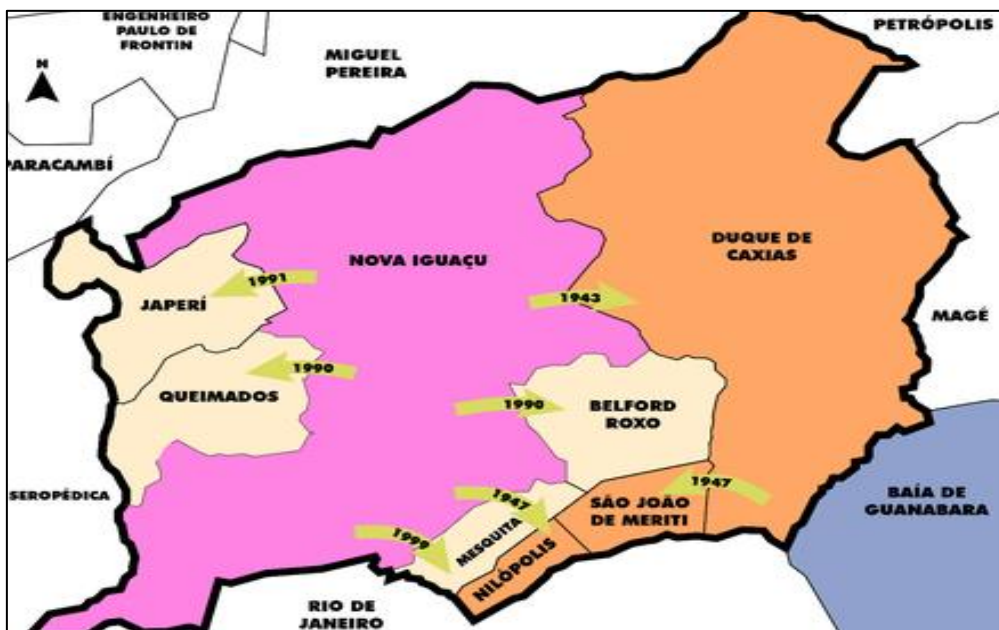
ANEXO 1

Região Metropolitana do Rio de Janeiro²³

REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO



Mapa de emancipações do município de Nova Iguaçu²⁴



²³ Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-regiao-metropolitana-do-rio-de-janeiro/>

²⁴ Fonte: Prefeitura de Nova Iguaçu

ANEXO 2

Dados de identificação

Idade: _____

Estado civil: _____

Grau de escolaridade: _____

Profissão/ocupação: _____

Município de residência: _____

Como você se identifica? Pensando raça/cor/etnia

Como teve início a sua trajetória enquanto ativista do Movimento Negro?

O que é Movimento Negro pra você? Está atuando em algum projeto atualmente?

O que é racismo pra você?

Você vê sua saúde mental afetada pelo racismo?

Você acha que a consciência racial foi um diferencial na sua trajetória?

Você acha que ser negro em Nova Iguaçu tem algum diferencial em relação as outras regiões?

Por que?

Se/como entra a saúde mental na sua atuação política

ANEXO 3

Carta de William Lynch

“Verifiquei que entre os escravos existem uma série de diferenças. Eu tiro partido destas diferenças, aumentando-as. Eu uso o medo, a desconfiança e a inveja para mantê-los debaixo do meu controle. Eu vos asseguro que a desconfiança é mais forte que a confiança e a inveja mais forte que a concórdia, respeito ou admiração.

Deveis usar os escravos mais velhos contra os escravos mais jovens e os mais jovens contra os mais velhos. Deveis usar os escravos mais escuros contra os mais claros e os mais claros contra os mais escuros. Deveis usar as fêmeas contra os machos e os machos contra as fêmeas. Deveis usar os vossos capatazes para semear a desunião entre os negros, mas é necessário que eles confiem e dependam apenas de nós.

Meus senhores, estas ferramentas são a vossa chave para o domínio, usem-nas. Nunca percam uma oportunidade. Se fizerdes intensamente uso delas por um ano o escravo permanecerá completamente dominado. O escravo depois de doutrinado desta maneira permanecerá nesta mentalidade passando-a de geração em geração”.

Fonte: Portal Geledés, 2012. <https://www.geledes.org.br/carta-de-willie-lynch/>